Nº 209
Ano 2
Coleção
TEXTOS ACADÊMICOS
Série Didática
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A REVOLUÇÃO DE 1930 NO RIO GRANDE DO NORTE: 1930-1934

Marlene da Silva Mariz

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

24
A.B.RN

NEL
UFRN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

NEH UFRN

Ao Prof. Hudson Brandão
com a amizade,
Marlene
29-05-91.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
5.182
C C H L A
Dpto de História
19.01.00

A REVOLUÇÃO DE 1930 NO RIO GRANDE DO NORTE; 1930-1934

MARLENE DA SILVA MARIZ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do grau de Mestre. Recife(Pe) - 1982.

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL

NATAL, ABRIL DE 1983

Labim/UFRN

NEM UFRN

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL

COLEÇÃO SÉRIE DIDÁTICA, 09

REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima
VICE-REITOR: Prof. Esequias Pegado Cortez Neto
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto
COORDENADOR DO PROGRAMA: João Afonso do Amaral
EQUIPE DE APOIO: Jacinta Leite de Oliveira
Pedro Gutemberg Pinheiro de Souza
Roberto Anderson da Silva
Francisco Cirineu da Silva

Mariz, Marlene da Silva.

A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte; 1930-1934. Natal, PRAEU, 1983.

210p.

Tese (mestrado) Univ. Fed. Pernambuco,1982.

1. Rio Grande do Norte - Revolução, 1930 - Teses. I. Título.

CDU 981.32"1930"(043.5)

Labim/UFRN

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos "Banco de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.

A partir da classificação desses trabalhos, uma comissão composta por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de suas áreas, para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários, com livros impressos em off-set pela Editora Universitária e Textos Acadêmicos, reproduzidos pelo sistema de mimeógrafo, pelo grupo técnico da coordenação do programa, na sede da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

A UFRN pretende editar cerca de 400 títulos através das duas coleções, ao mesmo tempo em que publica um Catálogo Geral. demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária norte-rio-grandense.

É um programa ambicioso, mas simples e concreto como a vontade de fazer. Na medida em que estabelece um volume quantitativamente ousado de títulos para publicação, adota uma definição técnica no mínimo humilde para realizá-lo: a opção do mimeógrafo para a maioria das edições.

Há de ser reconhecido que a produção intelectual das Universidades tem sido dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos: promove currículos acadêmicos, ou é confinada em prateleiras. Em ambas as hipóteses, o ineditismo dos trabalhos conspira contra os seus verdadeiros desígnios.

Nosso programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento assimilado ou produzido pela Universidade, revalorizando o esforço intelectual dos professores ao mesmo tempo em que estimula a sua aplicação. E nenhuma outra pretensão nos orienta.

Diógenes da Cunha Lima
Reitor

Labim/UFRN

Labim/UFRN

Aos meus filhos,

Magda Elisabeth,

Ruy e

Carlos Frederico.

Labim/UFRN

AGRADECIMENTOS

De início, manifesto minha gratidão à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que me ofereceu oportunidade para realização deste trabalho.

Minha mais expressiva gratidão ao Professor Marc Jay Hoffnagel, Coordenador do Curso de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco e orientador da presente dissertação, a cuja valiosa e paciente orientação muito devo durante sua elaboração.

Aos Professores Maria do Nascimento Bezerra, Maria de Lourdes Oliveira, Maria de Lourdes Rodrigues, Tarcísio Medeiros, Ademar de Medeiros Neto e Jardelino de Lucena Filho da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelas informações e inestimável colaboração recebida.

Aos Professores Adalberto Marson e J. Sebastião Witter, da Universidade de São Paulo, Evaldo Amaro Vieira da UNICAMP, Nelson Saldanha e Paulo Henrique Novais Martins de Albuquerque da Universidade Federal de Pernambuco, meu reconhecimento pelos estímulos recebidos e sugestões apresentadas.

As pessoas entrevistadas que pacientemente me prestaram sua colaboração, entre elas o Senador Dinarte de Medeiros Mariz, Dr. Otto de Brito Guerra, Professor Manoel Rodrigues de Melo e João Sizenando Pinheiro.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e outros órgãos culturais, particularmente o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e Arquivo Nacional, ambos do Rio de Janeiro, meus agradecimentos pela aten

Labim/UFRN

ção que recebi.

Finalmente, a todos que me incentivaram e apoiaram para que esse trabalho se tornasse uma realidade, os sinceros agradecimentos da

Autora.

Labim/UFRN

S U M Á R I O

Página

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO - I

1. A REVOLUÇÃO DE 1930 7

1.1 - A Conjuntura Nacional e a Crise de 1929 7

1.2 - A Situação Sócio-Econômica e Política do Rio Grande do Norte no Contexto de Primeira República 30

1.3 - A Participação do Rio Grande do Norte na Revolução de 1930 75

CAPÍTULO - II

2. A REVOLUÇÃO NO PODER - 1930/1934 89

2.1 - A Instalação do Governo Revolucionário no Brasil 89

2.2 - O Período Interventorial no Rio Grande do Norte 1930/1933 105

2.3 - Hercolino Cascardo, um Tenentista no Poder Estatal 121

CAPÍTULO - III

3. A VOLTA À NORMALIDADE 139

3.1 - As Eleições para a Assembléia Constituinte Nacional de 1933 e a Representação Norte-rio-grandense 139

3.2 - As Eleições para a Assembléia Constituinte Estadual de 1934 153

CONCLUSÕES 196

BIBLIOGRAFIA 204

Labim/UFRN

Labim/UFRN

I N T R O D U Ç Ã O

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações de poder entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Governo Central no período compreendido entre o movimento revolucionário de 1930 e o retorno à legalidade com as eleições de 1934. Trata-se, portanto, de uma análise histórica da conjuntura política, econômica e social do Rio Grande do Norte, onde se propõe revelar a participação deste Estado no movimento de 1930.

O tema "Revolução de 1930", tem sido objeto de grande interesse da historiografia brasileira contemporânea, sendo o assunto analisado em profunidade por diversos estudiosos que apresentam diferentes interpretações, dependendo de suas posições teóricas, gerando controvérsias no campo da historiografia.

Há um unânime reconhecimento da grande significação do movimento de 1930, considerado um marco divisório da história nacional, pelas expressivas transformações que este movimento político-militar que derrubou a República Velha, trouxe em seu bojo. Há também o reconhecimento da falta de coesão do grupo revolucionário e, ainda, da ausência de qualquer programa coerente de reforma social e econômica. Entretanto, quando se trata de definir as origens e natureza do movimento, há um dualismo de interpretações formando correntes onde uns, como Virgílio Santa Rosa, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe entre outros, defendem ter sido um movimento de "*classe média*", enquanto outros, como Nelson Werneck Sodré, etc., defendem a tese de que teria sido um movimento da florescente burguesia industrial.

Labim/UFRN

Este trabalho não tem a preocupação de discutir as diferentes interpretações das correntes da historiografia brasileira com relação ao movimento de 1930, mas dentro da linha definida pelo estudo para atingir os objetivos propostos, entende 1930 como um movimento político-militar conduzido por uma coalização heterogênea contra o bloco oligárquico hegemônico e que representou num determinado momento de um contexto histórico, uma crise do capitalismo agro-mercantil brasileiro, cujas contradições se haviam agravado e evidenciado pela crise do mercado mundial. Dessa forma, concorda-se com Décio Saes quando afirma que, a origem da Revolução de 1930 está na crise do capitalismo agro-mercantil brasileiro. (1)

Entretanto, a historiografia brasileira tem dado pouca importância aos aspectos regionais, limitando o tema às questões ligadas aos Estados do centro-sul, como se o processo político e sócio-econômico brasileiro fosse restrito aos Estados que lideraram os acontecimentos de 30. Sem pretender negar o grau de importância que o centro-sul sempre teve nos rumos da vida nacional, este trabalho tem a pretensão de mostrar como outros Estados - particularmente o do Rio Grande do Norte - se articularam ao sistema nacional e participaram do processo histórico que se desencadeava naquele momento no país.

Quando Barbosa Lima Sobrinho, falando sobre a revolução de 1930 afirma que, "*o Norte, esse era todo e absolutamente revolucionário pela acumulação dos velhos e novos ressentimentos diante de governos que o esqueciam por sistema, ou*

---

(1) Décio Saes. Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil. Campinas, Brasiliense, 1976. (Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 6).

Labim/UFRN

por hábito, em todas as deliberações essenciais da República e benefícios da administração" (2), ilustra uma grande verdade sobre a situação dos pequenos Estados dessa região, esquecidos da administração federal. Todavia por especificidades locais, pode-se afirmar que nem toda a região norte era *"todo e absolutamente revolucionário"* como se pretende demonstrar no desenrolar deste trabalho.

O intuito central da presente investigação é o de recolocar a problemática da política estadual e suas relações com o novo regime, uma vez que até 1930, o domínio do Estado do Rio Grande do Norte era oligárquico e mantido através de arranjos de interação com o governo federal, e mesmo como sócio menor no jogo político, não considerado tão por fora das barganhas da política nacional. Esta pesquisa procura por um lado compreender o sentido das lutas internas e por outro determinar em que medida o Estado se incorpora ao novo contexto político brasileiro.

Feito os estudos iniciais e levantamento das primeiras questões levantou-se a hipótese de que o Rio Grande do Norte foi um Estado que não se incorporou aos ideais da revolução. No período de 1930 a 1934, este Estado ilustra bem as limitações da revolução local e a sua falta de consistência interna. Fundamenta-se esta afirmação na ausência de acordos entre a camada tradicional e o governo revolucionário e a observação de um alto índice de turbulência que registra a grande rotatividade dos representantes do governo federal na admi-

---

(2) Dulce Chaves Pandolfi. Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político, IN: Ângela Maria de Castro Gomes, Regionalismo e Centralização Política-Partidos e Constituintes dos anos 30.

Labim/UFRN

nistração estadual.

A importância básica do tema está, portanto, em estudar a participação do Rio Grande do Norte no movimento de 1930, cuja escolha é justificada pela ausência de análises deste tipo e período na historiografia regional, que aborda nos estudos existentes, temas de forma globalizante.

Feita a escolha do tema e o levantamento dos recursos disponíveis para a investigação, a metodologia utilizada partiu dos conhecimentos anteriores de leituras preliminares para definição da linha de análise, fixar os objetivos, delimitação do objeto a ser estudado bem como da seleção dos conceitos e categorias a serem utilizados. A maior dificuldade encontrada na fase de investigação e que constituiu um entrave na elucidação de muitas interpretações, foi a ausência de jornais da oposição, do período nos arquivos locais, além do fato das publicações específicas encontradas expressarem muito da posição política do autor.

O jornal básico utilizado na pesquisa foi "A República", sempre como órgão governista, tanto antes como após 1930. Este jornal, juntamente com as Mensagens dos Governos, dos anos de 1928 até 1935, constituiram-se como elementos fundamentais na informação da realidade estadual no período estudado, muito embora dessem muito da visão oficial.

Para o período revolucionário, propriamente dito, além das informações do jornal, foi encontrado um farto material, constituído de telegramas e cartas entre interventores do Estado e autoridades do governo federal, nos acervos dos arquivos Osvaldo Aranha, Antunes Maciel Jr., Getúlio Vargas, localizados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Con

Labim/UFRN

temporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Este material, juntamente com documentação semelhante encontrada no Arquivo Nacional, também do Rio de Janeiro, foram de significativa importância para esclarecimentos e análises de determinadas situações.

A pesquisa foi ainda complementada com informações dos órgãos de planejamento local (SEPLAN), dados do IBGE e ainda com a técnica de pesquisa oral, através de entrevistas elaboradas com pessoas que testemunharam os acontecimentos da época.

Com estratégia para desenvolvimento do assunto, o trabalho foi dividido em três partes: a primeira, onde a discussão se faz em torno da conjuntura nacional da Primeira República com interpretações de autores selecionados e ainda sobre a crise de 1929, onde se tenta incluir uma rápida visão do Nordeste e com maior destaque o Rio Grande do Norte.

A segunda parte aborda a Revolução no Poder a nível nacional, onde se discute a instalação das interventorias no Rio Grande do Norte, dando ênfase a atuação do tenente Hercolino Cascardo no poder estadual, por ser considerado por este trabalho, como um legítimo representante da corrente revolucionária tenentista.

A terceira e última parte, discute a volta à normalidade, as posições políticas assumidas pelo governo central, destacando-se as eleições de 1933, para a Constituinte Nacional e a de 1934 para a Assembléia Constituinte Estadual, e nestas o papel da corrente tradicional.

No plano local procurou-se destacar a incapacidade dos setores revolucionários do Estado do Rio Grande do

Labim/UFRN

Norte de se consolidarem no poder no decorrer do processo po
lítico e ainda os problemas específicos enfrentados pelos re-
presentantesdo governo federal neste Estado.

Labim/UFRN

CAPÍTULO - I

1. A REVOLUÇÃO DE 1930

1.1 - A Conjuntura nacional e a crise de 1929

Marco da maior significação na historiografia brasileira, a Revolução de 1930 foi um movimento político-militar conduzido por uma coalização heterogênea contra o bloco hegemônico, que substituiu o federalismo oligárquico pela centralização político administrativa, fornecendo ao Estado os instrumentos indispensáveis à execução de uma política intervencionista e industrializante.

Para que se compreenda a importância desse movimento e as transformações que acarreta a todos os níveis da vida nacional, impõe-se o conhecimento da estrutura política, econômica e social do país antes de 1930.

Um estudo da conjuntura nacional do período conhecido como Primeira República (1889/1930) põe em relevo os problemas de ordem sócio-econômico e políticos, que caracterizaram o processo histórico configurado na República Velha.

O sistema político implantado com o regime republicano contém uma íntima relação do processo produtivo nacional com o mercado mundial, o que de acordo com o caráter cíclico de economia brasileira, desloca o polo dinâmico conforme o vento da demanda internacional, evidenciando as diferenças regionais que se expressam pelos constantes conflitos entre as classes dominantes em disputa pelo poder. (1)

O Brasil do início do regime republicano até 1930

Labim/UFRN

refletia os interesses da classe dominante agro-exportadora (que abastecia de produtos primários os países capitalistas centrais) e era particularmente dependente da demanda externa, para sua expansão e desenvolvimento. (2)

Esse fato vinculado a descentralização implatada com a Constituição de 1891 - que trazia em seu bojo a automia dos Estados - vai ser fundamental para a engrenagem do jogo político do período, que põe em destaque a grande interdependência do político com o econômico. (3)

Apesar de durante todo esse período (1889/1930) a dominação econômica e política a nível nacional estar nas mãos da classe de proprietários agrários, estes, - como afirma Dulce Chaves Pandolfi - "*não expressavam em momento algum, um todo homogêneo*" (4). As constantes divergências entre os variados grupos agro-exportadores, surgem em função da maior ou menor atenção dispensada pelo governo central aos seus diferentes interesses. E esse atendimento era concedido de acordo com a importância que cada grupo agro-exportador representava para o conjunto da economia nacional. O quadro a seguir dará uma idéia mais precisa da situação do setor de exportação.

% SOBRE O TOTAL DE EXPORTAÇÃO

Produtos - Anos	1891-1930	1901-1910	1911-1920	1921-1930
CAFE	64,5%	51,3%	53,0%	69,6%
AÇÚCAR	6,0%	1,2%	3,0%	1,4%
BORRACHA	15,0%	28,2%	12,1%	2,6%
CACAU	1,5%	2,8%	3,6%	3,2%

Fonte: Carone, Edgard - A República Velha, Difel, São Paulo, 1975

Labim/UFRN

A julgar pelo quadro acima, as grandes divergências deveriam partir dos Estados produtores de Açúcar e Borracha, onde as flutuações são mais ou menos violentas, principalmente para a borracha na década que antecede à revolução. Proporcionalmente, a queda do açúcar não é menos desastrosa, se for considerado que este percentual que deixa de ser exportado, não foi absorvido pelo mercado interno. A recuperação que se observa entre 1911 e 1920, deveu-se à crise provocada pela I Guerra Mundial.

Desse modo fica clara a observação de Dulce Chaves Pandolfi, de que os exportadores de produtos primários, não formavam um todo hegemônico, sendo evidente porém a hegemonia dos estados exportadores de café, que se expressa na dominação que passam a exercer sobre outros economicamente menos desenvolvidos.

A principal fonte de receita dos estados era a taxa de exportação e a do governo federal eram as taxas de importação. Em razão dessa fonte de receita, apenas três estados no Brasil, eram realmente autônomos: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (este com a pecuária) e juntos produzem mais de 50% da renda nacional (5). Em função da grande participação que estes estados têm na vida econômica nacional é que o Nordeste, que mantivera grande força política no regime monárquico - graças a atividade açucareira - vê decair seu prestígio político com o advento da república, como decorrência da crise crônica da produção açucareira agravada na década de vinte. (6)

Conseqüentemente, os produtores de açúcar do Nordeste, são substituídos gradativamente na vida pública nacional, pelos produtores de café de São Paulo e Minas Gerais, uma vez que o momento em questão a nação brasileira era quase detento-

Labim/UFRN

ra do monopólio externo do café.

O que se constata é uma recomposição dos quadros políticos onde sobressai, tanto no que se refere ao processo eleitoral quanto no preenchimento dos cargos políticos na esfera federal, o declínio da participação dos representantes do Nordeste, frente a um impulso mais forte dos estados do centro-sul.

Preterido de funções e escamoteado das decisões o Nordeste assume uma posição de ferrenha crítica ao sistema. As classes dominantes chegam até a exigir - como afirma Dulce Chaves Pandolfi - "*um maior espaço político, na tentativa de obter uma participação ao nível do poder federal enquanto sócio menor do pacto dominante, resistindo à hegemonia do setor cafeeiro e buscando uma melhor distribuição das benesses federais que mais os favorecessem*". (7)

No Congresso Constituinte, os deputados nordestinos - em depressão - até se debateram para conseguir uma parte das rendas de importação, declarando que somente as taxas de exportação e o imposto sobre propriedade não proveriam fundos suficientes para apoiar seus governos. (8)

Favorecia ainda mais a supremacia dos estados do centro-sul na Primeira República, a ausência de um partido político de âmbito nacional. O Partido Republicano Federal não tivera longa duração (9) e o seu desaparecimento fortificou os partidos estaduais, em particular daqueles que possuiam os requisitos principais (geográfico, econômico e demográfico) para polarizarem o equilíbrio da política nacional. O Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro passaram a deter a hegemonia política na disputa da presidência, com o objetivo

Labim/UFRN

principal de defender os interesses específicos de suas regiões.

A implantação do modelo político do governo Campos Sales (1899/1902), conhecido como "política dos governadores" ou "política dos estados", consolidou o mecanismo do sistema, enquadrando em seu bojo toda a engrenagem da estrutura política, do período. Gradativamente, alijava os estados menores do jogo político nacional. Esta política - que visava sobretudo eliminar entraves na Câmara e Senado para as proposições governamentais - estabelecia um pacto de manutenção do poder político estadual mas em contrapartida exigia lealdade partidária ao governo central, representada especialmente através do voto. Conseqüentemente os estados menores (Norte-Nordeste principalmente - por disporem de pouco potencial na permuta frente ao poder central, ficavam dele dependente. (10)

Esse modelo político firmou os partidos estaduais como a mola mestre do sistema e consolidou as oligarquias estaduais.

A partir da I Guerra Mundial, a infra-estrutura econômica do país - baseada na monocultura cafeeira - tornava-se completamente vulnerável, pela dependência quase exclusiva de um único produto de exportação. A penetração de outros países no mercado e a primeira crise de superprodução cafeeira, que ocorrera no início do século, acarretara à queda dos preços. Os empresários brasileiros em defesa dos seus interesses, planejaram um esquema, para cuja execução necessitavam apenas de recursos financeiros: estocando o produto e retendo-o fora do mercado, provocavam uma forma artificial de oferta.

Graças à descentralização republicana, que dava au-

Labim/UFRN

tonomia aos estados - inclusive para criar impostos - este esquema foi executado, com êxito, pela primeira vez pelos cafeicultores paulistas sem apoio do governo federal. O sucesso alcançado - embora mais tarde a nação tivesse de arcar com a responsabilidade dos prejuízos gerados pelo esquema - consolidou o poder dos cafeicultores paulistas na supremacia política. Essa posição foi mantida por mais de vinte e cinco anos, dividida apenas com os mineiros, que tinham situação econômica sólida e grande representação no congresso e juntos submeteram o governo central aos objetivos de seus interesses econômicos.

Favorecidos, então, pelo sistema político que se estabelecera e através do esquema de valorização do café, o setor hegemônico da economia brasileira conseguira defender-se das constantes oscilações de preços no mercado internacional e da superprodução que começara a manifestar-se no início do século XX, criando o mecanismos de desvalorização cambial e mais tarde da "política de valorização do café". Sendo um setor econômico em expansão, possibilitava um contínuo crescimento da renda nacional.

A relação entre a expansão do centro dinâmico (ligado ao setor externo) e o crescimento da renda nacional, pode ser explicada em função da dependência do setor externo para aplicar o excedente agrícola, que impõe a importação como mecanismo punitivo da especialização agrícola e conseqüentemente, o controle nacional sobre o produto básico. (11)

A carência de recursos financeiros em grande quantidade, tanto por parte dos Estados como da União - para execução dessa política: financiamento do produto e sua retenção - exigiu que se apelasse ao capital externo. "A valorização nasceu como corolário do apelo ao capital externo, embora os gru-

Labim/UFRN

pos financeiros já instalados no país - Rothschild, Banco da França - tenham resistido, a princípio, a esta política. (12)

Mas, se por um lado os interesses dos cafeicultores eram satisfeitos - no que tange à elevação do preço do produto com o capital externo - por outro lado ficavam subjugados aos grupos financeiros, com pagamento de um imposto cobrado em ouro sobre cada saco de café exportado (para saldar a dívida contraída com os empréstimos). Criava-se uma relação de dependência entre a burguesia cafeeira (13) e os grupos financeiros (14). O nível de renda da burguesia cafeeira dependia dos preços alcançados no mercado mundial. Mas a munutenção destes preços só era possível com os recursos externos. A burguesia cafeeira era a um só tempo dominante e dependente, o que a tornava especialmente vulnerável às crises internacionais. (15)

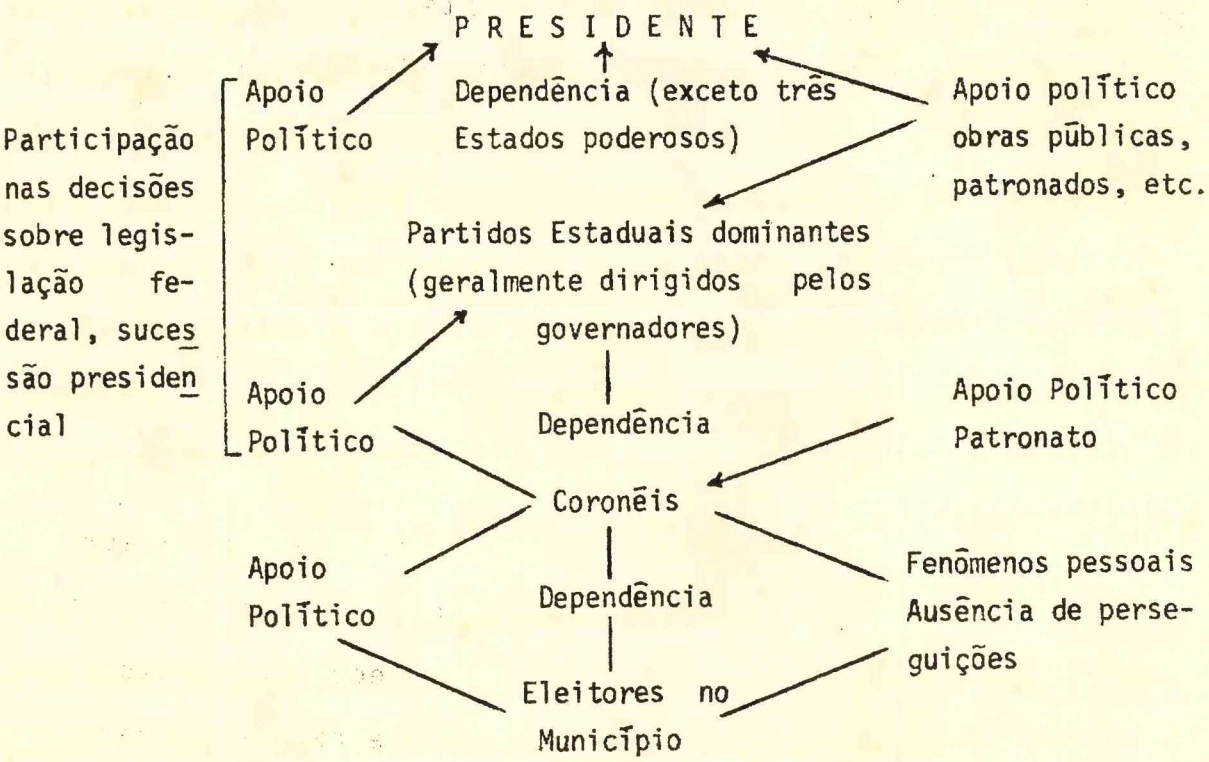
Após a I Guerra Mundial tem efeito uma acentuada ascensão da burguesia nacional - aqui compreendida como elementos possuidores de capital - composta de fazendeiros de café do Planalto de São Paulo, industriais, empresários e grandes comerciantes. Estes têm sua ascensão como fruto da urbanização e modernização que toma grande impulso com o êxito da agricultura cafeeira e é muito mais uma burguesia ligada ao setor agrário exportador. A urbanização favorerece o "crescimento industrial", que nesse primeiro momento se expandira para o mercado interno.

Essa burguesia ascendente, triunfante no plano econômico passa a deter também um poder no plano político, transformando o Estado na expressão dos seus interesses, dominado pela força dos latifúndios, com seus suportes nos clãs políticos dos coronéis, fazendeiros do interior.

Labim/UFRN

A oligarquia agrária dominava o sistema político nacional, cuja engrenagem gerava uma relação de dependência entre as três esferas do poder. federal, estadual e municipal, com o eleitorado como base do sistema. Em troca dos votos recebidos dos coronéis, eram distribuídos os benefícios do patronato federal, estadual e municipal (16). A grande parte da população fixada no campo, dependia político e economicamente dos coronéis - por quem eram controlados - e como decorrência tinham uma participação subordinada no processo eleitoral.

ESQUEMA DA HIERARQUIA POLÍTICA DA REPÚBLICA VELHA



Fonte: Love, - Joseph - O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930, p.127

Labim/UFRN

Paralelamente ao desenvolvimento do setor cafeeiro e graças ao impulso dinâmico do comércio exterior, a economia brasileira diversificou-se. O progresso das principais cidades acelerou-se rapidamente, beneficiando-se indiretamente com as medidas protetoras do café. Nestas cidades desenvolvia-se um setor industrial que durante a Primeira Guerra Mundial usufruira de um ciclo de incentivos, passando a funcionar como um campo alternativo de investimentos por ocasião dos períodos de menor lucro no setor de exportação. (17)

O progresso material e o aumento demográfico ampliavam a importância dos centros urbanos, principalmente dando margem à transformação da estrutura social. Crescia a camada média urbana, desenvolvida no comércio e na relativa prosperidade nacional, que exigia variados cargos e funções. Eram funcionários das administrações públicas e privadas, comerciários, militares e profissionais liberais, compondo a conhecida camada média urbana (18), cujo desenvolvimento e presença na sociedade nacional traziam-lhe novas possibilidades de enfrentar o sistema vigente e de se insurgir contra os interesses econômicos e politicos da classe dominante.

Boris Fausto indica como exemplo de uma maior participação política da população urbana, a eleição de 1919, onde Rui Barbosa, candidato da oposição e derrotado, concorrendo mesmo sem o apoio da máquina eleitoral oficial, chegara a obter um terço de votação, e chegara mesmo a vencer no Distrito Federal, o que jamais ocorrera em eleições anteriores. (19)

A florescente camada média urbana, ao lado do proletariado, que se desenvolvia com o crescimento dos parques manufatureiros, foram os grupos que mais prejudicados com as medidas da política de valorização do café, por dificultar-lhe

Labim/UFRN

a sua possibilidade de consumo.

Os primeiros sinais de desequilíbrio do sistema apareceram em 1917, quando a greve geral dos operários de São Paulo paralisou por três dias os serviços gerais dessa cidade. O aumento do custo de vida e a oferta de mão de obra na cidade, superior a demanda, contribuindo para redução de salários,eram os fatores que concorriam para os movimentos operários do momento. (20)

O proletariado urbano, da mesma forma que os assalariados das fazendas de café, compunha-se em sua maioria de imigrantes europeus. Muitos eram adeptos do anarco-sindicalismo e estavam habituados à luta de proletariado na Europa. Foram estes os responsáveis, ao lado dos operários brasileiros, pela organização dos sindicatos operários.

Em 1922, um grupo de intelectuais e operários fundou o Partido Comunista, com uma atuação legal bastante restrita: criado em fevereiro, em julho já desaparecia, com o decreto de estado de sítio do presidente Artur Bernardes. (21)

Nos primeiros anos de vinte, a insatisfação chegou até o Exército, no setor constituído pelos jovens tenentes, revelando um sintoma gravíssimo de uma crise que se instalava no aparelho do Estado (22). Aliás o primeiro sinal do descontentamento do Exército com relação ao sistema vigente foi sua participação política no governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 1910. O Exército funcionara como grupo de pressão na "política das salvações", na tentativa de derrubar as oligarquias estaduais, o que pode ser considerado como um prenúncio do tenentismo. A "política das salvações", ou "as salvações nacionais", como ficou conhecida, constituiu-se de um movimento liderado

Labim/UFRN

por um grupo de militares e alguns civis, visando a realização de alterações no controle do poder nos Estados. Os salvacionistas - os oficiais situados como grupo de pressão junto ao Presidente - dispunham-se a salvar as instituições republicanas, através da derrubada dos governos locais, principalmente no Nordeste. (23)

A expressão do descontentamento dos tenentes, manifestou-se, no decorrer de toda a década de vinte, através de uma seqüência de levantes militares abortivos, levando à Nação seus anseios, num protesto contra o que consideravam os vícios da política nacional - o que de certa forma traduzia as inquietações da camada média.

Esses levantes tiveram seu início no governo de Artur Bernardes, eleito em 1922, após uma campanha bastante tumultuada, na qual os militares tiveram uma participação ativa na oposição. Após a vitória de Artur Bernardes, o jornal da oposição "O Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, publicou uma carta falsa, atribuída a Bernardes, contendo insultos ao Exército. Os militares, indignados, rebelaram-se em várias unidades contra o Governo, sem maiores conseqüências imediatas. O que faz, no entanto, explodir a revolta de 1922, a Revolta do Forte de Copacabana, foi o fechamento, pelo Governo, do Clube Militar e a prisão do seu presidente, o Mal. Hermes. Esse levante continuou: em 1923, com a Revolução Gaúcha; em 1924 com a Paulista, e de 1926 a 1929 com a Coluna Prestes, que percorreu grande parte do território brasileiro, terminando por ter seus principais líderes refugiados na Bolívia.

De um modo geral, esse movimento, que ficou conhecido como "tenentista", não teve unidade nem conteúdo programático bem definido. Sua ideologia era confusa, sofrendo uma evo

Labim/UFRN

lução de pensamento no decorrer dos sucessivos levantes. Suas formulações e a força de seus motins, entretanto, fizeram com que os tenentes fossem revestidos de uma aurêola, como verdadeiros herôis nacionais, principalmente para as camadas mêdias urbanas, de onde eram, geralmente recrutados. Envolvidos por uma onda de grande simpatia e solidariedade passiva, a sua atuação na década de vinte teve grande significação na conjuntura nacional. Aderindo, mais tarde, à Aliança Liberal, levou para esta a grande popularidade que cercava os movimentos tenentistas, sobretudo pela identidade que existia entre os interesses políticos e sociais destes e os interesses da camada média brasileira, alienada da vida pública nacional. (24)

Todavia essa identidade de objetivos com a camada média urbana, limitava-se ao anseio por reformas políticas e sociais, expressa - como afirma Maria Cecília Spina Forjaz - nas formulações liberal - democráticas, no inconformismo antioligárquico e nos anseios de maior participação política das camadas mêdias urbanas. Porque, ideologicamente, o tenentista não se vinculava a nenhuma camada social, e é voz corrente, até os dias atuais, que os tenentes sabiam o que não queriam mas não sabiam o que queriam.

A partir de 1924, o pensamento ideológico dos tenentes revelava duas tendências nítidas que dividem suas hostes: uma radical e minoritária - como os rebeldes do Amazonas e os que no final da década seguiram Luis Carlos Prestes - que pleiteava reformas de infra-estrutura. A outra, majoritária, defendida por Juarez Távora, João Alberto, Siqueira Campos, entre outros, que exigia tão somente reformas políticas de cunho liberal. Entretanto, as duas correntes se identificavam no elitismo: em seus movimentos nenhuma das duas facções pensava em

Labim/UFRN

mobilizar o povo. No final eram dois tenentismos diversos: um político e outro social (25). Uma prova disso é a reação de Juarez Távora contra o Manifesto que Carlos Prestes lançou a nação brasileira em maio de 1930. Távora declarou que não julgava viáveis os meios que Prestes pretendia utilizar para executar o movimento revolucionário nem aceitava a solução social e política que preconizava para resolver o problema brasileiro. (26)

Em 1926 foi eleito para a Presidência da República o paulista Washington Luis, que teve uma eleição calma, bem diferente da do seu entecessor. Nesta campanha, São Paulo contou com o apoio de Minas e Rio Grande do Sul - este último despontando no cenário político nacional. Até esta data, o Rio Grande do Sul se mantivera ausente das disputas federais, embora fosse também um Estado autônomo economicamente, mas é que estivera envolvido com problemas internos. Na década de vinte, estes problemas chegaram a uma solução com o Pacto das Pedras Altas, o que lhe proporcionou a paz estadual e lhe deu condições de poder participar mais ativamente das disputas das oligarquias dominantes. (27)

Washington Luis, compreendendo a importância do apoio do Rio Grande do Sul, convidou, para Ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, político que ascendia na oligarquia gaúcha. Sua função seria implementar a nova política financeira do Governo, que, de acordo com a reforma financeira aprovada pelo Congresso, no final do ano de 1926, estabelecia uma taxa fixa de câmbio, objetivando a estabilização monetária. A medida tinha em vista evitar as constantes oscilações cambiais e incrementar as exportações.

A elite cafeeira e o setor industrial aprovaram a

Labim/UFRN

nova política. A camada média mais elevada - que era apenas consumidora dos produtos importados - prejudicados por esta medida, começou a criticar o Governo, através de seus representantes.

A insatisfação no seio da classe média alta, motivada pela política imposta pelo governo, representa um elemento de significativa importância no final da década de vinte, porque vai criar a divergência política em São Paulo. Dessa forma é que foi criado o Partido Democrático Nacional em São Paulo (1926), que vai por fim ao exclusivismo do Partido Republicano Paulista, primeiro indício do esfacelamento da estrutura oligárquica. Com isso o Governo Federal perdeu o apoio de uma considerável camada do setor agro-exportador. O Partido Democrático reunia em sua organização antigos dissidentes e algumas figuras novas, e configurava-se como um agrupamento mais voltado para os interesses da classe média urbana. Seu programa liberal democrático apresentava, ainda que vagamente, algumas idéias reformistas, especialmente no tocante a política. O Partido Democrático era expressão do setor dinâmico, e procurava manipular as camadas médias nacionais para sua causa. Sua maioria era composta da camada rural e da classe média, entretanto contava também em seu quadro com uma participação em pequena escala do setor industrial. (28)

Ao chegar o ano de 1929, tudo evidenciava, na conjuntura nacional, a aproximação de uma grave crise, como resultado das tensões acumuladas no decorrer de todos estes anos do regime republicano. Estas não significavam fatores isolados, mas faziam parte de um processo cumulativo, conseqüência das deficiências do sistema que gerava insatisfações. Dessa forma é que a crise política que se deflaga em 1929, tem seus antece

Labim/UFRN

dentes no aspecto econômico, responsável pela formação da estrutura sócio-política da época. Muito embora, no momento, ela se manifestasse a nível político e tivesse na crítica antioligárquica um dos seus elementos mais fortes. (29)

No entanto, para a destruição do poder oligárquico, não seria suficiente a ação isolada dos tenentes, da classe operária ou mesmo da camada média, incapaz de uma organização autônoma. Como afirma Boris Fausto, "*somente um desentendimento de maiores proporções entre os grupos dominantes nos Estados poderia dar novo impulso aos setores dispostos a reformular o sistema político e introduzir novas reformas*". (30) E esse desentimento nos grupos dominantes vai ocorrer com a crise política de 1929.

A safra brasileira, estimulada pela permanente defesa do produto, se apresentava mais uma vez excedente em relação a capacidade de importação do capital mundial. Agravava a situação a crise internacional de 1929, que desorganizava o mercado internacional. Neste mesmo ano ocorre um aumento da dívida externa e ainda o declínio da taxa cambial.

A política financeira do presidente Washington Luis, recomendada pelos grupos financeiros, inclusive como condição para futuros empréstimos, pretendia a estabilização financeira e, para tanto, passou a negar a concessão, pelo Banco do Brasil, de financiamentos aos cafeicultores (34), que até esse momento apoiavam a política financeira do Governo.

O impasse político surgiu na hora da indicação do candidato à sucessão da presidência, ficando evidente que o grupo paulista não pretendia, nem podia, abrir mão do cargo no momento. De acordo com a tradição política, desde 1924, à vez

Labim/UFRN

no revesamento da chefia da Nação seria do presidente de Minas, Antonio Carlos. Apoiado pela classe dominante paulista, Washington Luis indicou para seu sucessor o presidente de São Paulo, Júlio Prestes.

Washington Luis não pensava, ao que tudo indica, ter maiores problemas com Minas ou com as dissidências paulistas, considerando as relações satisfatórias com o Rio Grande do Sul. Caso Minas resistisse, ficaria isolado na luta.

Entretanto, Minas conseguiu formar uma oposição que contava com a adesão do Rio Grande do Sul, apresentando a candidatura de Getúlio Vargas para a presidência da República e para a Vice-Presidência, João Pessoa, Presidente da Paraíba (32). Surgia assim a Aliança Liberal, congregando uma frente regional sob a orientação de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba - e que tinha a adesão do Partido Democrático de São Paulo. Na Paraíba, a oligarquia regional se dividiu (o mesmo acontecendo em alguns outros estados), ficando uma boa parte, ou seja a facção de João Suassuna favorável ao Governo Federal. Muito embora as possibilidades fossem restritas, uma vez que o governo central contava com a adesão das oligarquias de dezessete dos estados da federação, a oposição teve uma importância singular, por se insugir contra a oligarquia dominante na nação.

A Aliança Liberal tinha no seu programa o objetivo de sensibilizar as camadas médias, e representava as aspirações da classe dominante não associada ao setor cafeeiro, o que lhe trazia a adesão das oligarquias dissidentes dos estados que não estavam satisfeito com o tratamento do governo federal com relação aos seus interesses econômicos. Defendia a reforma política, as liberdades individuais e a anistia, da mes

Labim/UFRN

ma que via a necessidade de incentivo a toda a produção nacional, e não apenas o café, o que significava combater o tratamento de diferenças regionais; contrapunha-se ao esquema de valorização, além de propor muitas medidas de cunho social.

Tendo em vista seu programa, as rápidas adesões que a Aliança Liberal recebeu no Norte, se prende, principalmente ao fato da posição assumida por ela propondo como uma de suas metas, a luta contra a submissão política dos governos estaduais frente ao governo central. (33)

Os tenentes também aderiram à Aliança Liberal, embora a princípio tenham ficado indecisos, face a inclusão neste partido de alguns dos seus velhos inimigos, como por exemplo Artur Bernardes. (34)

A Aliança Liberal desempenhou um papel de fundamental importância nos movimentos políticos do final da década, muito embora não procurasse romper definitivamente com o sistema, com o qual estava comprometida. Somente após terem falhado as tentativas de conciliação com o Governo, tentando, inclusive, a apreciação de um outro nome, que não foi aceito por Washington Luis, partiu para a sua campanha eleitoral.

A 1º de março de 1930, as eleições realizaram-se. Houve fraudes de lado a lado, inclusive pelos aliancistas, provavelmente esquecidos de que lutavam pela moralização dos costumes políticos. Os resultados eleitorais deram a vitória ao candidato governista, Júlio Prestes, causando grande insatisfação nas hostes oposicionistas, muito embora os acordos prometessem respeitar esses resultados, que apresentavam um total de 1.097.000 votos para Júlio Prestes, contra 744.000 para Getúlio Vargas. (35)

Labim/UFRN

Nesse contexto pós-eleitoral, tem papel destacado a representação mais nova das oligarquias dissidentes, - os chamados jovens turcos - que com uma mentalidade mais radical no sentido de atitudes mais concretas, exigiam uma tomada de posição definida, o que põe em evidência as diferenças patentes no seio da própria Aliança Liberal.

A nova geração política composta dos gaúchos Getúlio Vargas, Paim Filho, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor (vice-presidente da Aliança Liberal), João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso, como também dos mineiros Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, dispunha-se a romper o pacto entre as oligarquias. Conseguiram a adesão das facções centristas dos tenentes, entre os quais Juarez Távora, João Alberto e outros. Para eles, a solução do problema deveria ter uma forma diferente da acomodação tradicional, o que a princípio encontrou a resistência de Vargas e Paim Filho.

Luis Carlos Prestes fora convidado a participar do movimento, mas recusou envolver-se no golpe que considerava mais uma farsa. Em maio de 1930, Prestes rompeu definitivamente com o tenentismo, lançando o seu manifesto de orientação comunista. Criou a Liga de Ação Revolucionária, pregando uma revolução nacionalista (36). Essa posição radical de Prestes, concordando que a revolução deveria ser feita pelo povo nos moldes bolchevista, e não como pensava Juarez Távora, com as forças militares presentes como elemento disciplinar e responsável pela organização nacional, demonstra a desvinculação total de Prestes do tenentismo e das conspirações destes no momento.

Diante do manifesto lançado por Prestes as forças populares manifestaram-se na eleição de 1930, elegendo através de uma organização de esquerda - O Bloco Operário Camponês

Labim/UFRN

alguns parlamentares pelo Rio de Janeiro. O fato destes não serem reconhecidos pela Comissão de Verificação de Poderes do Congresso, provocou protestos populares. As forças oligárquicas e burguesas, receiosas de que um movimento mais radical e popular se manifestasse na ocasião, precipitaram os acontecimentos, convencionando os indecisos a aderirem ao movimento armado. (37)

Vale a pena salientar, na adesão dos tenentes à Aliança Liberal, a responsabilidade da ação e o sucesso do empreendimento. No momento decisivo, graças a interferência de Gois Monteiro, a alta cúpula do Exército aderiu ao movimento.

Uma análise mais completa sobre a atuação da Aliança Liberal no Rio Grande do Norte, encontra sérios obstáculos na carência de dados. O único jornal disponível para a pesquisa foi o órgão oficial. Entretanto se sabe que a Aliança Liberal contava com alguns adeptos, entre eles podendo ser citado Dinarte Mariz, primo do governador Lamartine. A Aliança Liberal realizou dois comícios com a presença de líderes nacionais. Todavia os resultados eleitorais indicam a pouca expressividade que tinha diante do poder oligárquico.

A determinação do assalto armado e o comando da luta partiram dos revolucionários militares e dos tenentes civis - como ficaram conhecidos Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco, Paulo Nogueira, entre outros, pela mentalidade semelhante à dos tenentes militares.

Na Paraíba, a tumultuação do ambiente, face a divisão das forças políticas, levara à luta armada esta região do Nordeste. Princesa, município paraibano, foi palco dos conflitos, rebelando-se como conseqüência das disputas entre os gru-

Labim/UFRN

pos dominantes locais. O assassinato de João Pessoa, candidato por este Estado à vice-presidência, foi o pretexto para o golpe efetivo. Da indecisão em que se encontravam os políticos oposicionistas, passaram à luta. O Exército apoiou o movimento, instalando a Revolução, simultaneamente, a 3 de outubro, nos três Estados ligados pela Aliança Liberal.

As tropas gaúchas foram comandadas pelo tenente-coronel Gois Monteiro e as nordestinas pelo capitão Juarez Távora. A terceira frente partiu de Minas para São Paulo, onde houve resistência até a deposição do presidente Washington Luis. (38)

A 24 de outubro, o movimento vitorioso chegava a sua meta, com a substituição do presidente, deposto por uma Junta Governativa Militar, composta pelos generais Mena Barreto, Leite Castro, Tasso Fragoso e pelo civil Afonso Penna Jr. Em nota pública à população, a Junta explicava a mudança efetiva na alta administração do país, com a "cooperação da massa popular e das classes armadas (...) no patriótico intuito de por um paradeiro à chacina que ameaçava desgraçar a família brasileira". (39)

A Revolução de 1930 representou um profundo corte no processo histórico brasileiro. Levada a efeito pelos militares, pela camada média e por alguns setores das oligarquias regionais em dissidência em 1930, conduziu Getúlio Vargas ao poder e rompeu com a estrutura tradicional. Suas origens, entretanto, estão no bojo da crise do capitalismo agro-mercantil. (40)

Labim/UFRN

N O T A S

1. PANDOLFI, Dulce Chaves. Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. IN: GOMES, Ângela Maria de Castro. Regionalismo e Centralização Política - Partidos e Constituinte dos anos 30; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p.341/73.

2. FURTADO, Celso. Crises da Economia Cafeeira. IN: FENELON, Déa. 50 Textos de História do Brasil. São Paulo, Hucitec, 1974, p.130.

3. SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Processo Partidário da Primeira República. IN: MOTTA, Carlos Guilherme da. Brasil em Perspectiva, São Paulo, Difel, 1976. p.162-226.

4. PANDOLFI, Dulce Chaves. op. cit. p.341.

5. LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo, Perspectiva, 1975, p.126.

6. PANDOLFI, Dulce Chaves. op. cit. 341/343.

7. Id ibid , p.342.

8. LOVE, Joseph. op. cit. p.121.

9. FRANCO, Afonso Arino de Melo. História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil.

10. LOVE, Joseph. op. cit. p.122

11. BEZERRA, Maria. Mudanças Sociais. Brasília, 1977, p. 26 mimeog.

12. FAUSTO, Boris, A Revolução de 1930. IN: MOTTA, Carlos Guilherme da. Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difel, 1976, p.229-230.

Labim/UFRN

13. Burguesia Cafeeira: plantadores de Café e o setor ligado à exportação do produto: comissários, empresários, etc.

14. Grupos Financeiros: grupos que financiavam a burguesia cafeeira, principalmente financistas inglesas.

15. FAUSTO, Boris. op. cit. p.230

16. LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo Enxada e Voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p.43.

17. DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. São Paulo, Difel, 1971, p.230.

18. Camadas Médias Urbanas: aqueles setores da população urbana que, não sendo detentores de capital, realiza trabalho predominantemente não manual, quer trabalhando por conta própria, quer vendendo sua capacidade de trabalho para terceiros. A utilização deste conceito no presente trabalho, ao invés de classe média - que define um grupo de pessoas que ostentam um mesmo padrão de vida, sensivelmente inferior aqueles das oligarquias agro-industriais - justifica-se na medida em que os grupos aqui mencionados não possuem os caracteres essenciais do conceito marxista de classe social.

19. FAUSTO, Boris. A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930. IN: BORIS, Fausto. História da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1977. T 3. v.2, p.403.

20. Id ibid, p.403.

21. CARONE, Edgard. A Primeira República (Texto e Contexto). São Paulo, Difel, 1973, p.257.

22. FAUSTO, Boris, op. cit. p.405.

23. Id ibid, p.405.

Labim/UFRN

24. SAES, Dēcio. Apud: FORJAZ, Maria Cecília Spina. pp.19-20(25)

25. FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Polícia na Primeira Repūblica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.23.

26. A PALAVRA do chefe da Revolução General Juarez Tāvora discordou do manifesto de Carlos Prestes. A Repūblica, Natal, 16 de out. 1930.

27. LOVE, Joseph. op. cit. p.115-121.

28. FAUSTO, Boris. op. cit. p.406.

29. Id ibid, p. 414.

30. FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaios da Histōria Republicana; São Paulo, 1972 (Caderno Cebrap, 10 p.23.

31. ____ op. cit. p.416.

32. Id ibid, p.416.

33. Id ibid, p.418.

34. Id ibid, p.420.

35. Id ibid, p.420.

36. Id ibid, p.421.

37. CARONE, Edgard. op. cit. p.259.

38. FAUSTO, Boris. op. cit. 421.

39. O Sr. Washington Luis, Presidente da Repūblica foi deposto ontem às 9.20 h. A Repūblica, Natal, 25 de out. de 1930.

40. SAES, Dēcio. Industrialização, populismo e classe mēdia no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Caderno do Instito de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 6).

Labim/UFRN

1.2 - A Situação Sócio-Econômica e Política do Rio Grande do Norte no Contexto da Primeira República

Inserido no quadro mais amplo da situação nacional, o Rio Grande do Norte integrava o sistema na condição de "sócio menor" do jogo político, com sua classe dominante articulada à classe que mantinha a hegemonia a nível nacional.

Localizado no extremo oriental do Brasil, o Estado do Rio Grande do Norte constitui - com seus 53.015 Km^2 (0,6% do território nacional e 3,4% do nordestino) - uma das menores unidades da federação (1). Durante a Primeira República faz parte da área periférica nacional, caracterizado como um Estado pobre e atrasado, com insignificante participação na vida econômica do país. Entretanto, não obstante essa situação desfavorável, não permaneceu isolado da vida política nacional, fato comprovado pela participação de políticos potiguares em cargos da alta cúpula federal desta fase, o que demonstra a sua integração nas relações de força na disputa do poder. (2)

A população estadual que em 1900 era de 274.317 habitantes vê-se duplicada pelo censo de 1920, que registra 537.135 habitantes (3). O índice de interiorização da população é grande e ilustrada pelo fato de que Natal, a capital, nesta época era uma cidade pequena de apenas 30.696 habitantes.

A sustentação econômica do Estado durante toda a Primeira República, firmava-se na produção e comercialização de 4 produtos fundamentais: o açúcar, o algodão, o sal e a cera de carnaúba, que fazem parte de sua pauta de exportação e ainda em menor escala, da pecuária bovina, considerada mais uma atividade correlata, além de suprir o mercado interno. Em função da exploração destes produtos, parece claro que a produ

Labim/UFRN

ção econômica foi um dos principais fatores responsáveis pela polarização populacional dos centros urbanos mais prósperos, principalmente, através da agricultura comercial, como é o caso de Natal, no litoral, Mossoró, na região oeste, e Caicó, na região sertaneja.

Na primeira metade do século XIX a produção açucareira constituira-se como o setor mais dinâmico da economia norte-rio-grandense. Todavia, em comparação com os outros Estados açucareiros se apresentava em grande desvantagem, principalmente, porque a faixa de terra que se prestava a sua cultura ficava restrita apenas a duas áreas: os vales do Ceará-Mirim e o do Capió, não chegando a integrar mais de 8 municípios. (4)

No início do século XX, a importância da atividade açucareira na economia estadual, passou a decrescer em função da crise nordestina do final do século passado conseqüência de dois fatores: escassez de mão de obra escrava (decorrente da extinção do tráfego e da concorrência da lavoura do café em expansão) e outro que diz respeito à concorrência no mercado internacional representado pelo açúcar obtido da beterraba e cana das Antilhas.

A política agrícola neste período (1983-1900) com vistas a superação da crise da produção açucareira expressava-se por uma série de medidas para vencer os obstáculos, orientada para o problema do êxodo da mão-de-obra, para a questão do financiamento direto e incentivo à produção e para a necessidade de desenvolver-se a infra-estrutura da comercialização do açúcar.

A evasão a mão-de-obra local constituía um dos mais

Labim/UFRN

sérios problemas da agricultura, assunto constante em todas mensagens de governos do período. Sua explicação consiste no fato de que por ocasião das secas, verificava-se grande êxodo populacional para os seringais da Amazônia e para o serviço militar estadual e federal. (5)

Ao se iniciar o século XX, o Rio Grande do Norte era o único Estado açucareiro que não possuía uma única usina de açúcar. Somente em 1910 foi que surgiu, de forma bastante precária, a Usina Maranhão, em Canguaretama, e três engenhos modernizados, situados no município de Ceará-Mirim. (6)

É também neste período que são sentidas profundas alterações que vão dar nova direção a política agrícola estadual. Em função do capital acumulado no âmbito do financiamento e comercialização dos produtos agrícolas exportados, subjugado aos novos interesses do capitalismo central, constituirão novos elementos a influenciar na economia do Estado e no incremento da política federal de obras contra as secas.

Data deste momento o desenvolvimento das técnicas de beneficiamento da produção primária ao lado do aparecimento de diversificadas unidades fabris, dando início, de uma forma ainda bastante precária a um processo de industrialização na vida econômica do Estado e o desenvolvimento do sistema de transporte, o que constituirá as duas mais significativas expressões da nova fase.

A retração da economia açucareira foi acompanhada pelo aparecimento da cotonicultura. Nesta primeira fase ela aparece apenas como uma atividade complementar da pecuária, espalhando-se principalmente pelo Agreste e pela zona oeste, não integrando no, entanto, todo o Estado. A destruição da grande

Labim/UFRN

parte do rebanho bovino, pela seca de 1877/79, foi a incentiva dora da marcha expansionista do algodão, para áreas anteriormente, exclusivamente dedicadas à pecuária, como o caso do sertão.

O surto algodoeiro, iniciado nos mercados europeus pelo "cotton Hunger", durante a Guerra de Sucessão Norte-Americana (1861/65) representa no Rio Grande do Norte a consolidação da cultura algodoeira como setor de mercado externo da economia sertaneja, especialmente após a dizimação de 70% dos rebanhos bovinos pela seca de 1915. (7)

A produção algodoeira alcançou altos índices nos primeiros anos do século XX. Essa expansão se deve sobretudo pela atenção oficial que passa a receber pelo fato de que sua produção em termos de direitos sobre exportação passara constituir, a maior fonte de renda do Estado. (8)

Com referência ao produto, a tendência básica da política agrícola expressava-se na preocupação constante do governo com a fiscalização e cobrança de taxas de exportação.

A tabela abaixo registra a contínua ascensão dos preços da exportação algodoeira nos últimos anos da I Guerra Mundial - 1914-1918, e o impulso que o setor apresenta na economia estadual. Ao mesmo tempo ilustra os efeitos da grande seca no nordeste em 1915, onde se percebe seus efeitos na produção do ano seguinte:

Labim/UFRN

TABELA 1

RIO GRANDE DO NORTE

PRODUÇÃO ALGODOEIRA - 1914/1918

A N O S	TOTAL DE EXPORTAÇÃO	PREÇOS
1914	5.381.266 k	3.286:404$665
1915	5.460.624 k	4.318:663$900
1916	4.350.489 k	8.222:716$610
1917	8.674.848 k	20.131:260$897
1918	9.137.714 k	29.897:298$100

Fonte: CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte, MEC, p.388.

Durante a primeira metade do século XX, a economia norte-rio-grandense, com base na cotonicultura e complementada pela produção salineira, passou a ter uma participação significativa na recuperação da economia nordestina, motivada pela elevação do índice de exportação estadual.

A tabela que se segue ilustra a contínua expansão mesmo nos anos após guerra.

TABELA 2

RIO GRANDE DO NORTE

PRODUÇÃO ALGODOEIRA DA DECADA DE VINTE

A N O S	PRODUÇÃO
1920	5.283.017 k
1921	10.000.000 k
1922	12.000.000 k
1923	9.600.000 k
1924	9.000.000 k
1925	9.000.000 k
1926	11.000.000 k

Fonte: CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte, MEC, p.391.

Labim/UFRN

O que merece destaque com referência ao desenvolvimento da cultura algodoeira no Rio Grande do Norte que chega a atingir uma posição de principal fonte de renda, é sua vinculação com a estrutura fundiária do Estado, sendo desenvolvida com sucesso, tanto pelos grandes proprietários como pelos pequenos, não requer grandes capitais e contando ainda com maior facilidade de mão-de-obra, uma vez que a seca não atinge de forma vital a sua produção. Planta herbácea cultura típica do agreste e sertão do Estado se adapta as condições climatéricas da região.

A política agrícola com referência ao algodão nas primeiras décadas do século XX, manifestou-se pelo incentivo governamental ao desenvolvimento do sistema de transporte, dos sistemas de açudagem, perfuração de poços, estabelecimento de colônias agrícolas e ao plantio e beneficiamento do produto.(9)

A significação da produção algodoeira norte-rio-grandense, com sua exportação em constante ascensão, pode ser ilustrada com os dados de que, no "quinqüênio 1926/1930; das 109.737 toneladas anuais médias de algodão produzido no Brasil, 13.285 (12,1%) provinham do Rio Grande do Norte. (10)

Reconhecendo a importância do produto que assume inigualável posição na economia potiguar e desfruta um lugar de expressão na renda do Tesouro Estadual, as principais medidas oficiais tinham por objetivo: a) melhoria da qualidade do produto, entendida como incentivo ao algodão de fibra longa; b) demarcação de zonas de criatórios e zonas agrícolas.

A penetração do Setor Público, tanto estadual como federal na agricultura se faz sentir na criação de órgão na administração para dar uma super-estrutura burocrática capaz de

Labim/UFRN

intervir e direcionar o setor. (11)

Nesse sentido foram criados o Serviço do Algodão (a nível federal), em 1921 e o Serviço Estadual do Algodão, em 1924 - ambos com atuação em 3 planos específicos: 1 - o institucional - com execução dos órgãos administrativos, 2 - o fiscal - que ora funcionava como estímulo ora como desistímulo a uma maior produção e a uma melhoria da qualidade; 3 - o técnico - com base em estudos da qualidade das sementes, sistema de plantio, zonas apropriadas ao cultivo etc.

Os dois órgãos funcionavam em cooperação, sendo que o estadual contribuía com 1/3 das despesas decorrentes ao seu funcionamento. Em função dos acordos firmados entre Estado-União, o Serviço Estadual do algodão deveria desempenhar ainda os seguintes exercícios: fazer funcionar duas Estações Experimentais, três Fazendas de Sementes, campos de cooperação com os agricultores e ainda sustentar nos portos e município, onde a produção e beneficiamento do algodão tivessem maior destaque, fiscais especializados em classificar o produto. (12)

As causas e efeitos dessas modificações implementadas na política agrícola da década de vinte, período em que a produção do algodão atinge a sua plenitude como atividade principal, estão contidas nas transformações da estrutura do poder local, assunto esse que será abordado após a visão econômica do Estado.

Outro produto fundamental na economia potiguar era o sal. Embora explorado na região desde a época colonial, é somente após a extinção das limitações monopolistas portuguesas, 1808, que a expansão da indústria salineira viabilizou-se mais rapidamente. Sua produção era direcionada para mercados inter-

Labim/UFRN

nos de Pernambuco e Centro-Sul.

Ainda no século XIX o sal potiguar era de qualidade inferior devido a aparelhagem rudimentar das salinas, o que, como conseqüência material, onerava o custo da produção. Este era um dos motivos pelo qual muitas vezes era permitida a importação do sal europeu, de melhor qualidade e de preço mais baixo. Os efeitos dessa política eram notados na estagnação das salinas potiguares que ficavam impedidas do seu mais importante mercado consumidor: O Rio Grande do Sul.

O aprimoramento do produto deveu-se a adoção de tarifas aduaneiras, em fins do século passado, o que concorreu para o início de investimentos de capitais na indústria salineira potiguar. As rudimentares salinas naturais e o processo de simples coleta do produto, com a utilização da mão de obra sertaneja que fugia das secas, foram substituídas por processos mais modernos. (13)

Durante as duas primeiras décadas do século XX, a exploração do sal tem uma rápida ascensão ultrapassando 100.000 toneladas anuais. A principal área de sua produção fixava-se equitativamente entre Macau e Mossoró, incluindo como fator do seu maior desenvolvimento, a participação de capitais do sul (Matarazzo e Henrique Lages), estabelecidas em Macau através de Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Macau, mais adiante substituída pela Companhia de Comércio e Navegação.

A ascensão da exportação salineira a partir de 1915 pode ser ilustrada com as tabelas abaixo, o que revela também a relação do crescimento da exportação em função da I Guerra Mundial.

Labim/UFRN

TABELA 3

RIO GRANDE DO NORTE

PRODUÇÃO SALINEIRA DE 1915/1919

A N O S	EXPORTAÇÃO
1915	98.347.701 k
1916	118.641.111 k
1917	141.908.148 k
1918	148.928.938 k
1919	146.123.903 k

Fonte: Mensagem do Governo de Antonio José de Melo e Souza - 1923.

TABELA 4

RIO GRANDE DO NORTE

PRODUÇÃO SALINEIRA DE 1923/1925

A N O S	PRODUÇÃO/EXPORTAÇÃO
1923	129.765.673 k
1924	142.679.665 k
1925	133.710.509 k

Fonte: Mensagem do Governo José Augusto Bezerra de Medeiros - 1926.

A tabela acima demonstra que após o grande crescimento registrado dos anos 1915/1919, a indústria salineira apresenta um certo declínio na sua produção-exportação em meados da década de vinte, como resultado, do problema dos transportes marítimos (que somente asseguravam regularidade para as empresas produtoras possuidoras de navios de carga), e ainda da qualidade do produto exportado pelo Estado. (14)

Após 1925 foi direcionado um maior controle para aprimoramento do produto, o que permitiu a crescente penetra-

Labim/UFRN

ção do sal potiguar no mercado extremo sul. A expansão da produção estadual incrementou-se, sobretudo, graças à política de limitação da importação do produto estrangeiro como efeito da crise mundial após 1930.

Complementava a pauta da exportação estadual a partir do século XX, a cera de carnaúba que passou a ter significativa participação na renda do Rio Grande do Norte, integrando o setor econômico do mercado externo, em virtude da diversificação do seu uso na indústria.

A extração da cera de carnaúba era conhecida desde a época da província e constituía um dos principais ramos da produção sazonal, exigindo grande dispêndio de mão-de-obra e pouco capital (15). O município de Açu era o seu maior produtor onde eram arrendados extensos carnaubais para o corte da palha, que se transformava em cera e velas compostas.

A constante ascensão da sua produção dos anos de 1913 a 1919 passa a constituir fator de importância na renda estadual, uma vez que, como produto orientado para o comércio expressava lucros para o Estado através das taxas de exportação.

A economia potiguar no início da República era basicamente agrária, somente no período 1901/1913 é que o capitalismo industrial começa a se fazer presente na economia local. Muito lentamente se foi constituindo o desenvolvimento de um processo de industrialização, com o capital acumulado no campo do financiamento e comercialização da economia agro-exportadora, no período anterior. A origem do processo de industrialização local, ligado à transformação dos produtos oriundos da agricultura e pecuária inicia o desenvolvimento da indústria alimentícia, de vestuário, estimuladas pelo governo através de

Labim/UFRN

uma diretriz de incentivos fiscais.(16)

A primeira fábrica de Tecelagem instalada em Natal data de 1888. Sua atividade principal era a fiação de sacos de algodão para embalagem do açúcar, que substituía os caixotes anteriores. Essa fábrica paralisou seus serviços por volta de 1925, em virtude da crise da atividade açucareira e também por não ter diversificado em tempo sua produção (17). Esse dado exemplifica a íntima relação entre o crescimento do setor industrial e a expansão da atividade agro-exportadora.

A expansão mais acentuada do setor industrial é registrada após a I Guerra Mundial, caracterizando-se pela instalação de muitas unidades baseadas no aproveitamento dos subprodutos do algodão. Foram instaladas usinas de beneficiamentos e prensagem do algodão em várias cidades do Estado.

A tabela nº 5 ilustra a evolução industrial no Rio Grande do Norte do início deste século até a década de 40.

TABELA 5

RIO GRANDE DO NORTE

EVOLUÇÃO INDUSTRIAL - 1907/1940

A N O S	ESTABELECIMENTOS	OPERÁRIOS
1907	14	560
1920	197	2.146
1940	450	2.753

Fonte: CARONE, Edgard. A República Velha (Instituições e Classes Sociais). Difel, 1970, São Paulo, p.75.

O que merece destaque nesse quadro é a relação entre crescimento do número de estabelecimentos com a manutenção do

Labim/UFRN

número de operários, o que revela o pequeno porte dessas indústrias.

A implantação de um setor de mercado externo vinculado à economia mundial, e a integração do Rio Grande do Norte neste setor, se fazem sentir na elevação das rendas estaduais e no desenvolvimento do comércio. Entretanto, a dinamização da atividade comercial foi incentivada com a instalação, nos principais portos exportadores, de comerciantes estrangeiros, o que acarretou benefícios para o Estado. A mais importante das empresas que se instalaram na época em Natal foi a Ulrich Graft, firma exportadora de algodão, suiça, com pessoal inglês e que abriu filial em Mossoró em 1860. Mais tarde foi superada pela firma de Fabrício Gomes Pedroza S/A, em fins do século passado, localizada em Guarapes, que reforçou a posição de Natal como principal centro exportador da orla litorânea e do agreste. (18)

A afirmação do comércio, entretanto, ocorreu com o estabelecimento de firmas nativas vinculadas a produtos de exportação como o algodão, sal, açúcar e cera de carnaúba. Na década de vinte as mais importantes eram: Felinto Elysio, em Jardim do Seridó (algodão); M.F. Monte e Cia., em Mossoró (algodão e sal); Warton Pedroza e Cia., em Natal (algodão); Tertuliano Fernandes e Cia., em Mossoró (sal) e Jerônimo Rosado em Mossoró que iniciava a exploração do mármore e gypsito. (19)

O Rio Grande do Norte teve seu desenvolvimento econômico retardado como fruto de vários fatores, destacando-se como um dos principais a sua estrutura fundiária. Altamente desequilibrada, concentrava a mão-de-obra, tanto nos latifúndios como nos minifúndios, fazendo com

Labim/UFRN

que a sua sociedade passasse por uma lenta transformação na história e o seu sistema econômico fosse excessivamente dependente de um mercado externo, até mesmo para realização de investimentos. (20)

O setor de transportes era deficitário e a sua expansão se fez em função das necessidades do setor exportador, o que ocorreu com relativo atraso, em comparação com os Estados vizinhos. O eixo de comunicação estadual, interno e externo, é representado pela navegação marítima até o final do século passado - tal a precariedade dos outros meios de transportes.

Natal, até 1880, permanecera praticamente isolada do interior, pela dificuldade de acesso; era carente de estradas, tanto rodoviária como ferroviária. As ligações do litoral com o interior datam de fins do século passado, e assim mesmo com grande lentidão.

A construção da primeira ferrovia (1880/1883) ligava Natal a Nova Cruz e município do agreste que tinha como principal atividade econômica na época a criação de gado.

The Great Western of Brasil Railway, foi a responsável pelo assentamento de trilhos em direção ao sul (Paraíba), trazendo a presença de ingleses para a comunidade natalense. A expansão para o norte foi iniciada pela Central do Brasil em 1904; em 1906 o trecho Natal/Ceará-Mirim era inaugurado pelo Presidente Afonso Pena. Em 1914 a ferrovia já se estendia até Lages, na direção do Ceará. (21)

A expansão da ferrovia, que se processava de forma lenta, somente foi acelerada a partir dos anos 40. Um dos motivos apontados para essa lentidão era o asfixiamento da função

Cabim/UFRN

dinâmica das ferrovias estaduais, devido ao emprego de vultuosos recursos na construção de trechos que não chegavam a ser trafegados, como por exemplo Lages/Currais Novos e São Rafael/Jucurutu. (22)

A implantação do sistema rodoviário processou-se de maneira mais rápida. Entretanto, somente dos anos 30 a 40 passaria a concorrer com o sistema ferroviário. De início, as estradas de rodagem surgiram seguindo as trilhas anteriormente utilizadas pelos comboios de animais que faziam o transporte das mercadorias e pessoas, entre a capital e o interior. A construção de estradas tornou-se uma necessidade, principalmente, com o aparecimento do automóvel, que permitia fácil acesso a pontos não alcançados pelo trem.

Na Primeira República, a construção dessas estradas foi bastante beneficiada com a execução da política federal de obras contra as secas. A criação das "frentes de trabalho" muito se valeu da mão-de-obra dos sertanejos que fugiam da seca e acelerou o desenvolvimento das rodovias a partir de 1915.(23)

As ligações do Rio Grande do Norte com os outros Estados, inclusive do Nordeste, era feita até início da década de 60 do século passado) por via marítima. Natal, Areia Branca e Macau, eram os principais portos e pontos de escala obrigatória, para qualquer tipo de embarcação: de passageiros ou de transportes de mercadorias. Assim mesmo nenhum desses portos, dispunha de condições perfeitas para o desempenho de suas funções; eram todas precárias. O de Natal, por exemplo, possuía um grave problema que era sua barra entravada por uma grande pedra, que impedia a penetração de navios de maior calado. Os governantes da época sempre se referiam ao problema nas suas mensagens e nas reivindicações de auxílio ao governo fe-

Labim/UFRN

deral em busca de solução. O problema se apresentava da máxima importância pois devido ao fato a importação era feita através de Pernambuco. Desse modo o Rio Grande do Norte dependia economicamente deste Estado, que ficava com os direitos gerais e taxas de importação, privando os cofres do Rio Grande do Norte desta renda. (24)

Na problemática estadual, um dos transtornos mais sérios era realmente o das estiagens. Mas se por um lado, a sua localização no "polígno das secas" trazia como decorrência desgaste sócio-econômico, diminuição demográfica e o retardamento do seu desenvolvimento, por outro lado, esta mesma localização - que constituía um problema, com efeitos negativos na agricultura e pecuária - favorecia o aparecimento das salinas da região do litoral potiguar. A região desde a foz do rio Mossoró até Touros - considerada como uma das regiões litorâneas mais secas do mundo - produz devido à precipitação do cloreto de sódio na água do mar, o sal regional em maior quantidade e em melhor qualidade. (25)

A realidade norte-rio-grandense apresentava, durante a Primeira República, uma grande deficiência no ensino. No final dos anos vinte o Estado possuía apenas 412 escolas, com 31.987 alunos matriculados, numa população de 537.135 habitantes, o que correspondia a 5,9%. A ausência de curso superior contribuía para que somente os filhos de famílias mais prósperos pudessem procurar faculdade nos outros Estados, principalmente Pernambuco (Direito) e Bahia e Rio de Janeiro (Medicina). Em 1920 foi criada uma Escola Superior de Farmácia que, após diplomar uma turma, encerrou suas atividades em face das dificuldades enfrentadas, somente voltando a funcionar alguns anos depois. (26)

Labim/UFRN

Como um Estado basicamente agrícola respaldado numa estrutura agrária de grandes propriedades, a estratificação social, necessariamente, vai ser o reflexo dessa estrutura. Assim o ápice da pirâmide social é ocupada pelos grandes proprietários rurais, seguidos dos comerciantes mais abastados e dos poucos industriais, constituindo a elite dominante política e economicamente local.

A reduzida classe média se constituía de pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes, além da camada urbana distribuída em várias atividades como: no comércio, na burocracia estatal, como profissionais liberais, etc. Compunham um todo heterogêneo, disperso e numericamente inexpressivo, vivendo mais preocupado em ascender socialmente do que em procurar uma unidade própria, ou mesmo em se organizar numa representação de seus interesses. Essa ausência de coesão pode ser explicada pelas vinculações da classe média com a camada dominante, de quem, de uma forma ou de outra, dependia. Sobre o papel das camadas médias, Décio Saes salienta: *"as camadas médias tradicionais viveram mergulhadas, durante toda a Primeira República", no universo da ideologia dominante, o que facilitou a aceitação, em linhas gerais, da dominação oligárquica"*; (27)

O desenvolvimento urbano de Natal, somente foi iniciado a partir do regime republicano. A modernização da cidade e implantação de serviços se impõem em função das necessidades que surgem decorrentes do processo de crescimento de um centro dinâmico situado no setor externo, com base na agro-exportação. Nesse contexto de desenvolvimento urbano, com ampliação e criação de novas atividades e instituições, é que a classe média prolifera desempenhando funções de apoio direto ou indireto

Labim/UFRN

ao setor exportador ou à própria população urbana de diversificada atividade produtiva.

Essa camada da população teve uma participação efetiva na Revolução de 1930, na medida em que apoiava as diretrizes do movimento e camada dos militares, embora com pouca expressão em vista dos resultados obtidos.

A base social do estado, entretanto, é representada por toda a massa dependente da terra, respingada por um inexpressivo operariado, no qual se inclui também os assalariados do sal e da cana-de-açúcar, o que empresta uma configuração bastante achatada a base social da pirâmide. Os primeiros vivendo no campo constituíam o maior contingente populacional do Estado, trabalhavam na terra ou viviam na sua pequena área, subordinados ao patrão, quer trabalhassem como assalariados em forma de parceria, estavam de qualquer modo submetidos ao regime do patriarcalismo, sob o sistema de dominação do tipo pessoal. Expressavam a camada social que vivia resignada ao seu destino, marginalizada político-socialmente, habitando em comunidades estáveis onde não eram registradas ascensões sociais e haviam poucas esperanças de mudanças em seu sistema de vida. (28)

A camada operária tinha pouca significação em virtude da ausência de um setor industrial em desenvolvimento no estado, que possuía apenas estabelecimentos fabris de pouco porte e registrava, de acordo com o censo de 1920, o inexpressivo número de 2.146 operários (29). Esses com condições de vida bastante precárias, eram submetidos a um sistema de trabalho sem legislação que os regulamentassem, o que tomava a segurança e liberdade vulnerável ou mesmo inexistente.

As organizações operárias, que existiam no Rio Gran-

Labim/UFRN

de do Norte até a década de vinte, evidenciavam uma total ausência de luta por melhores condições de trabalho. Atuavam como agremiações apolíticas e beneficentes, de um modo geral, em acomodação com a camada dominante. Organizações como União dos Sapateiros, Centro Operário Norte-rio-grandense (1911), a Liga Artística Operária (1904), União dos Empregados, entre outras, mantinham escolas gratuitas, reuniões literárias e recreativas, além de ajuda a seus associados. Não existia consciência de classe, nem reação declarada contra a camada dominante. (30)

A única exceção é a organização do Sindicato dos Trabalhadores, organizado e orientado por João Café Filho em 1920, que o utilizava como instrumento de oposição à oligarquia dominante. Nesse sentido a ação de Café Filho se faz sentir nas manifestações operárias do período, concretizados nas únicas greves de que se tem notícia no Rio Grande do Norte: a dos operários da Tecelagem Santa Inês (1923) e a dos estivadores de Natal, que reclamavam melhores salários. (31)

A importância sócio-econômico dos grandes proprietários era reconhecida através da patente para militar que lhe era conferida pela Organização da Guarda Nacional, cujas patentes de coronel usufruia de maior prestígio secundada pela de "Major". Esta patente existia de direito ou de fato, isto é, quando o povo atribuía o "status" independente de possuir ou não o título da guarda nacional.

O significado da patente de "coronel" no Nordeste não é necessário repetir aqui posto que o coronelismo como fenômeno político é bastante conhecido principalmente depois da obra clássica Coronelismo, Enxada e Voto de Victor Nunes Leal.

Labim/UFRN

Eram "coronéis" portanto os grandes proprietários e nesta camada concentra-se a grande força dominante da sociedade regional. Muitos desses coronéis se tornaram influentes políticos do Estado sustentando politicamente os oligárcas locais com seus votos.

Aliás, é no ventre do coronelismo que se gestam as oligarquias, posto que, ambos sistemas têm a mesma base comum: a estrutura fundiária. A diferença fundamental entre um coronel e um oligarca é da extensão do poder e não do seu conteúdo. Na prática se desenvolvem numa relação simbiótica bastante evidente.

ESTRUTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PRIMEIRA REPÚBLICA

A expressão política da Primeira República no Estado do Rio Grande do Norte era o Partido Republicano a exemplo das demais unidades do país.

A implantação do novo regime trouxe em seu bojo transformações no quadro político local, substituindo as lideranças que atuavam no regime monárquico por novos atores que passam a desempenhar papel relevante na vida pública estadual. Estes últimos com o suporte de uma agremiação partidária mais organizada, não modificam a estrutura do novo partido no que se refere a emanação de força e poder do partido, proveniente de seus chefes. Se num primeiro momento a organização partidária que surgiu com a república não se restringia apenas ao objetivo de um grupo de chegar ao poder, mas partidários de uma ideologia e ansiosos de cumprir um programa, mais tarde essa situação se modifica e o poder passa a ser privilégio de um grupo que dele se apodera e passa a deter a hegemonia política estadual no pa

Labim/UFRN

drão tipicamente oligárquico da Primeira República. Um exemplo concreto dessa situação é que embora houvesse de início, toda uma preocupação com idéias e conteúdo programático, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, até seu desaparecimento em 1930, não possuiu sequer uma constituição escrita ou estatutos.

O Partido Republicano do Rio Grande do Norte foi fundado em Natal, a 27.01.1889, por um grupo entusiasmado pela ideologia republicana, representantes de uma elite intelectual da capital e municípios vizinhos, (considerados como do litoral) em antecipação a um núcleo republicano que já funcionava na região sertaneja seridoense com sede em Caicó. Esse núcleo era incentivado pelo acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, Janúncio da Nóbrega Filho (1869-1899), influênciados pelos movimentos estudantis republicanos de Pernambuco.

A iniciativa da fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, deveu-se ao comerciante João Avelino Pereira de Vasconcelos, (neto de Fabrício Gomes Pedroza, uma das expressões no comércio de exportação do açúcar e do algodão). Para a direção do PR/RN foi convidado o médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão - primo de João Avelino - descendente de família tradicional na região da atividade açucareira.

A reunião da instalação do partido contou com a presença de alguns senhores de engenho parentes do próprio Pedro Velho, alguns membros do Partido Liberal, funcionários públicos e aposentados, estudantes, um padre, nenhum militar e empregados da firma de exportação de Fabrício Pedroza, (ligada a família Maranhão). Isto demonstra que o movimento republicano no Rio Grande do Norte, na sua origem, foi fruto de uma elite intelectual vinculada a classe média, embora mais tarde contasse com a adesão da camada rural. (32)

Labim/UFRN

Das 114 assinaturas da ata inaugural, apenas 60 representantes estavam presentes à reunião. (33)

O fato obteve tão pouca repercussão que não chegou a causar apreensão ao partido Situacionista na ocasião, que era o Liberal.

Foi criado um órgão de divulgação do partido, "A República", que passou a funcionar a partir de julho de 1889, fundado e dirigido também por Pedro Velho. O jornal "A República" fazia a propaganda republicana, divulgava a repercussão do movimento a nível nacional e combatia a monarquia. Apontava-lhe os erros, mostrando o problema das secas utilizadas como instrumento político, denunciava o uso indevido de verbas enviadas ao Estado com fins de emergência mas no final não apontava soluções, ao nível técnico, para tratamento do problema.(34)

Com a proclamação da República, Pedro Velho (35) como chefe do partido vencedor, assumiu a chefia do Estado. Seu governo porém durou apenas 17 dias, por ter sido nomeado o paulista Adolfo Gordo pelo governo federal para administrar o Rio Grande do Norte.

Este, republicano tradicional permaneceu no governo até novembro do ano seguinte (1890), quando teve início uma fase de grande instabilidade política no Estado, conseqüência das contradições internas que refletiam as divergências a nível do governo federal. A falta de coesão da classe dominante era relevante, sobretudo, na discussão sobre a forma do regime a ser implantado a nível nacional e na disputa do privilégio do poder.

De 1889 a 1892, foram nomeados cinco governantes para o Rio Grande do Norte pelo Governo Federal. Essa fase, cor

Labim/UFRN

respondente a afirmação das novas lideranças.

Pedro Velho que não possuía base eleitoral, monta a sua estrutura política na eleição para a Constituinte, realizada a 15.09.1890.

No que se refere ao aspecto eleitoral o Rio Grande do Norte se definia nas seguintes coordenadas: 37 municípios correspondentes a dois distritos eleitorais. O primeiro era constituído de dez municípios, localizados na região litorânea, incluindo-se Natal capital do Estado. O segundo congregava 27 municípios correspondentes às regiões oeste, agreste e sertões do seridó (36). Cada município possuía o seu chefe local, geralmente fazendeiro, criador e algumas vezes comerciantes, que sustentavam com seus votos os chefes estaduais do seu partido.

Alguns chefes extrapolavam seu poder além do seu município controlando quase uma região. Exemplo típico desse controle é encontrado no 2º Distrito, reduto eleitoral do Cel. José Bernardo de Medeiros (1837-1907). Natural de Serra Negra (seridó) ex-chefe liberal, político atuante desde o regime monárquico. Proprietário de terras e de votos em seu município extendia seu domínio por todo o Seridó em virtude do apoio que recebia dos chefes dos municípios vizinhos, todos seus familiares.

Por isso dominava toda a região correspondente ao 2º Distrito. (37)

No oeste, o Cel. Francisco Gurgel de Oliveira chefiava Mossoró, o maior município do Rio Grande do Norte.

Como afirma Cascudo, *"a presença de José Bernardo de Medeiros e a adesão do Cel. Francisco Gurgel colocava nas mãos*

Labim/UFRN

de Pedro Velho a maior soma de votos que o estado poderia dispor". (38)

A presença do Cel. José Bernardo foi assegurada no grupo de Pedro Velho através da aproximação com os republicanos do Seridó e o convite para compor a chapa do Partido Republicano para disputar uma vaga no Senado nas eleições de 1890. A do Cel. Francisco Gurgel concretizou-se nas eleições de 1892.

O Partido Republicano do Rio Grande do Norte, dirigido por Pedro Velho apresentou a chapa vencedora no pleito para Constituinte Nacional. Senadores: José Bernardo de Medeiros, o Ten. Cel. José Pedro de Oliveira Galvão e ainda Amaro Cavalcanti (39) também do seridó e ligado a José Bernardo. Pedro Velho candidatou-se deputado federal e foi eleito. A oposição que surge nesse momento é mais ligada a ressentimentos pessoais e decepções. Dessa forma Pedro Velho integrou o grupo do litoral ao do sertão e consolidava a sua estrutura do poder. A eleição para a Constituinte Nacional corresponde a um período de relativa paz interna e de bom entrosamento dos políticos locais com a cúpula federal. Ocorre uma reviravolta da situação por ocasião da eleição para a presidência nacional. Os acontecimentos do sul do país revelavam o descontentamento de um grupo político com o governo provisório. As divergências entre a orientação da classe política e a mentalidade e métodos militaristas do Marechal Deodoro, expressavam-se dentro do próprio Congresso. (40)

Dos 234 congressistas presentes por ocasião da eleição, 129 votaram em Deodoro enquanto 97 escolheram Prudente de Morais, Senador paulista. A vingança de uma ala do Congresso é revelada na escolha de Floriano Peixoto para vice-presidência

Labim/UFRN

com 153 votos contra 57 obtidos pelo Almirante Wandenkolk, candidato do governo.

Da bancada norte-rio-grandense apenas Pedro Velho e José Bernardo optaram por Prudente de Morais, estando ambos ligados ao grupo da oposição do Gen. José Simeão (Senador por Pernambuco) e o Almirante Custódio de Melo (deputado pela Bahia). (41)

A eleição de Deodoro traz como conseqüência interferência na política do Rio Grande do Norte, mantendo marginalizados aqueles que lhe fizeram oposição.

Este período que vai até a eleição de Floriano Peixoto em 1892, é considerado por Janice Theodoro da Silva como a das "*oposições significativas*" e nela Pedro Velho chefiava uma facção que defendia a autonomia estadual, contra Amaro Cavalcanti que liderava contra, que batalhava por uma linha política centralizadora de cunho nacionalista e anti-oligárquica. (42)

Em virtude dessa posição assumida nesse importante momento da vida pública nacional, é que Amaro Cavalcanti é considerado como o idealizador do planejamento do nacionalismo econômico implantado após 1930. (43)

Com a posse de Floriano Peixoto como Presidente da República em 1892, Pedro Velho - prestigiado pelo governo federal volta a vida pública do Estado e foi eleito governador pelo Congresso Estadual.

Vitorioso, Pedro Velho passou a representar, no campo da política estadual, o poder oligárquico e descentralizado. Essa fase representa ainda a consolidação das oligarquias regi

Labim/UFRN

onais, que passaram a ter sua força política respeitada até pelo Governo Federal. Um exemplo é a negativa de Pedro Velho a Floriano Peixoto, quando este sugeriu uma cadeira no senado pelo Rio Grande do Norte para Amaro Cavalcanti. Alegando que já tinha candidato (Almino Afonso, que por sinal saiu vitorioso) Pedro Velho negou-se a atender o presidente.

Amaro Cavalcanti, político estadual de grande projeção na vida nacional, decepcionado, abandonou a política estadual dedicando-se apenas à de nível federal. Foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1897, no governo de Prudente de Morais.

Analisando a política norte-rio-grandense dentro do contexto nacional, verifica-se que a "política de governadores" restringiu o domínio político local a uma única oligarquia, que permaneceu no poder até os anos vinte (1924). O período de 1892 a 1909 correspondeu à sedimentação do grupo de Pedro Velho no poder. O revestimento dos cargos eletivos era prerrogativa da camada dominante, mantendo-se, entretanto, uma oposição consentida para justificar o processo democrático.

A oligarquia Maranhão concentrava membros da família e amigos, e representava os interesses econômicos do grupo que se ligava ao comércio exportador do açúcar, algodão e sal, através da política do monopólio e concessões, que favorecia a facção da classe dominante e impedia a concorrência, característica da ordem competitiva do liberalismo econômico. A oposição acusava a oligarquia de se apossar do aparelho do Estado, para impedir o fortalecimento do grupo opositor.

Os discursos oficiais dessa fase incluem reivindicações de uma política de obras contra os efeitos da seca, atra-

Labim/UFRN

vês da açudagem, perfuração de poços e de desobstrução de vales e rios, como forma de combate a evasão de mão-de-obra e pelos benefícios que ela traria à agricultura e pecuária.

A preocupação com os problemas econômicos era fundamental e pode ser identificada pelas constantes reclamações da oposição contra as tarifas cobradas pelo Loyd e o monopólio dos transportes. Nesse aspecto, a oligarquia dominante era detentora do monopólio dos transportes, que impedia a concorrência com sua atuação de intermediários do transporte do sal. Os proprietários de salinas eram muitos, mas o transporte da mercadoria era monopólio da família Maranhão, que conseguira esse privilégio através de contatos pessoais e a promessa da praça de vapores. (44)

O sistema político estadual, portanto, funcionava dentro do padrão que caracterizou o País durante toda a Primeira República, com base nos acordos políticos entre os grupos dominantes, nos níveis federal, estadual e municipal.

A classe dominante tinha a sua permanência no poder assegurada pelo pacto da "política dos governadores" e em contrapartida mantinha uma lealdade partidária e eleitoral com a classe dominante nacional. O Estado dependia, portanto, político e economicamente do Governo Federal.

A nível local os oligárcas eram sustentados pelos chefes municipais que recebiam em troca dos votos que possuíam os favores do governo: nomeações, transferências, proteção, etc., da mesma forma que os oligárcas também recebiam do Governo Central. Era uma relação mútua de favores e obrigações.

A presença desses acordos entre a oligarquia nacional e a estadual pode ser comprovada a indicação de alguns po-

Labim/UFRN

líticos do Estado para participar dos quadros do governo federal. Em face da pouca significação do Rio Grande do Norte na renda nacional e da pequena expressão eleitoral, o fato pode ser explicado pelo bom relacionamento pessoal entre a oligarquia estadual e a cúpula nacional. Dessa forma o Rio Grande do Norte na Primeira República não permaneceu isolado da vida pública nacional o que chegou a acontecer a outros estados mais ricos, como por exemplo o Rio Grande do Sul. (45)

Augusto Tavares de Lira - genro de Pedro Velho - foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Afonso Pena, função já exercida por Amaro Cavalcanti em 1897. Tavares de Lira foi ainda Ministro de Viação e Obras Públicas na administração de Venceslau Brás, e também líder do governo no Senado, mantendo grande amizade com Pinheiro Machado, líder gaúcho (46). Ainda Ferreira Chaves, ao terminar seu segundo mandato governamental no Estado, foi nomeado para Ministro da Marinha, na década de vinte. Informações revelaram que Pedro Velho foi convidado para participar da chapa de Afonso Pena como vice-presidente, mas recusou, preferindo ir para o Senado.

A oposição a oligarquia estadual que até 1910 tinha pouca expressividade no processo político, toma uma posição mais agressiva e consegue a eleição e reconhecimento de Augusto Leopoldo da Câmara, (jornalista e político que fazia oposição ao governo desde a posse de Pedro Velho) em 1912, como deputado federal. Foi eleito por uma chapa contrária a apresentada por Pedro Velho, depois de ter concorrido a várias eleições (47). Foi realmente o primeiro deputado federal eleito pela oposição à oligarquia pelo Rio Grande do Norte, desde o início do regime republicano.

Pela imprensa, como jornalista da oposição - colaborou

Labim/UFRN

nos jornais "Rio Grande do Norte" e mais tarde no "Diário de Natal" - era a favor da moralidade administrativa, do direito das minorias e da extinção dos monopólios que lesavam o estado, como o do sal. (48)

Em 1913, por ocasião da campanha sucessória ao governo, a oposição tornou-se mais atuante, incentivada pelo que acontecia em outros estados, onde se iniciara um debate político cujo tema central era o combate ao voto de cabestro e às oligarquias. A situação estadual refletia a conjuntura nacional, que facilitava o surgimento de oposição atuante no governo do Marechal Hermes da Fonseca.

No Rio Grande do Norte, o porta-voz da oposição contra a oligarquia era o capitão José da Penha, oficial potiguar de Angicos, que defendia a candidatura do tenente Leônidas Fonseca, filho do Presidente da República, contra a candidatura oficial de Ferreira Chaves, que disputava um segundo mandato. A campanha foi violenta, com José da Penha combatendo a oligarquia e esperando que não lhe faltasse o apoio do Presidente da República, que adotara a "política das salvações", já posta em prática em alguns Estados como o Pará, Pernambuco, Ceará e Alagoas, com vistas à derrubada das oligarquias regionais. (49)

O candidato da oposição, Leônidas Fonseca, filho do Presidente Hermes da Fonseca, não apareceu no Estado e, não obstante o ardor de seus defensores, Ferreira Chaves foi eleito e governou de 1914 a 1920, em virtude de um dispositivo constitucional do Estado que ampliara o mandato de quatro para seis anos. Terminado seu governo, Ferreira Chaves reduziu o mandato governamental para quatro anos novamente.

Labim/UFRN

A década de vinte trouxe modificações na vida pública estadual, através de mudanças na direção do partido Republicano do Rio Grande do Norte e das lideranças locais. José Augusto Bezerra de Medeiros, herdeiro político do Coronel José Bernardo de Medeiros, no Seridó, assumiu a direção do partido e transferiu o eixo político do litoral para o Sertão seridoense. Essa transferência corresponde do ponto de vista econômico, à fase de grande desenvolvimento da cultura algodoeira no Estado e constata-se, na representação política, a presença da região responsável pela grande produção algodoeira.

Os responsáveis por esta modificação foram os deputados federais José Augusto B. Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, que, com o apoio do Presidente Artur Bernardes, conseguiram impedir que Ferreira Chaves tivesse seu nome indicado pela terceira vez para disputar o governo estadual. Na convenção do partido estadual foi indicado José Augusto para o período 1924/1928, numa chapa conciliatória, em que a posição indicava o candidato a vice-governador, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara. (50)

Com o surto algodoeiro correspondente aos anos da I Guerra Mundial, este produto assumia uma posição de grande destaque na economia estadual, tornando-se seu principal produto de exportação, com uma alta significação na renda do Tesouro Estadual. A sua contribuição para o erário público oscila entre 50 e 70%. (51)

Em conseqüência, o grupo político comandado pela oligarquia Maranhão, vai, pouco a pouco perdendo seus aliados e afastando-se cada vez mais da esfera do poder, substituída pela burguesia agrária sertaneja do Seridó e Oeste. José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, assumem o

Labim/UFRN

comando do poder no Rio Grande do Norte. O grupo da oligarquia Maranhão enfraquecido o seu poder no Estado, perde também o seu prestígio na esfera federal. (52)

Bacharel em Direito e proprietário rural na região do Seridó, José Augusto B. de Medeiros (1884/1971), neto materno de José Bernardo, foi o primeiro seridoense a ocupar o governo estadual. Iniciou uma nova fase política no Estado, afastando-se completamente da linha de seus antecessores, que eram mais sensível aos interesses do açúcar e a autonomia estadual. A sua introdução na política estadual fora feita no grupo tradicional que mantinha a oligarquia local. Entretanto suas propostas coincidiam com as necessidades e imposições do capitalismo internacional, que influenciava a vida pública nacional. Essas propostas eram conseqüência da compreensão da conjuntura do País. A nova facção dominante via a necessidade de o Estado centralizado participar do planejamento das atividades em conjunto com a União, do que resultaria uma infra-estrutura interna e externa. Privilegiava, portanto, a integração do Estado ao sistema nacional, como única forma de garantir, através dessa integração, "Estado/União", o desenvolvimento regional. (53)

A linha política de José Augusto que defendia os interesses nacionais implica na reorientação da política agrícola, mais especificamente na defesa da cultura do algodão.

E com essa finalidade, o setor Público Federal intervem com seu apoio a agricultura estadual.

Firmava-se uma nova aliança no poder entre o poder estadual e o central que pode explicar a posição que o estado do Rio Grande do Norte assumiu diante da crise política nacio-

Labim/UFRN

nal para a sucessão de Washington Luis, em 1930. Essas alterações de ordem política se configuravam na medida em que as oligarquias estaduais desfrutando do apoio da União, "não precisavam mais defender a autonomia regional". (54)

Havia uma tendência para o reconhecimento da integração nacional para o desenvolvimento regional.

A linha política do governo de José Augusto B. de Medeiros insere-se na conjuntura nacional, com a oligarquia local em plena harmonia com a oligarquia que detém a hegemonia nacional. Um exemplo desse entrosamento é a visita de Washington Luis, em 1926, (após ter sido eleito Presidente da República) ao Rio Grande do Norte, onde passou dois dias percorrendo municípios e observando a Estação Experimental do Algodão do Seridó e o açude Gargalheiras. (55)

As agitações nacionais com o movimento da coluna Prestes, tiveram sua repercussão no Rio Grande do Norte na passagem desses revoltosos, em 1926, pelos municípios potiguares de São Miguel e Luís Gomes, onde causaram prejuízos econômicos à região, com saque e pilhagens. Vindos do Ceará, penetraram no Rio Grande do Norte, tendo sido o fato logo comunicado ao Presidente da República e ao Chefe das forças em operação no Norte do país, general João Gomes, num pedido de recursos para combate. Além disso, foram organizadas forças locais com elementos populares para combater os revoltosos, sob a orientação do deputado Juvenal Lamartine. A Coluna fugiu para Pernambuco e de lá para a Bahia. (56)

Em 1928 assumiu o governo Dr. Juvenal Lamartine de Faria, primo de J. Augusto e ligado à mesma região e interesses econômicos. Deu continuidade a mesma linha política de seu

Labim/UFRN

antecessor, de estímulo à produção do algodão, acrescentando a tendência de diversificar a produção do setor agrícola. Para tanto adotou medidas que sugeriam a adoção de novas culturas e uma utilização mais intensiva de certas culturas já existentes mas não devidamente aproveitadas.

A administração Lamartine demonstrou a sua tendência de autoritarismo e centralização. Exercia forte repressão a oposição mandando sua polícia espancar e expulsar do Estado os indesejáveis ao seu governo. (57)

Desde o governo de José Augusto que o Estado suportava invasões de cangaceiros e bandidos, produtos de problemas ligados ao êxodo das estiagens, que provocava a ocupação de latifúndios, algumas vezes de forma violenta, criando injustiças sociais. Os cangaceiros são representantes típicos dessa forma de protesto na época, portanto mais um problema social. (58)

Só no ano de 1926, por exemplo, ocorreram três investidas uma das quais comandada por Lampeão, Sabino e Massilon, que tentaram assaltar Mossoró. Na resistência o governo contou com o auxílio do Presidente da Paraíba Dr. João Suassuna.

Na mensagem do governo em 1926, José Augusto assim se referia ao problema:

"Todo o Nordeste conhece hoje as causas do banditismo e as fontes que o geram e alimentam.

São apontados nominalmente, irrespondivelmente todos os poderosos que acolhem, acoitam e tiram proveitos do cangaceirismo, praga nefanda pela qual o menos culpado é o próprio celerado, quase sempre um tarado moral.

A lição do nosso Estado onde não há bandos criminosos

Labim/UFRN

sos e onde não é possível que se formem porque para isso falta ambiente propício, responde com eloqüência"! (59)

Com a justificativa de combatê-los, o Governador Lamartine destinava grande parcela do orçamento estadual à Força Policial. E essa força não era utilizada somente contra os cangaceiros mas aos elementos da oposição de modo geral. Após a Revolução de 1930, os inquéritos levantados, revelaram o fuzilamento de presos, os conhecidos cangaceiros Bronzeados e Mormaço, quando transportados de um município para outro, por ordem do governo. (60)

A administração de Lamartine foi interrompida pela Revolução de 1930. Entretanto, não obstante o curto espaço de tempo, foi um governo de muitas realizações, com medidas que visavam o desenvolvimento principalmente de alguns setores da população.

Foram criadas escolas de aviação civil e campos de pouso em quase todos os municípios, o que facilitava as comunicações dentro do Estado. O voto feminino foi iniciado no Governo Lamartine, no Rio Grande do Norte, em 1928, quando foi eleita a primeira prefeita da América do Sul, a senhora Alzira Teixeira Soriano, do município de Lages.

Embora tivesse uma visão ampla de todos os problemas da realidade estadual suas realizações visavam atender mais as necessidades econômicas do que as sociais como um todo. Nesse sentido as camadas mais elevadas eram mais beneficiadas enquanto as menos elevadas eram bastante controladas.

A oposição ao seu governo, conquanto pouco siginificativa devido a repressão que lhe era exercida, era liderada por João Café Filho, contando com aliados como Pedro Dias Gui-

Labim/UFRN

marães, Sandoval Wanderley e Omar Lopes Cardoso entre outros. Café Filho, jornalista e advogado provisionado, natalense de origem humilde, exercia no meio dos estivadores e as camadas mais baixas uma liderança com características do populismo. Ingressando na política passou comandar a oposição no combate a oligarquia dominante. (61)

Ficara mal visto pelo governo e pelos militares do Estado, devido à proclamação que lançou em 1926 - ocasião em que o Governo Federal movimentava campanha contra os revoltosos da Coluna Prestes - em que incitava os subalternos do Exército e não obedeceram às ordens de combate aos revoltosos. Por esta razão foi processado e condenado a três meses de prisão, pelo Supremo Tribunal Federal. Seus adversários passaram a pichá-lo de comunista, e o Governo Lamartine forçou-o a deixar o Rio Grande do Norte e procurar refúgio na Paraíba, onde passou a batalhar com os políticos locais em favor da Aliança Liberal, recebendo apoio de João Pessoa, que o colocou no Jornal "A União". (62)

Uma análise mais profunda da oposição no período torna-se difícil pela inexistência dos jornais oposicionistas da época. Entretanto sabe-se que ela era perseguida e a repressão não dava condições a uma atuação mais destacada. Governo autoritário transferia funcionários e autuava comerciantes de forma arbitrária.

Um exemplo típico do forte controle exercido pelo governador sobre a população é a existência de um Partido Operário, patrocinado pelo próprio governo, como uma forma de subverter a influência de Café Filho nesse setor. (63)

No ano de 1929, o Rio Grande do Norte acompanhava a

Labim/UFRN

crise econômica nacional. As estimativas orçamentárias para o ano seguinte acusavam deficit entre a receita e a despesa estadual - 32.164:541$400 para 36.739:131$600 - o que denunciava a crítica situação estadual (64). Na última mensagem do Governo Lamartine - 1º de outubro de 1930 - estavam bem caracterizados os problemas locais, com destaque dos prejuízos do algodão, devido alto custo da produção, refletiram de maneira direta na arrecadação estadual.

"A crise econômica dos EEUU em 1929 determinou a baixa de preço do algodão, repercutindo sobre o mercado brasileiro. A desvalorização de todos os produtos industriais e das matérias primas era, portanto um fenômeno nacional". (65)

Até a exportação salineira enfrentava problema com a elevação dos fretes marítimos autorizados pela Comissão de Tarifas e com a crise que se manifestava no sul, principal mercado do consumidor do produto potiguar. (66)

Ao iniciar-se o processo sucessório de 1930, Lamartine consultado por amigos políticos do Sul - entre os quais Antunes Maciel Jr. - sobre a candidatura Vargas, afirmava já ter definido sua posição no pleito (67). A correspondência trocada entre ambos revela as ligações de amizade de Lamartine com os políticos dissidentes do Sul e também seu comprometimento com o sistema tradicional. Dizia reconhecer as qualidades de Getúlio e lamentar ficarem em campos políticos opostos, mas compromissos anteriores já haviam definido sua posição. (68)

A Aliança Liberal, queno Norte e Nordeste, de modo geral, assumia um caráter bastante amplo e popular encontrara poucas resistências.

No Rio Grande do Norte, entretanto, pela atuação re

Labim/UFRN

pressiva do governo ela tinha pouca oportunidade de expressão. Foram realizados apenas dois comícios, com a participação dos líderes aliancistas nacionais - um em Natal e outro em Mossoró.

Em fevereiro de 1930 passou por Natal uma caravana aliancista chefiada por Batista Luzardo. No comício, que não chegou a ser realizado, em meio à multidão de curiosos e operários foi iniciado um tumulto que resultou em tiros, pânico e correrias. Houve feridos e dois mortos como conseqüência. Entre feridos um irmão do Presidente Lamartine, Nelson Faria e o militar Everaldo Vasconcelos, do 29º BC. (69)

O fato teve grande repercussão, explorado por ambas as facções, onde as recriminações eram mútuas. O presidente da Paraíba, João Pessoa, chegou a oferecer recursos ao Deputado Luzardo e por pouco não se desencadeou um movimento de maiores conseqüências entre os dois Estados vizinhos.

As eleições foram realizadas e a chapa governista saiu vitoriosa por grande margem de votos. Foram eleitos Rafael Fernandes Gurjão, Dioclécio Duarte, Cristovam Dantas e Eloy de Souza para deputados federais e José Augusto Bezerra de Medeiros para o Senado. Júlio Prestes e Vital Soares tiveram uma grande maioria eleitoral contra seus opositores que, dos 23.864 eleitores registrados nesse ano, obtiveram apenas 472 votos. 17.499 eleitores sufragaram os candidatos oficiais para a presidência. (70)

Após o pleito, o Rio Grande do Norte permanecia calmo, à margem das agitações nacionais e das conspirações revolucionárias. Lamartine, no mês seguinte, viajava ao Rio de Janeiro em busca de auxílios prometidos pelo Governo Federal em tro

Labim/UFRN

ca dos votos recebidos.

Na Paraíba, onde a divisão política levara a que irrompesse o movimento de Princesa, agitação era grande e Lamartine - que possuía ligações com os Pessoa de Queiroz, patrocinadores do movimento armado naquela região - enviou a força militar do Estado para proteger as fronteiras, evitar infiltrações de elementos estranhos no Rio Grande do Norte e auxiliar os coronéis partidários do Governo Federal naquele município. Essa força militar permaneceu em Santa Luzia até outubro de 1930, quando explodiu a Revolução.

Em meio à agitação política que se espalhara pelo País após o pleito, o governante potiguar estava tão confiante e tranqüilo quanto ao restabelecimento da situação tradicional, que pensava em participar de uma pasta ministerial no novo governo a ser instalado, tal o prestígio que sentira junto à alta cúpula política na capital da República. (71)

A exposição sobre a situação do Rio Grande do Norte até o momento em que tem início a Revolução, mostra a integração do Estado ao sistema nacional, deixando perceber a dependência política e econômica deste ao Governo Federal. É evidente que até essa data não existia nenhuma efervecência política que demonstrasse qualquer reação ao governo com o resultado das eleições de 1930. A revolução foi recebida como um fato consumado, sem resistência e com adesão.

O quadro nº 1 demonstra o revesamento no poder no Rio Grande do Norte, deixando bem evidente a composição do grupo oligárquico até a década de 20 com predominância de família Albuquerque Maranhão e seus amigos. Este grupo se caracteriza por elementos de uma elite intelectual do litoral ligado aos interesses da atividade açucareira e dos transportes da expor-

Labin/UFRN

tação.

Após a década de 20 o poder se revesa o grupo do sertão seridoense, ligado aos interesses econômicos da região, o algodão.

Labim/UFRN

QUADRO Nº 1

SUCESSÃO DOS GOVERNANTES DO RIO GRANDE DO NORTE (1892-1930)

PERÍODO ADMINISTRATIVO	N O M E	PROFISSÃO	MANDATO DE SENADOR
1892/1895	Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (eleito para Congresso Estadual)	Médico	1897/99 - 1900/02 - 1903/05 - 1906/07
1895/1900	Joaquim Ferreira Chaves (1a. eleição direta)	Desembargador	1903/05 - 1906/08 - 1909/11 - 1912/14
1900/1904	Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão	Bacharel	
1904/1908	Augusto Tavares de Lira (Renúncia em 1906 - Ministério)	Bacharel	1912/14
	Antonio José de Melo Souza	Bacharel	1909/11 - 1912/14 - 1915/17
1908/1914 *	Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão	Bacharel	
1914/1920 **	Joaquim Ferreira Chaves	Desembargador	1924§26 - 1927/29 - 1930
1920/1924	Antonio José de Melo e Souza	Bacharel	
1924/1928	José Augusto Bezerra Medeiros	Bacharel	1930
1928/1930	Juvenal Lamartine de Faria	Bacharel (fazendeiro)	1927/29

* O mandato governamental foi aumentado para 6 anos pela Constituição Estadual.

** Após este período o mandato foi reduzido para quatro anos, novamente pela Constituição Estadual.

Labim/UFRN

N O T A S

1. RIO GRANDE DO NORTE - Secretaria de Planejamento. Plano de Ação do Governo 1976 - 1979 - Natal, 1979. p.3-4.
2. Durante a Primeira República o Rio Grande do Norte participou do jogo político nacional, através de participantes do Estado em cargos ministeriais De vários governos, conforme se verá na exposição da situação política do Estado.
3. BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE - Sínopse estatística do Rio Grande do Norte - 1971. Rio de Janeiro, 1971. p.22.
4. MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Natal, Imprensa Universitária, 1973. p.72.
5. LIMA, Hermano Machado Ferreira. História política-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte - 1882/1930 Natal, CEPA, 1979. Fls.
6. RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Planejamento, op. cit. p.30.
7. Idem ibidem, p.32.
8. LIMA, Bernardo Machado de. op. cit. p.15.
9. Idem ibidem, p.19.
10. SINGER, Paul Israel. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968. p.314.
11. LIMA, Hermano Machado Ferreira de. op. cit. p.30.
12. Id ibid, p.30.
13. RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento. op. cit.p.29
14. Id ibid, p.30.
15. Id ibid, p.31.
16. LIMA, Hermano Machado Ferreira de. op. cit. p.41.

Labim/UFRN

17. RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento. op. cit. p.32.
18. Id ibid, p.33.
19. Id ibid, p.35.
20. Id ibid, p.35.
21. MEDEIROS, Tarcísio. op. cit. p.143.
22. RIO GRNADE DO NORTE. Secretaria de Planejamento.op. cit. p.38.
23. MEDEIROS, Tarcísio. op. cit. p.101.
24. SILVA, Janiee Thedoro da. Raizes da Ideologia do Planejamento no Nordeste (1889/1930). São Paulo, Liv. Editora Ciências Humanas, 1978, p.34.
25. MEDEIROS, Tarcísio. op. cit. p.143.
26. Id ibid, p.19.
27. SAES, Decio. Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República. São Paulo, Universidade de Campinas, 1973.
28. MEDEIROS, Tarcísio. op. cit. p.29.
29. RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento.op. cit. p.29.
30. A SUCESSÃO PRESIDENCIAL. A República, Natal, 30 jul. 1929.
31. CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1966, p.31. vol.1.
32. CASCUDO, Luis da Câmara. História da República no Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Ed. Val, 1965. p.41.
33. Id ibid, p.82-83.
34. SILVA, Janice Theodoro da. op. cit. p.28-30.
35. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, nascido em Natal a 27.11.1856, médico pela Universidade do Rio de Janeiro em 1881, pertencia a uma tradicional família, economicamente bem estabelecida, com base no comércio da exportação de açúcar e algodão.

Labim/UFRN

Abolicionista, fundou o Partido Republicano do Rio Grande do Norte em Natal. Foi deputado federal na Constituinte de 1891, governador e senador da República e o chefe mais poderoso das forças políticas do Estado. Era irmão de Augusto Severo - que faleceu no acidente do Pax em Paris - e Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, que governou o Estado por dois períodos, além de muitos outros. Pedro Velho faleceu senador a 09.12.1907 a bordo do vapor "Brasil" no porto do Recife.

36. CASCUDO, Luis da Câmara, op. cit. p.213.

37. Id ibid, p.214.

38. Id ibid, p.214.

39. Amaro Cavalcanti, um dos grandes nomes da política estudual no início da República. Nasceu em Caicó(RN) em 1848 ou 49. Filho de professor primário estudou Humanidades em Recife e bacharelou-se em Direito. Aprovado mais tarde em concurso para a cadeira de Latim do Colégio Baturité(CE) em 1872, foi nomeado e dedicou-se ao mesmo tempo à advocacia e aos problemas educacionais. Graças a sua atuação no campo educacional, foi comissionado pelo governo cearense para estudar o sistema de instrução elementar nos Estados Unidos, com objetivo de uma futura reforma da instrução pública na Província do Ceará. Aproveitou a oportunidade oferecida por essa viagem para matricular-se na Escola de Direito da Union University em Albany (NY) onde se graduou em 1881. De volta ao Brasil foi designado Diretor-Geral da Instrução Pública do Ceará.

Em 1883 transferiu-se para o Rio de Janeiro por ter sido nomeado professor de Latim do Colégio Pedro II. Como procurador do Banco da República teve oportunidade de aplicar e consolidar os seus conhecimentos sobre economia e

Labim/UFRN

finanças. Ingressou na política, tendo sido deputado à Assembléia Geral durante o Império, Senador na Constituinte Republicana e na Primeira Legislatura e Deputado na terceira. Na política estadual fazia parte do grupo ligado ao Cel. José Bernardo de Medeiros.

Ocupou altos postos na administração brasileira, depois de ter rompido com Pedro Velho e abandonado a política estadual. Foi Ministro da Justiça sob Prudente de Morais (1897-1898), Consultor Jurídico do Ministério do Exterior (1898-1906), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1906-1914), Delegado do Brasil na Conferência Financeira Panamericana, reunida em Washington em 1915, Prefeito do Distrito Federal (1917-1918), representante do Brasil no Tribunal Arbitral de Haia, em 1918, e Ministro da Fazenda e interino da Justiça (1918-1919).

Deixou grande números de publicações sobre economia e é considerado por Janice Theodoro da Silva, em seu trabalho As Raizes da Ideologia do Planejamento no Nordeste, como o precursor do planejamento da região nordestina, e da centralização administrativa.

40. CASCUDO, Luis da Câmara. op. cit. p.215.
41. Id ibid, p.215.
42. SILVA, Janice Theodoro da. op. cit. p.46-7.
43. LUZ, Nícia Vilela. A luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p.71.
44. SILVA, Janice Theodoro da, op. cit. p.76.
45. LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930, São Paulo, Perspectiva, 1975, p.127.
46. SOARES, FILHO, Antonio. Doze Temas. Natal, s.ed., 1975 p. 23-9.

Labim/UFRN

47. ____. Augusto Leopoldo um líder da oposição. Rio de Janeiro, s.ed. 1964, p.27.

48. Id ibid, p.28.

49. SILVA, Janice Theodoro da. op. cit. p.

50. CASCUDO, Luis da Câmara. História de uma Assembléia no Rio Grande do Norte, Natal, Fundação José Augusto, 1972. p.43.

51. LIMA, Hermano Machado Ferreira de. op. cit. p.103.

52. Idem ibidem, p.103.

53. SILVA, Janice Theodoro da. op. cit. p.67.

54. Id ibid, p.75.

55. Id ibid, p.76.

56. GOVERNO DO ESTADO. Mensagem do Governador José Augusto Bezerra de Medeiros. Natal, 1926.

57. CAFÉ FILHO, João. op. cit. p.77.

58. MEDEIROS, Tarcísio. op. cit. p.134.

59. GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem do Governador Juvenal Lamartine de Faria, Natal, 1929.

60. O ELEITORADO norte-rio-grandense. A República, Natal, 30 ago. 1929.

61. CAFÉ FILHO, João. op. cit. p.76.

62. Id ibid, p.78.

63. LIMA, Hermano Machado Ferreira de. op. cit. p.114.

64. GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem do Governador Juvenal Lamartine de Faria, Natal, 1929.

65. Id ibid.

66. Id ibid.

67. FARIA, Juvenal Lamartine. Carta, 23 de agosto de 1929, Natal, para Antunes Maciel Rio Grande do Sul, p.(carta manuscrita) Define a posição política do Rio Grande do Norte. Acervo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC).

Labim/UFRN

68. Id ibid. .

69. SILVA, Helio. A Revolução Traída, p.47.

70. RESULTADO do pleito de 1º de março para Presidente. A República, Natal, 01 abr. 1930.

71. CARTA de Juvenal Lamartine para Adauto Câmara. A República. Natal, 10 dez. 1930. (Transcrição: Rio 27. jun. 1930).

Labim/UFRN

1.3 - A Participação do Rio Grande do Norte no Movimento Revolucionário de 1930.

O Rio Grande do Norte integrava os dezessete estados que apoiavam o Governo Federal quando à 3 de outubro estourou a revolução que tão profundas modificações iria imprimir à vida sócio-econômica e política do país.

Mesmo sendo o 4º dos 17 estados a aderir ao movimento seria precipitado tomar esta adesão como se de repente abraçasse causas e princípios da Revolução. Talvez fosse mais próprio afirmar que o Rio Grande do Norte "concordou" com a revolução, creditando ao adesismo das primeiras horas a circunstâncias especiais, que serão analisadas a seguir.

Apesar de Barbosa Lima Sobrinho afirmar "E o Norte esse era todo e absolutamente revolucionário pela acumulação dos velhos e novos ressentimentos diante de governos que esqueciam por sistema ou por hábito, em todas as deliberações essenciais da República e nos benefícios da administração federal", o conteúdo revolucionário deste estado merece uma análise mais profunda. (1)

Não que se pretenda negar a justeza da observação do insígne historiador, mas em se tratando de um estudo de caso, é necessário que se tome os fios soltos das especificidades para que se possa tecer com mais objetividade a história.

Para dimensionar o grau de participação do estado na revolução, costumam dizer que a Revolução de 1930, no Rio Grande do Norte, foi feita na Paraíba. A afirmativa não é de todo destituída de sentido. Era lá que se encontrava praticamente o único revolucionário do Estado, Café Filho, que se antecipou as tropas revolucionárias, para fazer-lhe a recepção. Assim é que

Labim/UFRN

estas entraram em Natal no dia 6 de outubro e Café chegara no dia anterior.

Voltando a participação do Rio Grande do Norte no movimento de 1930 - que foi de pouca significação, tendo o estado apenas se associado ao movimento como adesista - uma das explicações possíveis pode ser encontrada no fato de não existir no Rio Grande do Norte um foco de oposição solidamente estruturada que se rebelasse contra o governo, no momento em que se noticiava a deflagração do processo revolucionário nos três estados que lideravam o movimento nacional.

A ausência de conspirações é ainda justificada se forem observadas as características locais: a economia estadual em crise e subjugada ao governo central; a oligarquia unificada sob um governo autoritário, com sua classe dominante integrada ao poder central, através de acordos e troca de favores; um estado sobretudo agrário, com uma população predominantemente rural e dependente dos proprietários da terra; uma classe média incipiente e quantitativamente inexpressiva.

Até o início do movimento, não foi encontrado qualquer registro que revelasse no estado, clima de agitação e reação contra a oligarquia local. A ausência dessas manifestações podem expressar a repressão governista, que não permitia atitudes dessa natureza.

A ligação entre o estado e o governo central era tão marcante que, nas eleições presidenciais, a chapa da oposição, com Getúlio Vargas e João Pessoa, recebeu apenas 472 votos de um total de 23.000 eleitores inscritos. (2)

Este fato, que aparentemente poderia falar por si só, traz no seu bojo uma contradição, que se coloca na seguinte ques-

Labim/UFRN

tão: como se explica que um Estado tão macissamente vinculado ao governo fosse o primeiro a aderir ao movimento revolucionário?

Em resposta levanta-se aqui a hipótese de que a própria fuga do Presidente Lamartine - antes da chegada das tropas - tenha contribuído para a atitude de passividade da classe dominante, realçando, em consequência, a "adesão" da minoritária oposição.

O número de adeptos da Aliança Liberal no Rio Grande do Norte era reduzido. Sabe-se que um dos adeptos no Seridó era o "Cel." Dinarte Mariz, ligado a oligarquia local, que abraçara a causa por concordar com as idéias propostas pela Aliança Liberal. Os dois únicos comícios que foram realizados no estado,com presença de líderes nacionais, o de Natal terminou em violência e algumas mortes.

Deflagrada a revolução a 3 de outubro, no norte o movimento partiu da Paraíba, de onde foi enviado um contingente militar para Natal. Coincidentemente, esta tropa militar era o 29º BC, agrupamento do exército que tinha sede no Rio Grande do Norte, mas encontrava-se na fronteira paraibana desde o movimento de Princesa. As notícias dos sucessos militares em Pernambuco e Paraíba, e do seu encaminhamento para o Rio Grande do Norte, levaram o presidente Lamartine, na noite de 5 de outubro, a abandonar Natal e procurar asilo fora do país (Paris).

Por conseguinte, quando as forças revolucionárias chegaram ao Rio Grande do Norte, a capital do Estado encontrava-se sem governante e sem resistência legalista.

Café Filho, que se encontrava na Paraíba - militando junto aos políticos do estado vizinho em favor da Aliança Liberal - deflagrada a revolução retorna ao Rio Grande do Norte

Labim/UFRN

para organizar uma desnecessária resistência juntamente com seus amigos Omar Lopes Cardoso e PEdro Dias Guimarães.Mobilizou um contingente armado de 44 civis para engrossar as fileiras do 29º BC. E neste gesto pseudo revolucionário, sintetiza-se a participação armada do Rio Grande do Norte ao movimento vitorioso de 1930. (3)

O 29º BC entrou em Natal a 6 de outubro sem pegar em armas, sob os aplausos dos poucos aliancistas e sem resistência das correntes situacionistas.

A situação da cidade se torna agitada com grupos de civis desocupados e aventureiros, portando laços preto-vermelhos no pescoço (as cores revolucionárias) atemorizavam as famílias natalenses e obrigavam os incautos, nos comícios das praças, a ajoelharem-se quando era cantado o hino de João Pessoa. (4)

A ocasião propiciava o clima para arruaças, assaltos, abuso e insegurança pública, em nome da revolução. Foram assaltadas e saqueadas as residências do ex-presidente Lamartine e de alguns de seus auxiliares e até mesmo o palácio do governo, na turbulência promovida pela facção liderada pelos adeptos de Café Filho. Esta agitação popular, conquanto manipulada por Café Filho, pode ser entendida como uma expressão da insatisfação por parte das camadas populares com a situação passada.

Durante 2 dias a vida administrativa da cidade paralisou, o comércio fechou suas portas e as escolas deixaram de funcionar. Somente no dia 8 é que as forças revolucionárias assumiram oficialmente o poder e procuraram fazer voltar a cidade à normalidade. O jornal "A República", agora como órgão revolucionário, dava as notícias do andamento da Revolução pelo país e

Labim/UFRN

anunciava em manchetes a "vitória das tropas revolucionárias no Rio Grande do Norte contra os que restringiam as liberdades do povo". (5)

Na verdade, se não houve resistência também não houve grande entusiasmo, salvo a ensaiada manifestação popular ao 29º BC quando este entrou em Natal. Afora os poucos aliancistas e o grupo de simpatizantes que aderiram na última hora, a população como um todo, recebia a revolução sem grande entusiasmo. A agitação popular em Natal, pode ter sido efeito, epenas, da mobilização das camadas mais baixas por Café Filho, o que também pode ser interpretada como expressão de insatisfação popular. Questiona-se a forma como se manifesta.

Os primeiros problemas começaram a surgir com a instalação do governo revolucionário, que daria início a nova fase na política estadual e que se caracterizara por uma constante instabilidade, resultado da heterogeneidade dos componentes do grupo revolucionário.

Os comandantes militares, ao chegaram a Natal, tiveram como primeira iniciativa convidar o desembargador Silvino Bezerra Neto - irmão do oligarca José Augusto Bezerra de Medeiros - para assumir o governo revolucionário.Silvino Bezerra, embora ligado ao grupo tradicional, rompera com o governo Lamartine nos últimos meses de sua administração. Silvino não querendo aceitar, procurou o parecer dos desembargadores do Tribunal,que o aconselharam a recusar o convite, "por uma questão de prudencia", não obstante a insistência dos militares. (6)

A atitude dos militares demonstra uma posição moderada, que expressa o pensamento de Juarez Távora, neste primeiro momento da revolução, de que os cargos da administração deveriam ser exercidos por civis, para que os militares pudessem

Labim/UFRN

vigiar a ação administrativa deles, para o melhor cumprimento da renovação revolucionária (7). Esta atitude, que por si só, já põe em dúvida as mudanças objetivadas com a revolução, provoca a reação de Café Filho que arregimenta os seus liderados, principalmente os estivadores, e se dirige ao palácio para assumir o governo em nome do povo, por se considerar o candidato natural do governo revolucionário. Tal pretensão foi, todavia, impedida pelo Coronel Júlio Perouse e pelo Tenente Jônatas Luciano que o detiveram e obrigaram-no a dar meia-volta com seus liderados.

Amargando a derrota na mesma noite enviou um emissário - Sandoval Wanderley - à Paraiba, para dar ciência dos acontecimentos a José Américo de Almeida e pedir sua interferência.(8)

A insatisfação de Café Filho criou o primeiro impasse na instalação do governo revolucionário. Essa crise, que revela a moderação dos militares, põe em realce o papel secundário de Café Filho para os revolucionários. A recusa de Silvino Bezerra fez com que fosse constituída uma Junta Governista Militar Provisória, enquanto se esperava pela chegada de Juarez Távora, comandante da Revolução no Norte e Nordeste, para solucionar o problema. A Junta era composta pelos coronéis Tavares Guerreiro, Júlio Perouse Pontes e Abelardo de Castro. (9)

Esses militares participaram dos movimentos tenentistas da década de vinte em outras unidades da federação. Faziam parte da ala moderada tenentista cujos ideiais reformistas demonstravam claramente, não afinavam com as posições de Café Filho. As razões, já mencionadas anteriormente, são encontradas em boa parte, na atuação de Café Filho na década de vinte, quando através do jornal incitava os subalternos do Exército a não atenderem as ordens superiores de combate aos revoltosos da Co

Labim/UFRN

luna Prestes. Essa atitude, acrescida com o tipo de mobilização política que fazia junto as camadas mais baixas da população - tentando colocá-las contra o governo - definiram-no para o exército, como portador de idéias comunistas. (10)

A Junta Governativa Provisória tomou medidas para consolidar a Revolução no Estado. Através de um decreto no mesmo dia 8 dissolveu a Assembléia e procurou garantir a ordem pública, apelando à população para que se mantivesse calma à fim de que a polícia não precisasse intervir. Fez também nomeações aproveitando muitos elementos ligados ao grupo tradicional da política estadual. A escolha de Pedro Dias Guimarães, ligado a Café Filho, para a Prefeitura de Natal, e do próprio Café Filho para a Chefia da Segurança Pública, demonstram uma forma de acomodação com a facção cafeísta e talvez uma imposição de Juarez Távora. (11)

Os atos moderados da Junta aumentam o antagonismo da facção cafeísta o que revela a falta de coesão do grupo que domina o poder. Para Café Filho a Revolução deveria fazer desaparecer os vestígios do passado.

A presença de Juarez Távora em Natal, a 12 de outubro, acompanhado de José Américo e Irineo Joffili, Chefe da Segurança Pública da Paraíba, prendia-se à solução do problema da administração do Rio Grande do Norte. Nas poucas horas que passou em Natal, em reunião com a Junta Governativa, Távora definiu a necessidade de ser indicado um revolucionário que estivesse afastado da política local. Por esta razão foi escolhido Dr. Lindolfo da Câmara, norte-rio-grandense radicado no Rio de Janeiro, servindo na Fazenda Nacional. E enquanto este não chegava foi acertado que Irineo Joffili assumiria interinamente o governo do Estado. (12)

Labim/UFRN

Antes de partir, Juarez Tãvora deu posse a Irineo Joffili e convidou o Dr. Nestor dos Santos Lima - ex-auxiliar de Lamartine - para ocupar o cargo de Secretário-Geral do Estado (13). No discurso que pronunciou na ocasião, Juarez Tãvora apresentava os novos dirigentes afirmando que estes não representavam grupos políticos, mas representantes das aspirações da revolução nacional. (14)

A situação se normalizou com o reinício das atividades administrativas. O comércio e as escolas voltaram a funcionar. A Junta num gesto que trouxe grande simpatia para o novo regime por parte da população, distribuiu víveres às pessoas, reconhecidamente pobres e aos estivadores da capital, que passaram momentos difíceis impedidos de trabalhar nos primeiros dias da Revolução.

Na Chefia da Segurança Pública, Café Filho abriu inquéritos para apurar falhas políticas e policiais das administrações passadas. Entre os inquéritos apurados merece atenção especial os casos de fuzilamentos de presos em Mossoró e Currais Novos, durante o governo Lamartine.

No governo Lamartine corriam boatos de que a mando dele, os cangaceiros capturados teriam sido eliminados. A íntegra do depoimento do capitão Laurentino Ferreira de Morais, delegado de Mossoró, na presença do Juiz Dr. Arnaldo Gomes Neto, confirma os boatos, como se pode observar.

Sobre os crimes de que é acusado haver praticado em Mossoró declara:

> "que nunca cometeu ele crimes nenhum; que sobre as mortes dos cangaceiros Bronzeado e Mormaço e criminosos Thomaz Lopes e Waldemar foram feitas as primeiras

Labim/UFRN

por ordem do sr. Dr. Juvenal Lamartine, Presidente do Estado que mandou um próprio Major Luiz Júlio incumbido de transmitir esta ordem aos delegados daquela zona que era recomendação do presidente não querer cangaceiros na cadeia e que todos deveriam passar pelas armas". (15)

O inquérito demonstrava que os mortos não foram vítimas de um desastre de automóvel como constava dos relatórios.

Também foram apurados as responsabilidades do caso do comício da Aliança Liberal, chefiada por Batista Luzardo, em fevereiro do mesmo ano. O mesmo capitão Laurentino declarou em seu depoimento ter recebido ordens para vigiar a farmácia do sr. Dias Guimarães e que se cometeu alguma arbitrariedade foi por ordem do Presidente do Estado e do Chefe da Segurança Adauto Câmara. (16)

Foi ainda apurado o assalto ao Sindicado dos Trabalhadores que revelou, segundo o depoimento do ordenança Cesário Raimundo de Souza, ter sido dirigido por duas patrulhas armadas da Força Policial. (17)

Sob o lema de "Reconstruir e Progredir", Irineo Joffili assumiu o governo e pronunciou-se contra a injúria, a violência, a desonestidade e a prepotência. A conjuntura estadual no início de sua administração apresentava-se das mais difíceis, com a situação financeira do estado em crise. Os funcionários com seus vencimentos atrasados (9 meses sem receberem) e uma despesa grande para um saldo reduzido. Até 18 de outubro, os levantamentos apresentavam um débito de 18.850:419$530, para o saldo encontrado no tesouro de 14:739$340 em dinheiro. A necessidade de contenção de despesas levou o interventor a tomar medidas consideradas antipáticas pela população, como a demissão

Labim/UFRN

de funcionários públicos. (18)

A facção cafeísta dava total apoio a Irineo Joffili na administração enquanto o grupo tradicional mantinha uma posição de distanciamento. O governo revolucionário recebia constantemente adesões por parte de muitos municípios do interior, o que confirma a adaptação pacífica do estado ao novo regime. Até o Centro Operário, por exemplo, que era solidário ao governo Lamartine, apresentava seu apoio ao novo governo.

Quanto a Lindolfo Câmara somente a 4 de novembro recebeu a comunicação de Juarez sobre sua indicação, o que já pode ser considerado como um sintoma das pressões que começavam a se manifestar contra sua efetivação. Aceitara a indicação e procurava confirmar sua viagem para o Rio Grande do Norte com o interventor interino e o coronel Tavares Guerreiro, que era o representante de Juarez Távora no Estado. Nesse momento, a facção liderada por Café Filho movimentava campanha para conseguir a permanência de Joffili na administração estadual, o que também era do interesse de José Américo, chefe do governo revolucionário da Paraíba. (19)

Juarez Távora veio mais uma vez ao Rio Grande do Norte e após entendimentos com Irineo Joffili, fez o convite oficial para sua permanência no governo potiguar, e providenciou a sua efetivação no cargo.

Pouco expressivas foram as modificações introduzidas no Rio Grande do Norte nestes primeiros momentos revolucionários. A preocupação maior era levantar os erros do passado e seguir as instruções do Governo Central.

O que merece destaque, entretanto, é que passado o entusiasmo dos primeiros momentos da instalação do novo governo,

Labim/UFRN

o Rio Grande do Norte que aceitara pacificamente a Revolução, passa a externar sua insatisfação com a nova situação, insatisfação esta proveniente dos políticos tradicionais, expressa através de ataques e pressões ao interventor, que é o representante do Governo Provisório. A conjuntura estadual reflete a instabilidade que domina, no momento, a Nação, agitada pela nova classe dirigente, heterogênea e com objetivos diferentes. A falta de coesão nacional também acontece nos estados, trazendo como consequência um período de conflitos constantes, efeitos das divergências entre os componentes da própria cúpula dirigente, que começava a esvaziar a Revolução dos seus objetivos mais específicos. (20)

No Rio Grande do Norte, após a efetivação do 1º interventor, tem início uma fase na vida política estadual que se expressará por uma constante rotatividade na administração, motivada pelas contradições entre a nova classe dominante e a dos políticos tradicionais.

Embora essa instabilidade tenha sido comum em quase todos estados do chamado Bloco Norte (Pernambuco, Paraíba, Pará, BAhia, Piauí, Sergipe, Maranhão, Alagoas e Rio Grande do Norte) sob a jurisdição do Delegado do Norte Juarez Távora, ela anunciou-se de maneira mais acentuada no Rio Grande do Norte. Durante os quatro anos do Governo Provisório, 5 interventores passaram pelo seu governo (21). Veja-se o quadro a seguir:

TABELA I

PERÍODO DE 1930 a 1934

Estados	PE	PA	CE	PB	BA	PI	SE	MA	AL	RN	11
Nº de interventores.	01	01	02	02	03	03	03	04	04	06	

FONTE: Pandolfi, Dulce Chaves - Uma Tentativa de ascenso Político.
NOTA: O Rio Grande do Norte teve apenas 5 interventores.

Labim/UFRN

A explicação para esse fenômeno do norte-nordeste - que encontrou exceção apenas nos estados de Pernambuco e do Pará, que mantiveram um único interventor durante todo o período - pode ser dada pelo fato de que as interventorias de quase todos os estados estavam nas mãos de militares. A ausência de civis ligados ao movimento leva Juarez a tomar a decisão de impor militares nas interventorias. (22)

Em Pernambuco, Carlos Lima Cavalcanti tinha a liderança da Aliança Liberal antes da Revolução e era considerado um "tenente civil". Na Paraíba a interventoria estava sempre com civis, enraízados na política, mas esse estado fora um dos integrantes da Revolução, tendo uma dissidência dentro de suas oligarquias. O Ceará era outro estado que tinha também um civil expressivo, opositor do regime passado, Fernando Távora, que além do mais era irmão de Juarez Távora. Nos demais estados, como dizia Osvaldo Aranha, "havia um deserto de civis"(...) (23)

O Rio Grande do Norte, juntamente com a Bahia foram - como afirmava José Américo - os estados onde a Delegacia do Norte teve maiores dificuldades em conciliar a interventoria com as forças locais. (24)

Observa-se, entretanto, que embora um dos pontos fundamentais fosse a dificuldade de articulação dos interventores militares ou"estrangeiros", com as forças locais, no caso do Rio Grande do Norte vários fatores se somam para explicar as dificuldades da sua situação específica.

Inicialmente pode ser apontada a falta de habilidade política de alguns desses interventores, que tinham mais idealismo do que estratégia política, a estrutura local alicerçada numa forte base agrária, com seus representantes dificultando

Labim/UFRN

a ação governista, por não se acomodarem as novas lideranças indicadas, o que comprova a inconsistência da revolução de se impor no estado; as divisões dentro da própria ala governista que não se integrava ao espírito revolucionário como um todo e finalmente a falta de apoio do Governo Central aos seus representantes no estado, o que demonstra a preocupação do governo provisório em não se incompatibilizar completamente com os políticos tradicionais. No sentido de integrar o RN aos objetivos revolucionários, é patente uma atuação mais ativa de Távora do que do próprio Getúlio Vargas.

N O T A S

1. LIMA SOBRINHO, Barbosa. apud PANDOLFI, Dulce Chaves. Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. IN- GOMES, Ângela Maria de Castro. Regionalismo e Centralização Política-Partidos e Constituinte dos anos 30. p.340.
2. RESULTADO do pleito de 1º de março para Presidente. A República, Natal, 01.04.1930.
3. CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete; Rio de Janeiro, J. Olympio, 1966 p.63 v.1.
4. MEDEIROS, Tarcísio da Natividade. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Natal, Imprensa Universitária, 1973, p 154.
5. O DECRETO nº 1 da Junta Governativa e a dissolução da Assembléia Legislativa. A República, Natal, 8 de out. 1930.
6. CAFÉ FILHO, João. op.cit. p.64.
7. PANDOLFI, Dulce Chaves. op.cit. p.341.
8. CAFÉ FILHO, João. op.cit. p.63.
9. OS NOVOS auxiliares da administração pública do Rio Grande do Norte assumiram ontem suas funções. A República, Natal,

Labim/UFRN

09.out.1930.

10. Id ibid.

11. CHEFIA da Polícia. A República, Natal,11.out.1930.

12. JUAREZ chega acompanhando Dr.José Américo e Dr. Irineo Joffily-diretor Segurança Pública da Paraíba. A República,Natal,14.out.1930.

13. Id ibid.

14. Id ibid.

15. FUZILAMENTO dos presos em Mossoró. A República, Natal, 18. out.1930.

16. A NOITE de luto de 7 de fevereiro. As criminosas intenções do governo. A República, Natal,21.out.1930.

17. INQUÉRITO sobre assalto a Sindicato dos Trabalhadores.A República, Natal,28.out.1930.

18. REGIME de dívidas. A República, Natal, 17.out.1930.

19. TELEGRAMA do Dr. Lindolfo ao coronel Luiz Tavares Guerreiro. A República, Natal,6.novembro 1930.

20. SKDMORE, Thomas. De Getúlio a Castelo (1930/1964), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.21/23.

21. PANDOLFI, Dulce Chaves. op.cit. p.351.

22. Id ibid, p.352.

23. Id ibid, p.346.

24. Id ibid, p.347.

Labim/UFRN

CAPÍTULO - II

2. A REVOLUÇÃO NO PODER - 1930/1934

2.1 - A Instalação do Governo Revolucionário no Brasil

Vitoriosa a Revolução a sua composição heterogênea vai marcar o período da administração de Vargas, que se caracterizará, sobretudo, pela experimentação e improvisação de um novo sistema político, o que se tentara demonstrar no presente capítulo.

Nesse sentido merece destaque, face a sua importância na configuração do problema político do período, a atuação de Getúlio Vargas que, como peça central do jogo político, assume posições contraditórias de acordo com a conjuntura do momento em função de conveniência de se manter no poder. Talvez a política desenvolvida por Vargas tenha sua explicação no fato de que ele próprio era descendente de uma oligarquia, e em momento algum revela posições tenentistas. Demonstra ser muito mais um político do que um ideólogo.

A Junta Militar, depondo o governo constituído, assumira o poder provisoriamente e, após dez dias, entregara-o a Getúlio Vargas, líder civil do movimento de oposição. Este comportamento do Governo Superior das Forças Armadas (ao assumir o poder, no momento crítico e transmiti-lo aos quadros civis) já ocorrera anteriormente em 1889, na sucessão da República ao Império.

Após entendimentos com a Aliança Liberal, os militares e a ala tenentista aceitaram que Getúlio se tornasse governo de fato, como representante das forças que fizeram a revolução. Entretanto, não aceitaram a idéia de que fosse empossado

Labim/UFRN

como presidente eleito para o período de 1930/1934, mas sim como chefe do governo provisório, como delegado da Revolução (1). Getúlio Vargas subiu ao poder com o apoio dos militares, da camada média e de alguns setores das oligarquias regionais dissidentes na política de 1930, e não nos braços da massa, como muitos supõem. (2)

O decreto de 11 de novembro instituía o novo governo, ao mesmo tempo que tomava diversas medidas que visavam a realização da reforma político-administrativa. Entre estas a anistia geral aos envolvidos nos movimentos armados da década de vinte, dissolução do poder legislativo em todas as suas instâncias, demissão de todos os governadores estaduais (com exceção de Olegário Maciel de Minas Gerais) e sua substituição por interventores, revogação da Constituição de 1891, decretação da lei Orgânica - garantindo a estabilidade jurídica e definindo as atribuições do executivo - criação dos Ministérios do Trabalho e da Educação e Saúde.

Com base nesse decreto, Vargas na chefia do Governo Provisório, detinha em suas mãos amplos poderes, passando a exercer o poder executivo e o legislativo. O Judiciário era exercido de acordo com a lei em vigor.

A composição do quadro ministerial escolhido por Getúlio Vargas, põe em evidência dois aspectos fundamentais: o caráter conservador e os elos de compromisso do novo governo. Se não observe-se:

Ministro da Marinha - Almirante Isaías Noronha;
Ministro do Exército - General Leite Castro (representante dos militares e membros da Junta Governista);
Ministro do Exterior - Afrânio de Melo Franco (Aliança Liberal de Minas);

Labim/UFRN

Ministro da Justiça - Osvaldo Aranha (revolucionário da A. L. gaúcha);
Ministro da Fazenda - José Maria Whitaker (Partido Democrático de São Paulo);
Ministro da Agricultura - Assis Brasil (dissidência gaúcha);
Ministro da Viação - José Américo de Almeida (Al da Paraíba);
Chefia da Polícia - Batista Luzardo (AL gaúcha);
Presidência do Banco do Brasil - Mário Brandt (dissidência paulista);
Ministro do Trabalho - Lindolfo Collor (gaúcho e vice-presidente da AL);
Ministro da Educação e Saúde Pública - Francisco Campos (AL Minas Gerais). Estes dois últimos criados para atender o programa revolucionário e compromissos políticos. (3)

A listagem do novo ministério e as vinculações de seus membros com o grupo que levou Vargas ao poder é um exemplo singular do comprometimento do governo provisório com este mesmo grupo. A posição de Vargas indica também que a proposta de transformação política reivindicada pela revolução, não se efetivara, era a mera recomposição de nomes, escolhidos de forma semelhante ao modelo tradicional. O ministério estava distribuído apenas entre os estados vinculados pela revolução. A conclusão que se pode chegar através dessa observação, é que a nova classe dominante chegou ao poder, com a revolução de 1930, através de um compromisso político.

De imediato as maiores dificuldades enfrentadas por Getúlio Vargas no poder foram com referência às articulações políticas, uma vez que o quadro político nacional após 1930 apresentava as mais diversificadas tendências.

As novas correntes que constituiam a classe dominante

Labim/UFRN

abrangiam conservadores, reformistas, militares e civis, todos defendendo uma multiplicidade de interesses. Formavam uma composição completamente heterogênea. Após a Revolução de 1930, para Boris Fausto, "era fácil saber quem perdera, mas difícil identificar os vencedores" (4). Entre os vencedores estavam: os dissidentes das oligarquias conservadoras (políticos tradicionais que fizeram oposição a Washington Luís); os tenentes, preocupados com mudanças das formas políticas e desejosos de introduzirem, para experimentação, de maneira não democrática, centralização do poder e reformas sociais, e ainda os chamados "tenentes civis" - elementos da nova geração política - que se identificavam com o pensamento tenentista. (5)

Passada a euforia da vitória revolucionária, dois problemas fundamentais apresentavam-se para resolução do novo governo: vencer a crise econômica e consolidar um sistema político que desse ao governo amplos poderes para administrar. A heterogeneidade política e a falta de unidade do próprio governo, dificultavam a ação governista. Muito cedo, as medidas administrativas começaram a gerar insatisfações. Para vencer a crise econômica, o governo provisório centralizou completamente o poder, interferindo nos estados, ferindo a autonomia que caracterizara a Primeira República.

As primeiras questões surgidas eram referentes aos limites da ação ditatorial do novo governo, e mais especificamente, à extensão ditatorial. Sobre a questão duas correntes se formaram: a maioria composta dos tenentes e seus aliados, que apoiavam as medidas excepcionais; a segunda, englobando os políticos tradicionais (como por exemplo o próprio Borges de Medeiros), liderados pelos grupos tradicionais das oligarquias, que davam preferência às fórmulas legais.

Labim/UFRN

Ora, a dissolução do Congresso Nacional e das Assembléias, aprovada pelos grupos radicais, era encarada como uma necessidade indispensável à remodelação política. No parlamento brasileiro, afirmavam, residia a fonte principal dos males políticos da nação. (6)

Juarez Távora opinava - como representante da ala tenentista - ser favorável a "ditadura de um homem de honra com as virtudes de administrador. Ditadura sem limite fixado, até que todos verifiquem por atos, não por palavras, a regeneração e a reabilitação dos costumes políticos e administrativos".(7)

Todavia, a conjuntura política complexa impedia a ação de Vargas, que procurava contemporizar os grupos, uma vez que a solução dos problemas diante da situação, tornava-se muito difícil.

Na tentativa de consolidar o poder da Revolução nos estados e neutralizar a força das oligarquias regionais, Vargas criou a nível dos estados, o cargo de Interventor Federal, correspondente a nível nacional, ao chefe do governo provisório. O interventor recebia do governo central plenos poderes executivos e legislativos, tornando-se responsável direto perante o mesmo. (8)

Com as interventorias Vargas criou uma estrutura política-institucional, conservada e aperfeiçoada mais tarde no Estado Novo, na forma de sistema das interventorias-departamentos administrativos. Sua função era de articular as relações dos estados com os ministérios e com o Governo Central.

A escolha do interventor estadual pelo chefe do governo provisório, era feita entre elementos da sua confiança e de preferência, sem expressão na política local, o que entretanto não constituía regra geral. Com isso pretendia neutralizar as

Labim/UFRN

lideranças locais e impedir que se consolidassem outras. Esse processo político administrativo que objetiva a centralização do poder a nível nacional, de modo geral, foi responsável pelas constantes crises políticas nos estados, ocorridas nos primeiros anos do governo revolucionário, mas precisamente entre 1930 e 1933. Normalmente os elementos impostos pelo governo central não se articulavam com os grupos tradicionais da política local, e, ao mesmo tempo, não consolidavam uma liderança própria, em termos gerais, havendo naturalmente algumas excessões. Em consequência, eram constantes os rodízios nas administrações estaduais e a dificuldade dos interventores em administrarem.

Para consolidar essa nova estrutura foi criado o Código dos Interventores, de 28.08.1931, onde em 30 artigos, era regulamentada e padronizada a forma administrativa, com as determinações legais referentes aos estados. Definia os deveres e direitos dos interventores, onde ficava incluída a prerrogativa de nomear prefeitos municipais. Vetava o direito de criar novos impostos, contrair empréstimos internos, criar cargos ou empregos, nomear parentes para cargos públicos, aumentar vencimentos, fazer concessões de minas e térras e ainda conceder isenções de impostos, entre outros. Como se pode verificar, era uma legítima tentativa de centralizar o poder a nível nacional.

Constava também do Código dos Interventores a adoção do imposto territorial progressivo, além da determinação dos vencimentos do interventor, que não poderia exceder os de Ministro de Estado. Deu ênfase ainda à criação de um Conselho Consultivo em cada estado, composto de cinco membros ou mais, indicados pelo interventor, e cujos nomes poderiam ser vetados pelo governo central (9). Estes Conselhos Consultivos, com cargos gratuítos, poderiam também ser criados nos municípios que os comportassem, a critério do interventor.

Labim/UFRN

Pelo que se pode deduzir o Código tentava uniformizar as administrações estaduais mas, ao que tudo indica, não surtiu o efeito desejado nesse sentido. Nem todos os interventores observaram as suas determinações, como se pode constatar pelas reclamações feitas pelo interventor do Rio Grande do Norte, Hercolino Cascardo, ao Ministro da Justiça, quando afirmava que somente o seu estado e o do Paraná, haviam instituído o imposto territorial progressivo, em obediência a dispositivos do referido Código. (10)

Mais uma vez coloca-se em destaque a intenção principal do sistema interventorial de imprimir a centralização administrativa, que era promovida através das articulações do interventor, também, com os grupos políticos regionais. Dessa forma, Vargas evitava um conflito aberto com esses mesmos grupos. E sem interferir diretamente, ainda impedia a formação de novas lideranças nos estados. Vargas não se envolvia pessoalmente nos problemas estaduais, incompatibilizando-se o mínimo possível com as mudanças efetivadas pelos interventores (11). Mas, não raro, os interventores sentiam-se desprestigiados pela falta de apoio do governo central.

A consequência mais comum do sistema interventorial, na situação política dos estados, eram as alterações generalizadas que provocavam mudanças nas lideranças locais. Estas, por falta de base, tinham duração efêmera, e os revesamentos dos grupos no poder eram constantes, além de uma instabilidade administrativa. As ascensões e quedas de grupos diversos possibilitaram mais tarde - como afirma Carone - o retorno ao poder das facções tradicionais, dele alijadas pela Revolução. (12)

Observa-se que até 1932 a indicação dos interventores sofria a intervenção dos tenentes militares e civis, que atra-

Labim/UFRN

vês do Clube 3 de Outubro, atuavam como grupo de pressão junto ao governo. Este Clube, criado pelo esforço de elementos participantes da revolução de 1930 e chefiado por Góis Monteiro, pretendia vir a ser mais tarde um partido nacional da revolução. Inicialmente chamado de Legião de Outubro ou Legião Revolucionária, posteriormente passou a intitular-se de Partido Revolucionário Nacional. Suas pretensões se constituiam, entre outras, na tentativa de acabar o sistema coronelista e de canalizar as intrínsecas lealdades estaduais através da adesão a um partido de âmbito nacional. (13)

Seu programa era basicamente o da Aliança Liberal, sendo que acentuou muito mais a "construção de um novo Brasil, com nova mentalidade" (14). Embora não tenha tido o destaque que merece na revolução de 1930, relegada ao esquecimento pelos historiadores do período, como afirma Peter Flynn, a Legião Revolucionária merece relevo pela intenção de criar um mecanismo para consolidar a revolução nos estados, mantendo seus ideais. Foi a organização mais duradoura dos tenentes, com sede no Rio de Janeiro e representações em quase todos os estados. Congregava militares e civis, todos ocupantes de cargos oficiais, que pressionavam o governo Vargas contra as oligarquias. O Clube 3 de Outubro tinha atuação mais destacada nas indicações dos interventores do sul, enquanto no norte, face a maiores dificuldades apresentadas pelos estados dessa região, as indicações eram feitas por Juarez Távora. Para tanto fora criada a Delegacia do Norte, órgão que tinha por finalidade consolidar as indicações do seu delegado, Juarez Távora.

A maior prova da influência que os tenentes exerciam no poder, é encontrada no controle que detiveram nos governos estaduais. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram os únicos Estados onde os tenentes não assumiram o comando da

Labim/UFRN

situação política. Neste, os chefes revolucionários Olegário Maciel, Flores da Cunha e Carlos Lima Cavalcanti, assumiram o executivo em seus Estados.

O norte, por exemplo, constituía quase um redudo tenentista com a formação do Bloco Norte, visando fortalecer o governo provisório. Em 1931 dos 11 interventores da região apenas dois eram civis: o de Pernambuco (Lima Cavalcanti) e o da Paraíba (Antenor Navarro). (15)

É importante salientar que as primeiras decisões com o objetivo de centralização e fortalecimento do Estado,atingiam a autonomia das oligarquias, que reagiram de imediato, com maior ou menor intensidade, de acordo com sua força econômica e política. Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo, os principais representantes das oligarquias dominantes, reagiram de maneira bastante expressiva contra o que consideravam atos de imposição.

Os desentendimentos foram iniciados em São Paulo,quando o Partido Democrático, não satisfeito com o interventor imposto pelo governo central - o pernambucano João Alberto - e também não conseguindo dominá-lo, rompeu publicamente com ele, embora permanecesse fiel ao governo Vargas. Problema semelhante, de desentendimentos entre as oligarquias regionais e os interventores, verificou-se mais tarde em todos os estados, destacando-se os casos da BAhia e do Rio Grande do Sul.

Estes primeiros conflitos não tiveram consequências imediatas, uma vez que ambos os lados identificavam o governo central como mediador. A partir de 1931, as oligarquias estaduais, compreendendo a carência do Governo Central para solucionar os impasses surgidos, tomaram posições mais radicais. Os conflitos mais sérios ocorreram em São Paulo, principalmente pelo comportamento da ala tenentista. Miguel Costa, por exemplo,

Labim/UFRN

na Chefia da Polícia de São Paulo, permitia, com a autorização do governo estadual, a realização de comícios do Partido Comunista. O aumento dos salários dos operários e o lançamento da Legião dos Revolucionários, com a participação de grande parte de operários desempregados, revoltaram os políticos liberais, iniciando uma crise entre o Partido Democrático e o interventor João Alberto, acusado por aqueles de "leviano", por permitir a existência do Partido Comunista. Os democratas ainda tentaram um acordo através de um documento onde procuravam controlar as ações do interventor. No entanto, a crise persistia, chegando ao seu ponto máximo com o pedido de demissão de João Alberto a 13.07.31, substituído definitivamente a 24 do mesmo mês. (16)

Em 1932 já podem ser observadas mudanças no comportamento político de Vargas, com o início do declínio da influência tenentista. A extinção da "Delegacia do Norte", a pedido do próprio Juarez Távora, e um sintoma expressivo desse fato, que significava uma vitória das oligarquias nesta região do país contra as pretensões tenentistas.

Aliás, a reação das oligarquias estaduais, que já se esboçava desde 1931, intensificou-se e tomou uma proporção maior quando estas se uniram, tanto no plano estadual, como no federal, aglutinando ex-aliados de Vargas numa frente única, reivindicando uma Constituição. E esta reivindicação é adotada pelas oligarquias na certeza de uma vitória eleitoral, tendo em vista as organizações oligárquicas continuarem sua dominação nos estados.

A 13.01.1932, o Partido Democrático de São Paulo rompeu definitivamente com o Governo Vargas. A ele juntou-se o Partido Republicano Paulista, numa frente única deste estado em favor da constitucionalização nacional. (17)

Labim/UFRN

Em março do mesmo ano, a frente única gaúcha, através do Partido Libertador, tomou uma posição ofensiva contra o governo central e o tenentismo, pressionando mudanças no Ministério do governo provisório. A conspiração era um objetivo constante do Partido Democrático, com pretensão a uma revolução, dela participando, com uma coesão menor, Minas e Rio Grande do Sul.

Os últimos acontecimentos políticos fizeram Vargas recuar e tomar uma nova posição, recompondo o Ministério, onde se nota a presença de antigos políticos do sul. Vargas, sentindo a força política dos tradicionais oligarcas, volta-se para eles em busca de apoio, para contornar as constantes crises políticas e se manter no poder.

A crise política deste período, revela-se quando a 9 de julho de 1932 eclode o Movimento Constitucionalista de São Paulo, que havia sido planejado pela política comum de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. São Paulo antecipou sozinho o movimento sem a participação dos outros dois que, como afirma Carone, indecisos fogem a qualquer compromisso revolucionário, apoiando Vargas, o que influencia a derrota do movimento.(18)

Esse movimento iniciado em São Paulo (1932) exigia a deposição de Getúlio Vargas do poder e a elaboração de uma Constituição. Porém, embora contasse com a participação de diversos setores da sociedade - estudantes, industriais, operários e elementos da pequena burguesia - a rebelião paulista ficou isolada. As oligarquias dos outros estados, por receio ou falta de articulação, não aderiram ou mesmo tiveram uma participação insuficiente, como foi o caso do Rio Grande do Norte, onde os políticos tradicionais, em solidariedade aos partidos gaúchos, fundaram a União Democrática Norte-rio-grandense, com finalida

Labim/UFRN

de de lutar pela volta do regime constitucional (19). As forças paulistas resistiram até outubro, quando foram militarmente derrotadas pelas forças governistas.

Esse revés militar sofrido pelas forças paulistas, não significou, todavia, a total derrota política. O governo provisório foi obrigado, mesmo com a vitória, a reconhecer a força do estado de São Paulo. O esquema do café foi mantido e, em julho de 1933, Armando Sales, do Partido Democrático, foi designado para o governo de São Paulo. Finalmente, atendendo às pressões liberais, encabeçada por São Paulo, o governo resolveu convocar a constituinte para maio de 1933.

Foram marcadas as eleições e as oligarquias organizadas reuniram suas forças e conseguiram, nas urnas, a vitória eleitoral para a Assembléia Nacional Constituinte. Os únicos estados, onde o governo federal venceu sem problema, foram o Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, cujos interventores, unindo-se as oligarquias locais, conseguiram impor sua liderança.

A eleição de 1933 representou a superação do poder dos tenentes pelo das oligarquias. A partir de 1934, o tenentismo desapareceu como força política no governo central.

A 15 de novembro de 1933, foi instalada a Constituinte Nacional eleita em maio. No ano seguinte, o Brasil tinha sua nova Constituição promulgada e o país entrava no regime da normalidade, com nova carta, que mantinha os princípios liberais democráticos. Fora mantida a República Federativa e o presidencialismo, mas fora extinto o cargo de vice-presidente. Estabelecia voto secreto e feminino, leis trabalhistas, ensino primário obrigatório, autonomia dos sindicatos e a representação profissional, entre outras inovações.

Labim/UFRN

Entre as inovações merece destaque a representação classista: os sindicatos de patrões e empregados podiam eleger seus representantes, que tinham (teoricamente) os mesmos direitos dos demais parlamentares. As Assembléias Nacional e Estadual passariam a ter representantes dos profissionais liberais, empregados, empregadores, e funcionários públicos.

Através de eleição indireta, Getúlio Vargas conseguiu eleger-se para um período de mais quatro anos, iniciando assim sua fase de governo constitucional, que duraria até 1937.

Nesta fase Vargas adota uma nova posição política, aproximando-se das oligarquias regionais, dando seu apoio àquelas que aceitavam sua liderança, o que reforçou sua posição de Presidente Constitucional. Muitas dessas oligarquias, deviam, inclusive, sua ascensão política ao Presidente Vargas, o que as transformava em aliadas, como era o caso de Armando Sales de Oliveira (São Paulo) e Benedito Valadares (Minas Gerais). (20)

Obviamente que a nova postura do governo Vargas resultou na afirmação das oligarquias no poder dos estados, o que pode ser facilmente concluído pelo resultado das eleições de 14 de outubro de 1934, para a Assembléia Estadual Constituinte e consequente escolha dos governadores. A vitória da maioria situacionista nos estados é bem um reflexo do bom relacionamento das oligarquias regionais com o governo federal. As exceções mostram os estados onde houve resistência das oligarquias em se articularem com o presidente: o caso do Ceará, onde a Liga Eleitoral Católica - dirigida por coronéis tradicionais e "sacerdotes" - venceu o Partido Social Democrata, liderado pelo interventor Felipe Moreira Lima e o Rio Grande do Norte, onde o Partido Popular, liderado pela oligarquia regional, venceu a Aliança Social, dirigida pelo interventor Mário Câmara (21). No caso

Labim/UFRN

do Rio Grande do Norte merece destaque: a luta desenvolveu-se mais entre os grupos locais, do que mesmo contra o governo federal.

A alusão a vitória situacionista nos estados se prende ao fato de serem vencedores os partidos do governo. Dada a vinculação desses partidos com a estrutura tradicional oligárquica de antes de 1930, no que se refere a revolução, não se pode afirmar que tenha sido uma vitória do governo revolucionário. O fato é testemunho do fracasso revolucionário, no que tange a mudanças na estrutura política.Como efeito final foi convocada a Constituinte de cada estado e escolhidos indiretamente seus governadores. Nesse sentido, concorda-se com a afirmação de Carone que diz: "a consolidação dos situacionistas estaduais é o fator que, no momento, reforça a consolidação dos novos grupos dirigentes, e que vai se mostrar útil ao governo federal".(22)

O novo esquema governamental - representado pela articulação de Vargas e oligarquias - tornou praticamente pacífico o jogo político. Mas mesmo com a frente comum formada pelas forças situacionistas na Câmara Federal, que expressava uma maioria significativa contra a minoria parlamentar, a oposição contra o governo central persistia de forma combativa e verificava-se que o problema principal na relação Estados/União, não estava resolvido. Este vai ser um dos fatores responsáveis pela agitação e confusão política que se estabelece nos anos que precedem ao Estado Novo. Vargas, temendo o controle do poder central pelas oligarquias que cada vez mais se consolidavam, decide-se a impor uma nova ditadura. O fracasso ao tentar consolidar a revolução nos estados, bem como a oposição sofrida no Congresso, serviram-lhe de lições que muito contribuiram para o encaminhamento de uma nova solução, que seria o Estado Novo.

Uma visão desse período, onde a preocupação básica

Labim/UFRN

diz respeito as relações entre os estados e o governo central, especificamente no caso do Rio Grande do Norte, será tratado no item que se segue.

N O T A S

1. CARONE, Edgard. A República Nova (1930/1937). São Paulo, Difel, 1976,p.283.
2. CARDOSO, Fernando Henrique. Populismo: uma crise no Estado. IN- História do Brasil. São Paulo,1976. p.35 (Caderno de Debate,1).
3. CARONE, Edgard. op.cit. p.284/85.
4. FAUSTO, Boris, apud CARONE, Edgard. op.cit.p.287.
5. SKDMORE, Thomas. De Getúlio a Castelo (1930/1964), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p.26.
6. SILVA, Hélio. A Revolução Traída - 1930. p.28.
7. Idem, ibidem, p.29.
8. SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964) São Paulo, Alfa-Omega,1976. p. 32-33.
9. CARONE, Edgard. A Segunda República. São Paulo, Difel,1976. p.28-35.
10. CONGRESSO de Interventores. A República, Natal,20.jan.1932.
11. SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. op.cit. p.89.
12. CARONE, Edgard. op.cit. p.30.
13. FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 1930. IN- Os Militares e a Revolução de 1930. p.80 (dados incompletos).
14. Id ibid, p.82.
15. PANDOLFI, Dulce Chaves. op.cit. p.
16. CARONE, Edgard. op.cit. p.327.

Labim/UFRN

17. CARONE, Edgard. op.cit. p.328/29.

18. Id ibid, p.329.

19. UNIÃO DEMOCRÁTICA NORTE-RIO-GRANDENSE. A República. Natal, 19.jun.1932.

20. CARONE, Edgard. op.cit. p.329.

21. Id ibid, p.330.

22. Id ibid, p.330.

Labim/UFRN

2.2 - O Período Interventorial no Rio Grande do Norte 1930-1933.

Como já foi visto no item anterior, o novo modelo político introduzido com a revolução no poder, criou, com relação aos estados, o sistema das interventorias.

Estas, entretanto, eram apenas um mecanismo de centralização político-administrativa que o governo provisório procurava implantar, com o apoio de um aparato burocrático estatal de grande porte.

O período iniciado em 1930 representa um momento de grande importância no processo político do país, face a redefinição das forças políticas. O governo recém instaurado necessitava de fortes bases de apoio para consolidar os princípios revolucionários.

Nesta conjuntura o Norte, que via na ocasião a oportunidade de recuperar o espaço político perdido no regime passado, representa um aliado natural e necessário ao governo provisório para equilibrar as forças políticas do sul.(1)

E é exatamente nestes estados do Norte, como afirma Pandolfi, que o governo provisório vai obter maior penetrabilidade, graças às condições de declínio econômico e político, que dá certa especificidade à região. (2)

A inexistência de uma sólida estruturação partidária e de uma classe política forte (como as do sul) autorizam que a revolução se faça mais atuante nesta região. E ela se faz presente no Norte, através dos seus interventores que também apresentam características específicas. Os interventores eram o próprio instrumento do controle do poder central em cada estado.

Labim/UFRN

Representa o empenho deliberado de alterar as relações estado/ União, transformação esta, desejada pelos tenentes e, especificamente, por todos os "revolucionários nortistas". (3)

A atuação dos interventores como representantes diretos do poder central nos estados, se pautaria por normas básicas estabelecidas pelo governo provisório, denominada de Código dos Interventores. As interventorias foram implantadas em todo o Brasil. Entretanto, como lembra Pandolfi, foram os interventores nortistas, os que mais se aproximaram do modelo ideal de interventor, por apresentarem, de modo geral, as três características fundamentais que norteavam a sua escolha: ser "estrangeiro" (elementos sem vínculo direto com as forças políticas locais); "ser militar" (em razão da quase ausência de civis ligados à revolução); e finalmente "ser politicamente neutro" (ou seja desvinculado dos partidarismos regionais e mais ligados aos interesses nacionais). (4)

Ao Norte, como reduto tenentista, cabia a missão de fortalecer o governo provisório, permitindo a Vargas neutralizar as forças do sul e assim manter um jogo de equilíbrio político entre os dois sustentáculos do seu governo: os tenentes e os políticos profissionais - ligados as oligarquias dissidentes em 1930.

No Rio Grande do Norte, Irineo Joffili, nomeado interinamente enquanto aguardava o candidato definitivo, João Lindolfo da Câmara, terminou confirmado no cargo por Juarez Távora, graças as pressões e pedidos da facção cafeísta. Foi, portanto, efetivado como primeiro interventor a 21 de novembro de 1930, pelo chefe do governo provisório.

Paraibano, bacharel em Direito, Joffili tivera destacada atuação na política do seu estado em favor da Aliança Libe

Labim/UFRN

ral, ao lado de José Américo de Almeida. Era o Chefe da Segurança Pública do estado vizinho quando acompanhou Juarez Távora e José Américo ao Rio Grande do Norte para resolver o problema da administração desse estado. (5)

Por seus méritos pessoais, por ser revolucionário e "estrangeiro", Joffili foi o elemento escolhido por Távora para resolver o impasse político criado no Rio Grande do Norte, pelos seus próprios revolucionários.

Apesar desta circunstância, sua administração foi bastante atribulada e não durou mais de 90 dias. Joffili foi, portanto, o primeiro dos cinco interventores que estiveram na administração estadual, no período de 1930 a 1933, como pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 2

SUCESSÃO DOS INTERVENTORES - 1930/1933

Períodos administrativos	Nomes	Profissão	Naturalidade	Tempo de administração
12.10.30 a 28.01.31	Irineo Joffili	Bacharel Civil	Paraíba	90 dias
28.01.31 a 31.07.31	Aluísio de Andrade Moura	Militar Exército	Macaíba-RN	180 dias
11.07.31 a 05.02.32	Hercolino Dascardo	Militar Marinha	R.de Janeiro	210 dias
11.06.32 a 06.06.33	Bertine Dutra da Silva	Militar	Bahia	365 dias
02.08.33 à 27.10.35	Mário Leopoldo Câmara	Bacharel Civil	R.G.do Norte	26 meses

O quadro anterior é bem um exemplo típico do constante revesamento da administração estadual, o que pode levantar a

Labim/UFRN

seguinte questão: as tentativas de articulação do governo federal com o Estado do Rio Grande do Norte, foram bastante dificultadas, pelas condições específicas do próprio estado, como já foi mencionado e será especificada na medida em que forem estudadas as interventorias isoladamente.

Como interventor Irineo Joffili prestigiou a facção cafeísta, conservando Café Filho na Chefia da Segurança Pública e Pedro Dias Guimarães na Prefeitura de Natal. Esse apoio à facção cafeísta provocou uma franca hostilidade do interventor com os militares e os políticos tradicionais. Os militares começaram, inclusive,a desenvolver firme campanha para derrubar Café Filho da função que exercia, sob a acusação de que ele estaria aparelhando grupo político para futuras eleições.

Pelos embaraços criados à administração estadual, o interventor conseguiu, com a interferência de Juarez Távora, a transferência desses militares para outras unidades (6). Café Filho, em dezembro, era exonerado da Chefia da Segurança Pública (o mesmo que Chefia da Polícia), a pedido.

Em termos de programa e objetivos da Revolução, que anunciava entre outras propostas, o saneamento dos costumes políticos e renovação revolucionária, Joffili não chegou a apresentar um plano de governo, embora se propusesse a implantar medidas com essa finalidade. Para tanto mandou ativar a revisão de todos os atos dos Poderes Legislativo e Executivo estaduais e municipais, objetivando verificar os que fossem nulos por falta de preenchimento das formalidades ou por serem prejudiciais aos interesses do Estado e do Município. (7)

O fato de ter substituído da função de Secretário Geral o Dr. Nestor dos Santos LIma - nomeado por imposição de Jua

Labim/UFRN

rez Tavora e dos militares - pelo seu conterrâneo José Borja Peregrino, pode ser interpretado como reflexo do seu pensamento de renovação política. Todavia, este seu ato provocou o início do seu desentendimento declarado com as forças políticas tradicionais.

O fato de ser "estrangeiro" e intransigente, tomando medidas que afetavam situações estabelecidas, como por exemplo a demissão de funcionários, justificadas como contenção de despesas, tornou sua administração impopular e a camada tradicional começou a organizar a reação contra o seu governo. Inicialmente partiu dos jornais do sul como o "Diário Carioca" do Rio de Janeiro, que criticava a administração de Joffili, principalmente por ter colocado conterrâneos seus nos cargos administrativos do Rio Grande do Norte. Outra acusação era a de estar desenvolvendo o empreguismo familiar, garantindo os cargos mais rendosos para seus parentes. A acusação precedia, mas foi justificada pelo interventor, sob a alegação de que esses parentes já se encontravam nos cargos antes mesmo da sua administração. (8)

Entretanto o móvel de todas essas acusações feitas em jornais do sul era o fato de Joffili haver intimado o ex-presidente Lamartine a repor aos cofres públicos importância que teria concedido em passagens a amigos, da política passada, conforme o "Diário da Noite", de São Paulo, que fazia a defesa do interventor norte-rio-grandense. (9)

Um dos responsáveis pela campanha contra Joffili no sul do país, era o ex-deputado perrepista Dioclécio Dantas Duarte, norte-rio-grandense, que dirigia no Rio o "Diário de Notícias". (10)

Uma análise da administração de Joffili apresenta poucos subsídios em função da implementação do ideal revolucioná

Labim/UFRN

rio, dado provavelmente, a exiguidade do tempo de sua interventoria.

Sua função não era fácil. Deveria impor uma nova ordem social no estado e isto implicava em cortar privilégios da oligarquia deslocada do poder.

Tal não acontecia com a massa urbana que sem vez no governo anterior, sentia-se prestigiada pelo governo Joffili, respondendo com o apoio popular.

Uma das ocorrências que merece destaque na sua rápida administração, foi a instalação da Legião dos Revolucionários em dezembro, seguindo a orientação do governo central e inspirado nos princípios do manifesto dirigido aos revolucionários por Osvaldo Arahha e Góis Monteiro, com a finalidade de consolidar a revolução no Rio Grande do Norte. (11)

A tentativa da Legião de criar bases populares para o governo e substituir o sistema corenelístico, vai encontrar na conjuntura estadual fortes entraves para o seu sucesso. A comprovação do fato é que após as notícias da instalação da Legião - que contou com as presenças do interventor e da facção cafeísta - não foram encontradas mais informações sobre sua atuação com destaque. Somente na administração de Cascardo(1933) é que se fala da fundação de uma sucursal, em Natal, do Clube 3 de Outubro.(12)

Em função da pouca expressividade que a Legião apresenta no Rio Grande do Norte, pode-se até supor que, o fracasso de sua atuação pode ter contribuído para o insucesso da ala radical no Rio Grande do Norte.

Joffili, que já vinha descontente com a situação no Rio Grande do Norte pelos constantes ataques de que era vítima,

Labim/UFRN

chegou ao auge com o desenrolar do processo contra a firma. M. F. Monte e Cia., de Mossorō, e de propriedade de coronēis daque la região. Esta firma pertencente a um grupo exportador de al godão, sal e cera de carnaúba ligada ao grupo oligārquico ante rior a revolução. Irineo Joffili quando assumiu encontrou o pro cesso com despacho do presidente deposto prescrevendo a dīvida. Anulou o referido despacho, considerando-o inaceitável pela existência evidente de dolo. Assinara um decreto, vedando ao judiciário apreciar atos do poder executivo revolucionário, de terminando que o caso ficasse circunscrito a ação do governo.

O interventor tomou conhecimento atravēs do "Correio da Manhã" do Rio, que a firma M.F. Monte havia recorrido do ato do interventor federal do Rio Grande do Norte sobre a prescri ção da dīvida fiscal, ao Governo Federal, atravēs de seu advo gado no Rio de Janeiro, o Dr. João Neves da Fontoura. (13)

O fato do Governo Central aceitar a recorrência da firma sonegadora fez Joffili sentir-se desprestigiado pelo go verno provisōrio por considerar ilegais os atos do poder cen tral com referência ao processo e pediu sua exoneração em carā ter irrevogāvel. Seu descontentamento era tamanho que nem se quer esperou que fosse indicado seu substituto, passando a 29.01.31 - com a autorização de Juarez Tāvora - o governo inte rinamente ao comandante do Regimento Militar, o tenente Aluīsio Moura.

A exoneração de Joffili da interventoria do Rio Gran de do Norte foi considerada por Antenor Navarro, interventor da Paraība, o primeiro golpe que os reacionários desfechavam sobre a revolução brasileira. Ela inaugura no estado a primeira de muitas crises polīticas do perīodo interventorial que vai se observar em āmbito nacional. (14)

Labim/UFRN

No mês seguinte, fevereiro, a BAhia e o Piauí também tiveram suas crises e, pelas declarações do Ministro Osvaldo Aranha em resposta a uma comissão de políticos fluminenses que pleiteavam a retirada do interventor Plínio Casado - (...) "*não sairá nem esse nem outros interventores até que se complete a obra revolucionária*" (...) (15), pode-se concluir que o problema se generalizava.

Até o final de 1931 todos os Estados sob a jurisdição da Delegacia do Norte, com exceção apenas do Acre, Paraíba e Pernambuco, passaram a ser governados por interventores militares. A necessidade de militarizar as interventorias era uma consequência direta da instabilidade política e talvez o único caminho para impor o programa revolucionário, única alternativa para superar as crises. (16)

A adoção de militares nas interventorias, mostrava que fracassara o pensamento inicial de Juarez Távora de que os militares deveriam "*senão excepcionalmente ocupar cargos de administração civil, a fim de melhor poderem vigiar a ação dos administradores civis*". (17)

Nas lutas políticas dos estados nordestinos as deliberações eram da Delegacia do Norte, através de Távora. Com vistas a solução do caso do Rio Grande do Norte, Távora voltou mais uma vez a Natal, a 26 de fevereiro de 1931, ocasião em que comentou que os estados menores traziam mais embaraços ao governo central do que os grandes centros políticos. E a razão principal se devia a falta de consistência interna do setor revolucionário. Para Távora a maior dificuldade do Rio Grande do Norte, consistia no fato de só haver quatro famílias politicamente radicalizadas e cada uma dessas famílias já havia dado um governador. Nestas condições, prestigiar qualquer desses elementos

Labim/UFRN

oligárquicos significaria facilitar o predomínio de um grupo. Por esta razão, procurava indicar pessoas que não estivessem incluídas nos grupos tradicionais. (18)

A precipitação de Irineo Joffili em deixar o Rio Grande do Norte, entregando a interventoria a Aluísio Moura - Comandante do Regimento Policial do Estado - dificultou a escolha do seu sucessor. A explicação para essa afirmação se deve ao fato de que, talvez, para Juarez Távora, ele, Moura, não fosse o candidato ideal. Principalmente porque sabia-se de suas ligações com os políticos tradicionais, não obstante fosse ele militar. A sua atuação mais adiante vai revelar que o mesmo não era nem tenentista nem político.

Entretanto, como já estava interinamente no cargo, no mês seguinte Aluísio Moura teve sua indicação confirmada pelo governo.

Aluísio Moura, segundo interventor do Rio Grande do Norte, era potiguar de Macaíba. Oficial de carreira, era 1º tenente na época em que rebentou a Revolução e encontrava-se servindo em Campina Grande (PB) antes de vir comandar o Regimento Policial do Rio Grande do Norte, na interventoria Joffili.

Assumindo o poder local, encontrou nos principais postos administrativos do estado os partidários de Café Filho, nomeados pelo seu antecessor. De início estes foram mantidos nos cargos, mesmo a contragosto do interventor Moura, que desde os primeiros momentos revelava sua inclinação para a ala tradicional, com os quais mantinha laços de amizade. Esse comportamento não é bem aceito por Juarez Távora que indica dois militares para assessorá-lo na sua administração, o tenente Ernesto Geisel para Secretário-Geral e Diretor do Departamento de Segurança Pública e o tenente Paulo Cordeiro de Melo para o Comando da

Cabim/UFRN

Regimento Policial.(19)

No meio local circulava o comentário de que os dois militares tinham a missão de observar e controlar o novo interventor, para que não se afastasse dos objetivos da revolução. O que fica bastante claro nestas nomeações, é a falta de confiança da cúpula revolucionária no novo interventor, trazendo elementos de fora para auxiliá-lo na administração estadual.

Logo que se inicia a administração de Aluísio Moura, o estado entra em grande agitação com a instituição da Junta de Sanções, através do decreto de 7 de maio de 1931, representada pelo interventor, Secretário Geral e o Procurador Geral do Estado, com objetivo de punir faltas administrativas cometidas até outubro de 1930. (20)

Esse fato teve grande significação por atingir diretamente as correntes tradicionais e trazer como consequência o aumento do antagonismo entre as forças políticas locais e o poder.

Tudo leva a crer que, em face dessa nova orientação as classes atingidas, diante das pressões sofridas pela facção cafeísta, tenha realizado um complô no sentido de comprometer Café Filho e seus aliados.

Assim é que a primeira crise do governo de Aluísio Moura ocorreu antes deste completar um mês de administração, quando o interventor mandou prender - sob a acusação de conspirarem contra o governo e serem adeptos do comunismo - Café Filho, Pedro Dias Guimarães (Prefeito de Natal), Edgar Siqueira (Delegado de Ordem Social), José Anselmo e Sandoval Wanderley - todos elementos da facção cafeísta.

O que parece óbvio é que dadas as divergências existentes entre Café Filho e os militares sediados em Natal, de mo-

Labim/UFRN

do geral, sobre os rumos a serem tomados pela revolução, Aluísio Moura apegou-se a um primeiro pretexto para colocá-lo de fora da sua administração.

As investigações foram procedidas pelo Ten.Geisel e revelaram a inexistência de fundamentos para as acusações.Manda soltar os detidos e, por sua determinação, o interventor publicou uma nota oficial, onde explicava que a situação não passara de mera circunstâncias de boatos e inocentava os acusados.(21)

A partir de então nota-se de maneira acentuada, mudanças na orientação do governo de Aluísio Moura, que passou a ter uma maior preocupação com a massa, passando a visitar os bairros mais humildes de Natal, sempre acompanhado dos seus auxiliares Geisel, Paulo Cordeiro e Café Filho. Foram realizadas concentrações na sede da Sociedade dos Estivadores, com explicações sobre a situação do operariado brasileiro, conclamando a todos a continuarem a trabalhar em defesa dos interesses da coletividade. (22)

A diretriz política do interventor revela claramente a interferência de seus auxiliares Geisel e Cordeiro, estimulados por Juarez Távora, dentro do pensamento revolucionário de uma política inovadora. Entretanto, o que se pode também notar é a preocupação de desfazer os desentendimentos com a facção cafeísta - que era a que mantinha as bases populares e mostrar uma nova imagem do governo.

Independentemente dos conflitos políticos, a situação interna do Rio Grande do Norte era das mais difíceis. A carência de trabalho no campo, em virtude do prolongamento da estiagem, trazia sérias preocupações às autoridades estaduais. O Governo Central já tomara conhecimento, através do Ministro da Viação, do grande deslocamento da população do interior para a

Labim/UFRN

capital, em busca de sobrevivência. Esse êxodo rural, aliado aos boatos de redução dos salários dos trabalhadores da Estrada de Ferro, geravam a preocupação dos dirigentes, expressa em apelos dirigidos ao Ministro José Américo, inclusive através de Café Filho, que se encontrava no Rio de Janeiro. (23)

Em junho surgia novo impasse político no Rio Grande do Norte, quando o tenente Geisel, não satisfeito com a orientação do interventor Aluísio Moura, por considerar que não correspondia aos ideais propostos pela revolução, viajou ao Rio de Janeiro. Na capital federal manteve entendimentos com Juarez Távora, e com os Ministros do Trabalho, Justiça e Viação e Obras, antes de retornar ao Rio Grande do Norte para pedir sua exoneração da função que exercia. Como justificativa alegou sua incompatibilidade com o governo Aluísio Moura. A mesma atitude teve o tenente Paulo Cordeiro, que pediu sua exoneração justificando-a pela incompatibilidade de sua maneira de pensar com a orientação do interventor.

O fato concreto para o pedido de exoneração desses militares - cujo gesto teve bastante repercussão como se verá mais adiante - não foi especificamente encontrado. Todavia, pode-se supor, que as divergências de orientação entre estes e o interventor teria sido de grande influência no caso. O Governo Central não expressou nenhuma interferência no caso.

No âmago da questão, a discussão deve ser em torno das diretrizes do governo estadual e atritos de orientação.

Os assessores demissionários tiveram a solidariedade dos elementos cafeístas como Pedro Dias Guimarães, Sandoval Wanderley, que também pediram suas demissões. Em substituição aos demissionários foram nomeados elementos ligados a camada tradicional, como Francisco Lopes de Freitas - para a prefeitura de

Labim/UFRN

Natal - e Luís da Câmara Cascudo - para a Imprensa Oficial e ainda Nestor dos Santos LIma para a Secretaria Geral.

A repercussão dos acontecimentos locais junto ao Governo Central foram completamente desfavoráveis ao interventor, que no decorrer de sua administração demonstrava suas preferências pelos elementos reacionários o que levantava o perigo da não consolidação da revolução no Rio Grande do Norte. O maior exemplo dessa sua vinculação com o setor reacionário, era o grande número de telegramas de solidariedade e pedidos para sua permanência, pelos políticos tradicionais ao governo federal.(24)

Com a mesma afluência com que foram dirigidos telegramas solicitando a permanência do interventor, também foram enviados ao Governo Central telegramas de coronéis do interior acusando o interventor de ameaçá-los e fazer pressão nas suas localidades, em contradição com o programa revolucionário.Pedro Dias Guimarães chegou a telegrafar ao chefe do governo provisório acusando o interventor de procurar restaurar no Rio Grande do Norte, a situação anterior a 30. (25)

Por esse tempo, Juarez Távora já sugeria ao Governo Central alguns nomes para substituir Aluísio Moura na interventoria norte-rio-grandense. Como razões principais, Távora, apresentava a demissão dos tenentes Geisel e Cordeiro, que foi acompanhada por muitos prefeitos do interior. Por não encontrar entre os civis um nome capaz de conter os problemas políticos locais, sugeria o nome do comandante Hercolino Cascardo. Juarez Távora, como Delegado do Norte, via a necessidade de militarizar as interventorias, como o caminho para superar as crises e impor o programa revolucionário. No caso de Aluísio Moura, este Militar por ser do estado tinha grandes vinculações com o esquema tradicional.

Labim/UFRN

A 5 de julho, Aluísio Moura recebia comunicação de sua substituição na interventoria pelo comandante Cascardo. Em resposta à comunicação dirigiu-se a Vargas cientificando-o da notificação recebida de Juarez Távora e lamentava não haver correspondido à expectativa do governo provisório na interventoria do Rio Grande do Norte.

Seu desapontamento fica demonstrado nas palavras dirigidas a Vargas:

> "*Deixo-o à vontade resolver caso demissão sem ter sido consultado, conforme aconteceu quando fui escolhido interventor*". (26)

Vargas respondeu-lhe confirmando a indicação de Cascardo para substituí-lo, ressaltando os valores e serviços prestados pelo referido militar à causa revolucionária e, inclusive, apontava o fato de ser o mesmo isento de ligação com os problemas locais o que, certamente ajudaria a aplainar as disenções existentes no Rio Grande do Norte. Agradecia a Moura pelos serviços prestados e deixava claro que sua demissão se devia ao fato de suas ligações com a política tradicional do estado. (27)

A 31 de julho Aluísio Moura entregou o cargo ao seu substituto.

O comandante Hercolino Cascardo inicia sua administração no estado numa conjuntura de crises políticas nacionais e de muitas dificuldades locais. Este assunto será discutido no item seguinte, onde será destacada a atuação de Cascardo no poder e a conjuntura local e nacional do período.

Labim/UFRN

N O T A S

1. PANDOLFI, Dulce Chaves. Trajetória do Norte: uma Tentativa de ascenso Político. IN - GOMES, Ângela Maria de Castro. Regionalismo e Centralização Política - Partidos e Constituinte dos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p.341/372.
2. Id ibid, p.341.
3. Id ibid, p.343.
4. Id ibid, p.343.
5. JUAREZ chega acompanhado dr. José Américo e dr. Irineu Joffili, diretor Segurança Pública da Paraíba. A República, Natal,14.out.1930.
6. CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete. Rio de Janeiro,J. Olympio, 1966. p.67.
7. FURTADO, João Maria. Vertentes. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1976, p.74.
8. CAMPANHA injusta- A República, Natal,13.jan.1931.
9. idem, ibidem
10. COMENTÁRIOS da Imprensa do Rio sobre o governo do Rio Grande do Norte. A República, Natal,13.jan.1931.
11. CRIAÇÃO da Legião Revolucionária do Rio Grande do Norte. A República. Natal,10.dez.1930.
12. O CLUBE fundado aí já se encontra oficialmente reconhecido pelo Conselho Superior do Clube Central. A República,Natal, 26.abr.1932.
13. FURTADO, João Maria. op.cit. p.76.
14. DISCURSO de Antenor Navarro Interventor Federal da Paraíba. A República. Natal,01.fev.1931.
15. PALAVRAS do Ministro Oswaldo Aranha à Comissão de políticos fluminenses que pleiteavam a retirada do interventor Plínio

Labim/UFRN

nio Casado. A República, Natal, 13.jan.1931.

16. PANDOLFI, Dulce Chaves. op.cit. p.344.

17. Id ibid, p.344.

18. CHEGADA ontem a esta capital do General Juarez Távora. A República, Natal, 27.fev.1931.

19. FURTADO, João Maria. op.cit. p.

20. DENTRO do Programa Revolucionário. A República, Natal, 24.mar. 1931.

21. NOTA OFICIAL. A República, Natal, 31.mar.1931.

22. A VISITA do Interventor Federal ao Bairro de Anchieta. A República, Natal, 07.abr.1931.

23. APELO dos operários da Liga Artística Operária ao Ministro José Américo de Almeida no sentido não serem reduzidos os poucos salários de operários e trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. A República, Natal, 10.mai.1931.

24. Telegrama do Arquivo Nacional.

25. Id ibid.

26. Carta de Aluísio Moura a Getúlio Vargas comunicando haver recebido notícia da sua substituição.

27. Telegrama de Vargas a Aluísio Moura agradecendo o dever cumprido.

Labim/UFRN

2.3 - Hercolino Cascardo, Um Tenentista no Poder

A abordagem específica dada a administração de Hercolino Cascardo, visa chamar a atenção para a figura do interventor que mais perto esteve dos ideais revolucionários, conseguindo na sua rápida trajetória interventorial, se não implantar, mas pelo menos esboçar as linhas mestras do que pretendia a Revolução de 1930, na concepção tenentista.

A intenção do destaque é analisar a natureza das suas idéias, e acima de tudo demonstrar que a própria conjuntura estadual não apresentava condições favoráveis para a implantação dos seus planos.

A situação política nacional do final do ano de 1931 e início de 1932 põe em evidência um período de turbulência, indício de insatisfação com o Governo Provisório. Minas e São Paulo lideram as agitações, com o apoio do Rio Grande do Sul, que embora aliado de Vargas, unia-se a estes estados em razão do descontentamento dos seus oligarcas com o rumo tomado pelo novo governo.

Em inícios de 1931 os 12 estados do norte-nordeste se aglutinam no que se constituíria o chamado Bloco Norte, por uma iniciativa dos próprios revolucionários desta região. Muito embora não houvesse no Bloco intenções separatistas, na sua própria organização está implícita o sentimento de oposição norte/sul. (1)

A grande questão em debate no momento era a discussão sobre a necessidade imediata ou não da constitucionalização do país. Diante desse impasse, o Norte assumiu a posição de defesa da continuação do regime de exceção, por considerarem os "revolucionários nortistas" a ditadura como um estágio

Labim/UFRN

necessário, pelo qual deveria passar a sociedade brasileira. Como argumentação da defesa do seu pensamento, apresentavam a idéia de que a implementação e consolidação das necessárias reformas político-administrativas somente seria possível dentro de um regime de exceção. Na polêmica sobre a situação nacional, travada na imprensa do sul, Cascardo como um legítimo representante do pensamento dos revolucionários nortistas, foi seu porta-voz, manifestando-se claramente a favor da continuação da ditadura. Refutando a distinção feita nos Estados do Norte, chamados "Bloco Norte", argumentava que a Revolução fora feita exatamente para acabar com essas diferenças regionais. (2)

Para Cascardo, esse agrupamento do Norte somente poderia ser aceito sob o ponto de vista geográfico, como expressão regional. E sobre a discutida questão da Constituição, ele afirmava não ser contrário a ela mas não considerava o momento oportuno para a constitucionalização do país, uma vez que ainda persistiam erros da República Velha. (3)

Nesta fase da vida pública nacional, perturbada pelas constantes crises políticas, o comandante da marinha Hercolino Cascardo, assume a interventoria do Rio Grande do Norte. Natural do Rio de Janeiro (02.01.1900). teve uma atuação destacada, não somente na interventoria potiguar, como um autêntico tenentista, mas como porta-voz dos interventores nortista. Aliás, é conveniente destacar que essa era uma fase em que os tenentes e o Clube 3 de Outubro detinham grande influência junto ao poder central e em que o Norte batalhava por um espaço político de maior projeção no país.

Atuante nos movimentos tenentistas da década de vin-

Labim/UFRN

te, Cascardo participara da tentativa de revolta armada de 1925 no comando do encouraçado "Minas Gerais", conduzindo-o até Montivideo, onde procurou contato com os chefes revolucionários ali homiziados. (4)

O seu aparecimento no cenário político por indicação de Juarez Távora, para a interventoria do Rio Grande do Norte, leva a supor que sua linha de pensamento não se desviou dos ideais tenentistas.

Sua atuação na interventoria potiguar estendeu-se de 31 de julho de 1931 a 5 de fevereiro de 1932, onde demonstrou ser excelente administrador, conhecedor dos problemas mais significativos do Estado e possuir tendências revolucionárias socializantes.

Ao se encaminhar para o Rio Grande do Norte, Cascardo já tinha o seu plano de ação organizado, com base nas informações obtidas sobre a região, suas necessidades específicas, suas fontes de rendas, seus problemas econômicos e o encaminhamento das soluções. Analisara a situação econômica e diagnosticara os principais problemas, e somente viajou ao Rio Grande do Norte após assegurar as possibilidades de apoio do Governo Central ao seu plano de administração, através de entendimentos com o chefe do Governo Provisório e alguns Ministros, os quais se comprometeram a prestigiá-lo na execução de suas metas governamentais.

Reconhecendo que o problema econômico era interesse prioritário, Cascardo deu maior ênfase ao desenvolvimento das fontes de riqueza do Estado, voltando toda sua atenção para a cultura algodoeira e a indústria do sal, por serem os sustentáculos da renda estadual. Planejou a criação de um Bolsa do

Labim/UFRN

Algodão em Natal, com objetivo de centralizar o intercâmbio do produto.

Quanto ao sal, Cascardo via como imprescindível a conquista dos mercados do sul mediante uma companhia divulgadora. Primeiramente, tencionava resolver tecnicamente o problema da pureza do produto, com finalidade de torná-lo adequado à salga das carnes finas e naturalmente imunizado de bactérias produtoras de deterioração para o que tomou providências solicitando técnicos do sul.

Com relação à indústria do sal, Cascardo pretendia implantar um projeto segundo o qual o intercâmbio comercial do produto estadual seria entregue a um sindicato de salineiros, que possuiria certos poderes, como fixar taxas de preços, por exemplo. A idéia da organização do sindicato congregaria todos os produtores potiguares. O sindicato controlaria as vendas, obrigando os salineiros a manterem aparelhagem eficiente para obtenção de um bom produto e responsabilizava-se pela sua distribuição e colocação nos diversos mercados. O sindicato não objetivava elevar ou reduzir os impostos cobrados até o momento, mas sujeitaria o produtor que não pertencesse a ele, ao pagamento de uma taxa por tonelada de sal classificado. A efetivação do sindicato estava na dependência de um acordo entre os representantes das firmas Pereira Carneiro e Cia. e a Wilson Sons e Cia. Estas duas firmas divergiam entre si na questão da quota de distribuição. Entretanto a idéia do sindicato não se concretizou, embora tenha sido criado, inclusive, em novembro deste mesmo ano (1931), o Instituto de Crédito Cooperativista no município de Canguaretama. Com objetivos idênticos ao do sindicato, foi o único núcleo instalado com esse sentido, e era visto pelo interventor como um dos instrumentos para ven-

Labim/UFRN

cer a ligeira decadência que atravessava o produto, face a momentânea depressão do preço do sal e à deficiência dos transportes. Mossoró e Macau, que eram os dois grandes núcleos do produto, não aderiram à idéia reformista do intervendor. (5)

Para solucionar o problema dos transportes, manteve antes de vir para o Rio Grande do Norte, entendimentos com o chefe do Governo Provisório e o Ministro José Américo, conseguindo a promessa do prosseguimento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. Foi-lhe assegurado, ainda, a promessa de um aumento na dotação federal da verba para obras contra as secas. (6)

Em termos de política-administrativa, Cascardo procurou confirmar a posição de neutralidade que se propusera ao assumir a interventoria, escolhendo os seus auxiliares entre os que considerava mais capazes, não levando em consideração a facção a que pertenciam. Imparcial e enérgico, revelava as qualidades necessárias para um bom administrador, interessando-se por todos os problemas e interessado em superar a crise econômica estadual.

Sua equipe de auxiliares é bem uma ilustração da posição de neutralidade política no estado, no que se refere ao aproveitamento dos elementos vinculados aos políticos tradicionais. Por exemplo, na Secretaria Geral do Estado, colocou o dr. Antonio José de Melo e Souza, ex-governador da década de vinte, da corrente perrepista (antigo partido Republicano), assim como muitos outros. (7)

A facção cafeista foi posta à margem da sua administração, o que pode ser interpretado sob dois prismas: ou o interventor não os considerava capazes para as funções admi-

Labim/UFRN

nistrativas, por falta de experiência anterior, ou não concordava com seus métodos políticos.

Não obstante essa posição com relação a esta facção, o seu relacionamento com Café Filho - como o próprio Cascardo afirma em carta a Osvaldo Aranha - era de cordialidade, mesmo sabendo que Café Filho havia recebido orientação de Assis Brasil para iniciar preparativos com fins eleitorais. (8)

Uma prova do seu interesse em tomar conhecimento de todos os problemas sócio-econômicos do estado, pode ser notada no arrolamento que mandou fazer de todos os bens do Rio Grande do Norte e na circular que enviou a todos os prefeitos municipais, com o seguinte questionário:

1º - Número dos sem trabalho e qual a assistência que lhes tem prestado o governo municipal;

2º - obras em execução e importância a elas destinadas no orçamento municipal vigente;

3º - época em que poderá a Prefeitura recolher ao tesouro do Estado a quota de 10% destinada às estradas;

4º - estado atual de conservação das estradas de rodagem;

5º - colheita provável da safra de algodão e quais as medidas adotadas no sentido de evitar o escoamento dessa produção pelas fronteiras do Estado;

6º - qual a provável safra de açúcar. (9)

Sabe-se da boa receptividade desse questionário pelas respostas dos prefeitos concordando e prontificando-se a colaborar, entretanto a pesquisa não conseguiu reunir as respostas específicas para uma análise da situação, conforme planejava o interventor.

Labim/UFRN

Ao lado dessas medidas, Cascardo procurava adequar a máquina administrativa às condições financeiras do Estado suprimindo cargos, reduzindo honorários e até mesmo fechando secções administrativas, que ao seu juízo, não traziam aos cofres públicos senão despesas injustificadas. Obviamente estas medidas não foram bem aceitas pelos que por elas foram atingidos.

Todavia, conseguiu manter em razoável funcionamento a máquina administrativa, chegando a colocar o pagamento do funcionalismo em dia, cujo atraso representava, ainda, herança da administração Lamartine. Instituiu o hábito de prestação de contas mensal, com a situação do tesouro estadual divulgada pela imprensa oficial. Chegou mesmo a pensar em criar estabelecimentos de crédito para pequenos agricultores e também em fundar, em cada município, uma Caixa Rural, o que põe em destaque a preocupação de Cascardo com o pequeno agricultor e em assegurar maior desenvolvimento para a região (10). Da mesma forma pensava ainda, em criar uma Caixa de Aposentadoria para amparar os que se desgastavam com o penoso trabalho com o sal.

Não obstante todos os esforços de Cascardo, a situação financeira do Rio Grande do Norte não era boa e tinha sua maior gravidade como conseqüência de dívidas externas contraídas, ainda, no governo de Alberto Maranhão (1900),como era permitido pela Constituição de 1891. Os depósitos existentes no Banco de Londres em Paris haviam sido confiscados, em razão de uma ação movida pelos credores franceses. Cascardo tentou amortizar os juros da dívida externa, através de uma verba orçamentária para esse fim (11). Para tanto lançou impostos sobre os funcionários estaduais, na base de 5% sobre os que recebiam até 500$000, 10% para os que tinham vencimentos até 1.000$000 e 15% para os que recebiam acima desta quantia. Ainda para essa

Labim/UFRN

finalidade - aumentar verba no orçamento para a dívida externa - suprimiu os cargos que vagavam. (12)

Cascardo procurou reorganizar o setor judiciário, para tanto nomeando uma Comissão para elaborar um anteprojeto que, aprovado, dava ampla autonomia à justiça estadual.

No âmbito nacional as divergências continuavam e outro tema que dividia as opiniões naquele momento, era a legislação do Código dos Interventores, que organizava as partículas componentes de cada unidade da federação. As discussões giravam, principalmente, em torno dos artigos que se referiam aos municípios. Os contestadores sustentavam que, em momento algum, os legisladores, tanto provinciais como republicanos, procuraram tomar o pulso dos municípios, que formavam um todo homogêneo da Nação. (13)

Entretanto, o objetivo dessa legislação era dar amparo às pretensões do Governo Provisório de minimizar os poderes municipais. A criação do Código dos Interventores, tivera a preocupação de padronizar as normas das administrações estaduais, mas no momento era alvo de grandes divergências entre os próprios interventores. Sobre o assunto, Cascardo lamentava, em carta ao Ministro Osvaldo Aranha, a conveniência da realização de um Congresso dos Interventores para discutirem um plano geral de administração, uma vez que o referido Código não estava sendo observado por todos os Estados. E citou como exemplo o seu Estado, o Rio Grande do Norte, onde o governo chegara a exigir uma quota de sacrifício do funcionalismo público, com o fim de equilibrar o orçamento estadual. Entretanto, o mesmo não acontecia nas outras unidade da federação, onde os orçamentos eram organizados com deficit; da mesma forma, a implantação da reforma policial, com sacrifí-

Labim/UFRN

cio de muitas famílias, que não era adotado por outros Estados, e também a criação do imposto territorial, somente executado no Rio Grande do Norte e em Santa Catarina. (14)

Aliás, no que se refere a questão do imposto territorial, Cascardo considerava o latifúndio como um dos grandes males, responsavel por muitos problemas nacionais. No Rio Grande do Norte, ainda no governo Lamartine, houvera uma tentativa de instituição do imposto territorial, o que todavia não ultrapassou a fase de estudo do problema.

O pensamento de Cascardo com relação ao assunto, lhe valeu severas críticas por parte da ala reacionária, e está contido nas declarações que fez e depois foi publicada no jornal "A Batalha", do Rio de Janeiro (17.3.32), onde afirmava:

> *Tenho tomado providências contra os latifúndios, instituindo o imposto territorial progressivo. Dentro de 10 anos não haverá quem no Rio Grande do Norte possua tratos de terra com mais de 10 léguas, entrando o Estado no regime de pequena propriedade que produzira os mais apreciáveis resultados. Deve-se instituir, do mesmo modo, o imposto progressivo sobre a renda e as heranças. O que queremos e que não haja tão chocantes desigualdades, em razão da má distribuição de riquezas. O que queremos é que sejam instituídas leis de finalidades sociais. Pos isso é que nos acusam de propagar o comunismo. Por isso ainda é que nos acusam de militaristas. Se fôssemos comunistas não pensaríamos em regime republicano e se fôssemos ferrenhamente militaristas, desejaríamos, antes de tudo, o predomínio da classe mi-*

Labim/UFRN

litar. (15)

As declarações de Cascardo são acima de tudo uma demonstração da sua ideologia tenentista que pretendia que a Revolução renovasse a política através da transformação da infra-estrutura. Em conseqüência desse seu pronunciamento foi acusado pela ala tradicional, que seria a mais prejudicada no caso dessas medidas serem implantadas, de tentar no Rio Grande do Norte uma socialização integral e de revelar suas tendências esquerdistas.

Mas não obstante, todos os bons propósitos e ideal reformista de Cascardo em promover o desenvolvimento estadual e acomodar a situação local, esta não era, como se poderia supor de tranquilidade, pelo menos em todos os setores da população.

Um exemplo de que os ânimos locais continuavam tumultuados pode ser comprovado pelos acontecimentos de 6 de outubro de 1931. Comemorava-se nesta ocasião o 1º aniversário da Revolução. Em meio à vibração popular, com festejos cívicos e religioso, foram disparadas armas de fogo, provocando pânico entre os populares. Sairam feridos o tenente da polícia militar Bilac de Faria - filho adotivo de Nelson Faria, irmão de Juvenal Lamartine - o soldado José Alves do Nascimento e um músico do Regimento Policial. Morreu o civil Manoel Moura, funcionário da Great Western. Instaurado o inquérito verificou-se que tudo começara com uma rixa entre os músicos do Regimento Policial. O tenente Bilac de Faria fora averiguar o que se passava e recebera um tiro sem saber quem fora o seu agressor. (16)

A conclusão que se pode chegar pelos acontecimentos

Labim/UFRN

é que a exaltação estava presente nos círculos militares nessa fase. A comprovação dessa afirmação é o movimento de rebeldia que ocorreu em Recife no final do mês de outubro, provocada por elementos do 21º BC. Sufocada de imediato, a ocorrência foi comunicada ao interventor Cascardo, por Lima Cavalcanti, interventor de Pernambuco, como mais uma vitória revolucionária. Cascardo determinou que seguisse para Pernambuco o tenente Júlio Perouse com um contingente de 310 homens do 29º BC e do Regimento Policial. Da mesma forma procederam os inteventores da Paraíba e de Alagoas (17). Como conseqüência desse movimento, o 21º BC de Pernambuco foi substituído pelo 29º BC do Rio Grande do Norte.

Tais movimentos podem ser observados como mais uma rebelião dos subalternos militares que procuravam sublevar a população, sob a afirmativa de se tratar de um movimento generalizado em todo o país, como foi no caso de Pernambuco.

Cascardo, já vinha se descontentando em sua permanência na interventoria norte-rio-grandense, pelas dificuldades que encontrava para execução dos seus projetos. Todavia o fator fundamental para sua insatisfação total e que funcionou como causa para seu pedido de exoneração, foi a questão que se referia as diretrizes básicas que deveriam ser implantadas pela revolução.

A Junta de Sanções, criada no início do governo revolucionário, prosseguia sua atuação, condenando vários ex-prefeitos e ex-intendentes do interior a indenizarem tanto as importâncias de que se apossaram indevidamente como a aplicação irregular de dinheiro público. Entre outros estava incluído nesse processo o ex-presidente Juvenal Lamartine.

Labim/UFRN

Nesse caso, Cascardo ficara bastante aborrecido pelo fato do Governo Provisório não intervir a seu favor. Lamartine fora condenado pela Comissão de Correição e de acordo com a legislação vigente, o interventor decretara a perda dos direitos e restituição ao tesouro de 213 contos pelo ex-presidente Lamartine. Remetera os documentos ao Juiz Federal para a necessária execução e ao Procurador Geral requerera o sequestro dos bens, devendo por lei apresentar ação executiva até 30 de janeiro. Estas medidas estavam em andamento quando a Procuradoria Especial telegrafou pedindo devolução dos autos para examinar responsabilidade de outros implicados, sugerindo suspensão das medidas em andamento. Mais tarde novo telegrama da Procuradoria reiterava o pedido de suspensão da ação e comunicara que a responsabilidade havia sido reduzida para 140 contos, acrescentando que os autos haviam sido encaminhados ao Governo Provisório para solução definitiva.

Diante disso, Cascardo que se mostrava intransigente no assunto, viu no fato um golpe contra a integridade moral de sua administração e contra a causa revolucionária. Ressentido por ver um ato de sua administração ser modificado, e não podendo.voltar atrás (por força moral) e suspender a ação, preferiu renunciar ao cargo passando-o ao seu substituto legal, o Secretário-Geral, Dr. Antonio José de Melo e Souza, para que atendesse o pedido da Procuradoria. (18)

Insatisfeito pediu exoneração a Vargas nos seguintes termos:

> *"Tendo assumido compromisso perante a opinião pública do Estado e estando impossibilitado dar-lhe execução(...) A meu ver um governante não deve insistir em permanecer num governo quando sentir o desapres-*

Labim/UFRN

tígio bater-lhe às portas. Tenho fundamentadas razões para julgar-me nessas condições". (19)

Essa carta demonstra todo o descontentamento de Cascardo com o Governo Central pela falta de apoio a sua administração, que, aliás, lhe fora bastante prometido anteriormente, no momento da sua indicação para o cargo.

Vargas respondeu-lhe tentando acomodá-lo, elogiando-lhe a administração num período tão difícil e lembrava-lhe que a opinião pública lhe era favorável, terminando por pedir-lhe que reconsiderasse seu pedido de exoneração até maiores esclarecimentos. (20)

Cascardo reassumiu a interventoria, comunicando a ocorrência ao Chefe do Governo Provisório, mas essa sua atitude, sentia-se não era definitiva, como realmente não o foi.

No intervalo entre seu pedido de exoneração e sua volta a interventoria, Cascardo recebeu a solidariedade da classe operária que, orientada por Café Filho, deslocou-se até sua residência onde realizou uma manifestação de apoio.

Café Filho, embora fora da administração, era favorável a atitude do interventor e via no momento uma ocasião para movimentar sua base eleitoral além de ser um gesto simpático.

Para esclarecer o problema da questão Lamartine a Comissão de Correição revelou que, a constatação dos autos revelara um "equívoco" ao condenar o ex-presidente pela responsabilidade de 213 contos. Os documentos provavam que 76 contos e 500 haviam sido aplicados na estrada de rodagem Natal-Seridó o que levou a que os autos fossem remetidos ao interventor para

Labim/UFRN

as medidas cabíveis. Mais tarde verificou-se que a atribuição de penas impostas era da alçada do Chefe do Governo Provisório, de conformidade com o Decreto 19.811 por estas razões, a referida Comissão pediu a devolução dos autos, considerando também que em apenso encontravam-se auxiliares de Lamartine. Tomando conhecimento do caso, a Justiça Revolucionária corrigiu a sentença anterior, remetendo os processos ao Chefe do Governo Provisório para solução final.

Nos primeiros dias de fevereiro, Vargas escrevia a Cascardo manifestando sua solidariedade e esperando que tudo estivesse resolvido favoravelmente:

> *"Tomando conhecimento de sindicância feita neste Estado aprovei parecer da Comissão de Correição. Suponho assim haver desaparecido motivo da insistência vosso pedido de afastamento do cargo em que estais em exercício, na integral confiança do governo provisório e contentamento do povo norte-riograndense".* (21)

Todavia, Cascardo já decidira não permanecer no cargo e no mesmo mês viajou ao Rio, acompanhado da família e de lá não mais regressou até conseguir sua exoneração. De lá mesmo - escreveu a Getúlio Vargas solicitando sua demissão definitiva e justificando motivos pessoais - doenças de seus familiares - ao mesmo tempo que agradecia a confiança do chefe do governo e prestava contas de suas atividades na capital do país em benefício do Estado que administrara. (22)

Entretanto, somente a 8 de junho foi nomeado o comandante Bertine Dutra da Silva, comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiro em Natal, para substituir Cascardo na in-

Labim/UFRN

terventoria do Rio Grande do Norte.

No período compreendido entre o afastamento de Cascardo e a nomeação do novo interventor, o Rio Grande do Norte foi administrado pelo Dr. Antonio José de Melo e Souza.

No cenário nacional, o ano de 1932 trouxera o aumento das contradições dentro do próprio governo em prol de um movimento para a constitucionalização nacional. Para os tenentes - e Cascardo era um representante da classe - a ditadura estava sendo ameaçada menos pelos políticos decaídos do que pelos políticos profissionais, os quais aderiram ao movimento mas não aderiram ao espírito da Revolução (23). Em março deste ano, Cascardo ainda não exonerado da interventoria do Rio Grande do Norte, e Carneiro de Mendonça, do Ceará, respondem ao telegrama enviado por Borges de Medeiros (RGSul) e Raul Pila (Partido Liberal), onde estes explicam e justificam a posição assumida pelos partidos gaúchos. Todavia a resposta dos interventores nortistas é de total solidariedade ao Governo Provisório. Cascardo fez pronunciamentos nos jornais do sul, onde defendeu sua posição frente à crise nacional. O jornal tenentísta "O Radical" apresentava um editorial onde demonstrava claramente o pensamento dos interventores da região nortista: "O norte sabe bem porque fez a revolução e porque repele,prestigiando decididamente o governo revolucionário, a ignonomia dos conchavos com os politiqueiros vorazes". (24)

A evidência da decepção de Hercolino Cascardo com o processo revolucionário se expressa, quando já exonerado da interventoria potiguar em fevereiro de 1933, pede desligamento do cargo de representante do núcleo norte-rio-grandense junto ao Clube 3 de Outubro nos seguintes termos:

Labim/UFRN

"desiludido, abandono a luta junto aos chefes revolucionários... Deles só tenho visto transigências diárias, falta de coragem cívica, acomodações estranhas e sobretudo afanosa atividade no sentido de criar instrumentos de perpetuação de influências pessoais..." Afirmava ainda que até outubro de 1932 pouco se poderia exigir da Revolução, tamanha eram as oposições e dificuldades criadas pela corrente contra-Revolucionária da Frente Única. Entretanto, após a derrota militar do movimento paulista, Cascardo não aceita que a Revolução permaneça completamente desvirtuada de seus ideais e critica severamente a Comissão Constitucional encarregada de elaborar o Anteprojeto de Constituição: "O nosso pacto fundamental está manipulado por um punhado de juristas de mentalidade ultraconservadora.... A revolução está esterilizada". (25)

A falta de apoio do governo central e o seu descontentamento tão pouco tempo após assumir a interventoria potiguar, demonstram muito mais o fracasso da revolução no estado - reflexo da situação nacional - do que propriamente o fracasso da sua atuação.

N O T A S

1. PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do norte. uma tentativa de ascenso político. IN: GOMES, Ângela Maria de Castro. Regionalismo e Centralização política; Partidos e Constituinte dos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p.348.

Labim/UFRN

2. CHEGADA do interventor do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro. S. Excia. fala à imprensa carioca sobre assuntos palpitantes da situação brasileira. A República. Natal, 12 set. 1931.

3. Id ibid.

4. CARONE, Edgard. O Tenentismo. São Paulo, Difel, 1975. p. 107-265.

5. O COMANDANTE Cascardo fala aos "Diários Associados. A República. Natal, 2 out. 1931.

6. AS DIRETRIZES de um programa administrativo fecundo e largo. A República. Natal, 28 julho 1931.

7. O RIO GRANDE DO NORTE com a escolha de seus auxiliares Cascardo demonstra interesse de bem administrar. A República. Natal, 12 set. 1931.

8. CASCARDO. Carta, 14 de agosto de 1931. Natal, para Osvaldo Aranha, Rio de Janeiro. Hológrafo assinada (carta manuscrita). Relata a situação política do Estado.

9. INTERVENTOR atos: mandou diretor Departamento Fazenda fazer arrolamento dos bens do Estado. Circular a todos os prefeitos dos Municípios comunicando sua posse e encarecendo respostas questionário. A República. Natal, 2 ago. 1931.

10. PANORAMA da administração do Rio Grande do Norte. A República. Natal, 5 jan. 1932.

11. Id ibid.

12. Id ibid.

13. A ORGANIZAÇÃO dos municípios perante o Código dos Interventores. A República. Natal, 24 set. 1931.

14. CONGRESSO dos Interventores. A República. Natal, 28 jan. 1932.

15. PALAVRAS de Cascardo ao jornal "A Batalha" do Rio. A República. Natal, 17 mar. 1932.

Labim/UFRN

16. AS COMEMORAÇÕES de ante-ontem, em homenagem a libertação do Rio Grande do Norte. A República. Natal, 8 out. 1931.

17. DOMINADA a rebelião na capital pernambucana. A República. Natal, 1 nov. 1931.

18. O SR. COMANDANTE Cascardo por motivos explicados em telegrama ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas renunciou pelas 15 horas de ontem o cargo. A República. Natal, 30 jan. 1932.

19. SANDOVAL CAVALCANTI, comandante da Força Pública Telegrama, 29 de janeiro de 1932, Natal, para o presidente Getúlio Vargas, Rio. 1p. Pede ao presidente para não aceitar o pedido de renúncia do interventor Cascardo do Rio Grande do Norte.

20. VARGAS, Getúlio. Telegrama, 4 de janeiro de 1932, Rio de Janeiro, para o Comandante Cascardo, Interventor Federal, Natal, 1p. Pede reconsiderar o pedido de dispensa, até que haja entendimento mais claro sobre os motivos que o levaram a essa atitude.

21. VARGAS, Getúlio. Telegrama, 2 de janeiro de 1932, Rio de Janeiro, para o Comandante Cascardo, Interventor do Rio Grande do Norte, Natal, 1p. Aprova parecer Comissão Correição, supondo haver desaparecido o motivo do pedido de afastamento.

22. CASCARDO, Hercolino. Carta de 26 de março de 1932, Rio de Janeiro, para o Chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas, Helógrafo assinada (carta manuscrita). Solicita sua demissão em caráter irrevogável, alegando doença na família.

23. PALAVRAS de Cascardo ao Jornal "A BATALHA" do Rio. A República. Natal, 17 mar. 1932.

24. Id. ibid.

25. Id. ibid.

Labim/UFRN

CAPÍTULO - III

3. A VOLTA A NORMALIDADE

3.1 - As Eleições para a Constituinte Nacional de 1933 e a Representação Norte-rio-grandense

Após o agitado período de 1932 - inclusive com o movimento Constitucionalista de São Paulo - 1933 marcou o retorno da normalidade à nação brasileira, com a convocação das eleições para a Constituinte Nacional, a 3 de maio, e sua conseqüente instalação em novembro do mesmo ano.

Era interventor do Rio Grande do Norte o comandante Bertine Dutra da Silva, capitão-tenente da armada e natural da Bahia, nomeado a 08.06.32 e empossado a 11 do mesmo mês e ano em substituição a Cascardo. O seu governo foi o mais duradouro do período interventorial, chegando a completar um ano de administração. (1)

Na interventoria norte-rio-grandense Bertine Dutra enfrentou sérias dificuldades. Por um lado as perturbações reflexo do contexto nacional com a agitação do levante de São Paulo e por outro, como resultado dos conflitos locais resultantes da organização da disputa eleitoral no estado.

No que diz respeito ao levante de São Paulo, o Rio Grande do Norte teve dupla participação. Por parte da camada política tradicional que apoiava os partidos gaúchos na época da frente única daquele estado e fundou a União Democrática Norte-rio-grandense em Natal. Sob a direção de Monsenhor João da Matha e do Dr. Gentil Ferreira de Souza, tinha por objetivo

Labim/UFRN

lutar pela constitucionalização do país (2). E por parte do interventor que enviava tropas de norte-rio-grandenses para lutarem em favor do governo central.

No levante de São Paulo, os coronéis potiguares chegaram até a enviar seus capangas para lutar ao lado dos paulistas contra o governo central, numa clara demonstração de sua posição contra o governo provisório e o regime de exceção. (3)

Convocada a Constituinte, verificou-se no estado a necessidade de estruturar as entidades partidárias e nesse sentido, a oposição antecedeu-se ao governo, movimentando suas forças para essa finalidade. Para tanto foram convocados representantes de todos os municípios e em Assembléia deliberou-se a criação do Partido Popular, que não seria reacionário nem revolucionário, mas o Estado conjugado na defesa de seus legítimos interesses. A liderança do partido ficou com o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, e a divulgação foi feita através de "A Razão", órgão difusor do grupo de oposição, que circulava desde 26 de janeiro do mesmo ano. Dias após era anunciada a chapa do referido partido para a Constituinte Nacional. Compunham-na: o Dr. Francisco Martins Veras, norte-rio-grandense que exercia em Recife o cargo de Primeiro Delegado Auxiliar - cargo revolucionário; Capitão Júlio Perouse Pontes, militar da Força Federal, que no movimento, comandara as tropas revolucionárias no Rio Grande do Norte; Dr. Alberto Roselli, bacharel, e o Dr. José Ferreira de Souza, ambos ligados à política tradicional. Todos eram elementos do estado e nele fixados (com exceção de Francisco Martins Veras) e ligados ao grupo que sempre comandara o poder político estadual.

Labim/UFRN

Dois aspectos devem ser destacados com mais atenção na chapa do PP. Primeiro a presença de um dos revolucionários de 30 num partido de oposição, o Ten. Julio Perouse Pontes, exemplo da facção conservadora dos militares no Rio Grande do Norte. A causa de sua adesão, supõe-se que esteja ligada ao descontentamento de elementos do 29º BC com o governo estadual e com a revolução no estado.

Outro seria a presença de um representante do próprio governo revolucionário, sr. Francisco Martins Veras. O problema foi comunicado a Vargas por Dutra, no seu relatório sobre a política estadual após a derrota eleitoral. (4)

O PP teve seus estatutos e programa publicados n'"A República" de 21.02.1933 e tal qual o Partido Libertador Gaúcho, defendia o sistema parlamentarista. (5)

O que chama mais a atenção na formação do Partido Popular é a contradição entre a sua ideologia e a sua própria composição, que expressava a oligarquia estadual. A posição ideológica do partido, como se verá mais adiante, apoiava as tendências revolucionárias que certamente não se ajustavam ao comportamento dessa camada tradicional. Quando pode ser interpretada como uma tentativa de introduzir idéias novas com finalidades de conseguir bases eleitorais.

Ideologicamente o Partido Popular advogava o pensamento liberal, defendendo amplas garantias de liberdades individuais e consagrando os direitos sociais. Combatia o latifúndio, defendia a manutenção da propriedade, a parceria agrícola, o sindicalismo e o cooperativismo.

Em termos econômicos, era a favor do equilíbrio orçamentário e do controle da União em certos aspectos da vida

Labim/UFRN

financeira do Estado. Com respeito à manutenção e defesa da propriedade privada, fazia restrições apenas quando isto afetava os interesses da coletividade.

A visão social do partido, pregava a defesa do operariado urbano e rural, a assistência social em todas as formas, garantias de estabilidade aos operários e jornaleiros das empresas públicas, mas não fazia referências às empresas privadas. Defendia o federalismo, seguro social obrigatório, participação dos operários nos lucros das empresas, a família e a liberdade de culto. (6)

Reforça-se a afirmação de que o Partido Popular era contraditório em muitos aspectos. Havia uma completa dicotomia entre a sua teoria e prática, o que demonstra muito mais a preocupação em aproveitar algumas das idéias de mudanças sócio-econômicas da nova conjuntura imposta pela revolução, do que convicções dos idealistas do partido. Até o título do partido era incoerente, uma vez que de popular só tinha mesmo o nome. Seus representantes eram todos das camadas mais elevadas do estado e faziam parte da elite sócio-econômica e intelectual, vinculados principalmente aos setores da agro-exportação do algodão e sal.

Após uma visão do programa apresentado pelo Partido Popular pode-se levantar a questão: será que esta camada conservadora tinha realmente pretensões a romper com as estruturas tradicionais do estado e implantar as inovações estabelecidas em seus programas? ou ficavam somente no nível das idéias?

Pode-se também supor que, como homens de visão consideravam que essas idéias seriam as bases da vida nacional no período pós-revolucionário.

Labim/UFRN

O Partido Popular congregava elementos do antigo Partido Republicano, revolucionários descontentes, desafetos de Café Filho, enfim todas as forças de oposição ao governo revolucionário, desejosos de voltar à antiga situação e era sentida a ausência de uma participação popular, no sentido das camadas mais baixas. Como desafetos de Café Filho estão configurados alguns revolucionários, como por exemplo o tenente Júlio Perouse, que se colocava em total discórdia com as idéias cafeistas, não aceitando ficar em um partido em que Café Filho estivesse presente.

Por outro lado, o governo também organizava as forças situacionistas para fundar o partido revolucionário. Sob a liderança do interventor Bertine Outra e com a participação ativa de Café Filho, (que mais tarde passaria a liderar este partido) foi fundado, a 04.04.1933, o Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte. A reunião de fundação foi realizada na sede do Clube 3 de Outubro, com participação de representantes dos municípios. Seu conteúdo programático, apresentava características da frente única formada pelo Partido Revolucionário Mineiro e a Legião de Outubro. Estas características se identificavam na tentativa de formação de um partido de âmbito nacional. (7)

O Partido Social Nacionalista fundamentava-se na defesa dos direitos sociais das classes trabalhadoras, destacando a organização administrativa com autonomia estadual nos setores políticos e administrativos. O programa social era amplo e em alguns aspectos se aproximava do pensamento integralista, como por exemplo, no que se refere à assistência social, defendendo nesse setor leis que garantissem a estabilidade da família, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, procurando desta

Labim/UFRN

forma o aprimoramento da raça, através da prevenção de doenças hereditárias. (8)

Os pontos de diferenças entre o Partido Popular e o Partido Social Nacionalista eram mais no que se refere as diretrizes políticas. O primeiro participava um pensamento mais liberal e o segundo numa intervenção mais acentuada do governo em todos os setores da sociedade.

Alguns itens do programa do Partido Social Nacionalista, por exemplo, faziam parte da política social do trabalho do governo provisório, incluídos no programa do Ministério do Trabalho.

O Partido Social Nacionalista apresentou como seus candidatos para disputar o pleito para a Constituinte Nacional: Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque norte-rio-grandense, radicado no Ceará; Dr. Ricardo Barreto, médico em Natal, Dr. João Peregrino, médico residente no Rio de Janeiro; e Dr. Mário Leopoldo Pereira da Câmara, também residente no Rio de Janeiro. Todos os candidatos, com exceção apenas do Dr. Ricardo Barreto, eram distanciados da vivência estadual.

A razão dos representantes desse partido serem distanciados da atuação na política estadual, se deve a quase total ausência de políticos que não estivessem vinculados ao esquema tradicional. Era necessário buscar norte-rio-grandenses que estivessem fora do estado para aderir ao Partido Social Nacionalista, pois os atuantes estavam comprometidos com o sistema tradicional.

A campanha desenvolveu-se num ambiente de agitação de ambas as partes. Estas agitações eram mais resultados da

Labim/UFRN

atuação dos grupos antagônicos que assumiam posições de total radicalismo.

O grupo da oposição acusava o governo de exercer pressão principalmente sobre a imprensa, que era severamente controlada. A acusação maior era contra Café Filho, que exercia grande influência na força governista. Em dado momento, a oposição conseguiu, por intermédio do Dr. Ademar Távora - irmão de Juarez Távora - o afastamento de Café Filho da Chefia da Segurança Pública (cargo que exercia na administração de Bertine Dutra), quinze dias antes das eleições. Inteirinamente ocupou o lugar o capitão Paulo Mário da Cunha Rodrigues, que fora posto à disposição do interventor pelo Ministro da Marinha. (9)

Essa interferência foi narrada mais tarde por Bertine Dutra a Vargas, como um plano arquitetado pelo Dr. José Augusto para difamar o governo estadual. Dizia ele: "*Após Dr. José Augusto ter-se uganado de haver conseguido atirar um irmão do Ministro Távora contra a situação no Rio Grande do Norte, chega a este Estado o Dr. Ademar Távora, prefeito do município do Espírito Santo, que, por dever favores pessoais a José Augusto, julgou-se na obrigação de intervir na política estadual, como conciliador*". (10)

O acontecimento foi explorado a tal ponto que, em dado momento, Juarez Távora, insatisfeito com a situação, telegrafou a Bertine Dutra comunicando sua decisão de não mais interferir na política potiguar, tendo em vista a exploração do problema da substituição do Chefe de Segurança Pública. O mesmo telegrama foi enviado ao Ministro da Justiça em termos que demonstrava aborrecimento pelo seu envolvimento. Dizia:

Labim/UFRN

"Interferência que, embora com certas reservas acedi ter na política potiguar só justificava como atuação harmonizadora junto a elementos ali divergentes, no sentido de encaminhá-los ao seio da União Cívica. Acabo verificar, entretanto, que essa mediação amistosa tem desagradado alguns e servido de pretexto para exploração de outros menos escrupulosos, já não lhes restando assim quaisquer possibilidades de êxito. Considero por isso, encerrada minha missão conciliatória, cabendo-lhes decidir agora como comunicar essa resolução ao interventor Bertine Dutra, comandante Abelardo Torres de Castro e Dr. Ademar Távora, pedindo-lhes me deixarem alheio aos acontecimentos políticos daquele Estado, uma vez que não devo nem quero interferir nos mesmos como parte ou juiz. Rogo-lhes favor dar publicidade".(11)

De fato haviam grandes ligações entre os Távoras José Augusto e Rafael Fernandes. Este último antigo político perrepista ainda era parente dos Távoras e chegara a asilar Fernandes Távora na época da revolução, uma vez que seu município, Pau dos Ferros, ficava fronteira com o Ceará.

Após uma tumultuante campanha, a eleição realizou-se a 3 de maio, conforme estava prevista. Mas não obstante todo o empenho situacionista, o resultado eleitoral significou a derrota do governo constituído, patenteando a força da política tradicional, que tinha alicerces profundos, funcionando da mesma forma de sempre.

O Partido Popular surgira com força e segurança, tal como afirma Carone (...) *"a força com que nascem os novos partidos de caráter estadual mostram a permanência das forças re-*

Labim/UFRN

gionais". (12)

A vitória da oposição se devia, sobretudo, a manutenção da antiga estrutura coronelística que não sofrera qualquer modificação com a revolução.

A situação perdendo a eleição demonstra não ter conseguido bases no setor eleitoral e que a participação cafeísta restringia-se a uma camada que não tinha peso face a força dos coronéis do interior.

Foram eleitos: Alberto Roselli, Francisco Martins Veras e José Ferreira de Souza, pela oposição, e Dr. Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque, pelo partido do interventor. (13)

O resultado de 3 a um fazia com que, mesmo com a vitória oposicionista, o ambiente local continuasse tumultuado com as lutas partidárias face ao inconformismo do governo com os resultados. Inicia-se um clima de repressão por parte do interventor, denunciada pelo órgão oposicionista "A Razão". A República, órgão do governo desmente as acusações.

A 29 de maio, Café Filho que já havia reassumido suas funções na chefia da Segurança Pública desde o dia 8 desse mês, foi ferido por arma de fogo em um café público em Natal, pelo capitão do exército Everaldo Vasconcelos. O acontecimento, que não foi fatal, e que se verificou após uma rápida discussão entre os opositores, demonstra a exaltação dos ânimos como decorrência da agitação local. As razões da agressão estavam ligadas à atuação de Café Filho nas prisões realizadas após as eleições, e que envolviam Gentil Ferreira de Souza, familiar do deputado eleito José Ferreira de Souza. (14)

Ainda conseqüência da campanha eleitoral, foram de-

Labim/UFRN

portados para o Rio de Janeiro, por ordem do interventor, o Dr. Gentil Ferreira de Souza e Dinarte Mariz, e para Recife o Dr. Eloi de Souza. Esses elementos, todos ligados à oposição e membros da redação do jornal "A Razão", foram afastados do estado por estarem, segundo o interventor, perturbando a ordem pública. (15).

Entrevistado por repórteres do "Diário da Tarde" e "Diário da Manhã", que passavam por Natal, Bertine Dutra se referiu ao fato justificando que havia deportado elementos "considerados nocivos à ordem pública". Sobre os resultados eleitorais, afirmou Dutra que não haviam tido eleição. "A *Máquina eleitoral criada, mantida e explorada vergonhosamente pelo Partido Popular, não permitiu o alistamento honesto dos eleitores*". (16)

Passados os primeiros momentos da agitação gerada pelos resultados eleitorais, o interventor Bertine Dutra dirigiu-se a Vargas fazendo um relatório completo da situação política local, numa tentativa de justificar a derrota sofrida. Em primeiro lugar, destacou a participação de elementos situacionistas estranhos ao estado, prestigiando a oposição. Depois, o plano da oposição, arquitetado no Rio de Janeiro, com a imprensa e folhetins a seu serviço, para depreciar a administração estadual, forjando perseguições políticas em todos os casos policiais.

Denunciava também as constantes visitas de José Augusto ao Ministro da Justiça Osvaldo Aranha, fazendo-se de vítima, para que acreditasse no clima de repressão existente no estado.

Na correspondência de Dutra com Getúlio dois pontos

Labim/UFRN

podem e devem ser observados. Primeiro, a tentativa de justificar a derrota através da conjuntura estadual que se colocava como das mais difíceis e segundo, revelava a falta de apoio do próprio governo central que permitia o envolvimento de elementos da cúpula governista, com os oposicionistas locais, o que era um desprestígio a sua administração e contribuíria para o fortalecimento da oposição.

Apontou ainda dois casos ocorridos no estado, sobre os quais a oposição se atirou avidamente, com o propósito de abalar o conceito da administração estadual. Um deles foi a extinção do Quadro Suplementar da Força Pública e o outro, problemas com relação ao orçamento para o exercício atual.

O primeiro caso, a oposição explorava de todas as formas, ora interpondo recursos, ora levando os oficiais que faziam parte do quadro extinto a ficarem ao lado da oposição.

A insatisfação era uma realidade no quadro dos militares e a origem do problema estava ligada a convocação de oficiais para conduzir contingente de voluntários ao Rio de Janeiro. Ao convite do interventor para participar da Comissão, os oficiais responderam com uma formal recusa, o que demonstrava a simpatia destes militares pela causa dos paulistas. O interventor considerou-os como uma ameaça ao governo e enquadrou-os como desnecessários, reduzindo a Força Pública, suprimindo o quadro dos oficiais.

Afirmava ainda Bertine Dutra, que até a Justiça do Estado, que na administração de Cascardo recebera a sua autonomia ampla e absoluta, dedicava-se na sua maioria à causa oposicionista de maneira facciosa, beneficiando-a na fase do alistamento, através de seus escrivões e magistrados e criando em

Labim/UFRN

baraços aos correligionários da Revolução. (17)

É de se supor que a Justiça do Estado tenha dado realmente apoio a oposição, face as antigas vinculações familiares e partidárias que sempre existira na camada dominante do Rio Grande do Norte antes de 1930.

Para completar, Bertine Dutra, denunciou o fato de a oposição ter conseguido incluir na sua chapa um oficial do Exército do 29º BC, com objetivo de lançar a Força Federal aquartelada no estado, contra a situação. E, durante a campanha, oficiais daquele Batalhão, percorriam quase todos os municípios do interior, uniformizados, promovendo comícios e atacando o governo. (18)

Chamado pelo Governo Central, Bertine Dutra passou o cargo ao Secretário Geral, o tenente Sérgio Marinho, e viajou ao Rio de Janeiro, de onde não mais voltou.

Os jornais do Sul comentavam que a ida do interventor do Rio Grande do Norte ao Rio estava ligada aos resultados eleitorais, à semelhança do que acontecia com o interventor do Amazonas. O certo é que a eleição de 1933 recolocara em evidência a força das oligarquias em todo o país, levando Vargas a reconhecê-la e, conseqüentemente, a tomar uma nova posição.

A 2 de agosto tomava posse o novo interventor do Rio Grande do Norte, o Dr. Mário Leopoldo da Câmara, que havia concorrido à Constituinte Nacional e sido derrotado. A situação estadual entrava num processo de estabilidade, com novos entendimentos sobre a política local.

A Constituinte Nacional foi instalada a 15.11.1933 e logo após iniciou-se a movimentação para a escolha do presi-

Labim/UFRN

dente constitucional do país. Foi apresentado um manifesto lançando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, contando com um grande número de assinaturas, entre as quais - segundo Mário Câmara, encontrava-se a de Alberto Roselli, líder da bancada potiguar no Congresso. (19)

Com vistas a sua candidatura, Getúlio Vargas empreendeu uma excursão pelos Estados do Norte, chegando a Natal a 12 de setembro de 1933, acompanhado do Ministro José Américo, Juarez Távora e Gois Monteiro. (20)

No Rio Grande do Norte começavam os entendimentos entre o novo Mário Câmara, que viera para o estado com a missão de harmonizar a política local, e os delegados do Partido Popular.

N O T A S

1. INTERVENTOR Bertine Dutra assumiu ontem a interventoria Federal deste Estado por nomeação em decreto de 8 do corrente do chefe do Governo Provisório, o Sr. Capitão-Tenente Bertine Dutra da Silva, que exercia o comando de Aprendizes de Marinheiros de Refoles. A República. Natal, 12 jun. 1932.
2. UNIÃO Democrática Norte-Riograndense. A República. Natal,19 jun. 1932.
3. Id ibid.
4. DUTRA, Bertine. Carta, 28 de maio de 1933. Natal para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafo assinada (carta datilografada). Relativa ao pedido demissão interventoria do Rio Grande do Norte.

Labim/UFRN

5. BARBOSA, Edgar. op. cit. p.18.
6. Id ibid p.18.
7. PARTIDO SOCIAL NACIONALISTA DO RN - Reunião preparativa. A República. Natal, 4 jun. 1933.
8. PROGRAMA DO Partido Social Nacionalista do RN. A República. Natal, 14 abr. 1933.
9. DUTRA, Bertine. op. cit.
10. Id ibid.
11. TÁVORA, Juarez. Telegrama. Rio de Janeiro, a Bertine Dutra, Natal. A República. Natal, 27 abr. 1933.
12. CARONE, Edgard. op. cit. p.193.
13. BARBOSA, Edgar. op. cit. p.18.
14. O DR. Edgar Siqueira 1º Delegado auxiliar no exercício da Diretoria da Segurança Pública recebeu inspetor José Morais, que acompanhava os srs. Gentil Ferreira e Dinarte Mariz, aqui embarcados no "João Alfredo" o seguinte telegrama. A República. Natal, 4 jun. 1933.
15. SITUAÇÃO política do RN - entrevista com Bertine Dutra. A República. Natal, 13 jun. 1933.
16. Id ibid.
17. DUTRA, op. cit.
18. DUTRA, op. cit.
19. CÂMARA, Mário. Carta de 23 de abril de 1934, Natal, para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafo assinada (Carta datilografada). Relata a situação da política local.
20. Chegada a Natal do Dr. Getúlio Vargas. A República. Natal, 12 set. 1933.

Labim/UFRN

3.2 - As Eleições da Constituinte Estadual de 1934

Os resultados da eleição para a Constituinte Nacional (1933), mostraram ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, a força das oligarquias regionais e forçaram-no a tomar uma nova atitude política, desprezando as pressões tenentistas e tentando uma aproximação com os políticos tradicionais. Um exemplo dessa sua nova posição política é a indicação, para interventor do Rio Grande do Norte, do Dr. Mário Câmara (1), funcionário do Ministério da Fazenda e pessoa de sua confiança.

Esta indicação reflete o declínio da influência tenentista no governo central e a necessidade - frente a eleição presidencial que se aproximava - do estabelecimento de acordos e conciliações com as forças locais do estado.

Após a crise política instalada no Rio Grande do Norte com a demissão do último interventor, o comandante Bertine Dutra, foi bem acolhida a nomeação de um conterrâneo, que embora a bastante tempo afastado do Estado, era ligado por laços familiares à corrente política que se mantivera na oposição durante a Primeira República. Além da grande experiência que possuía Mário Câmara no Ministério da Fazenda, era pessoa de confiança de Getúlio Vargas, o que consistia um fator de grande importância na medida em que garantia o apoio do governo central para realizações em prol do desenvolvimento estadual.

Mário Câmara chegava para administrar o estado num momento em que os grupos estavam ainda em conflitos pela movimentação da eleição que se realizara dois meses atrás e se anunciava um novo pleito para o ano seguinte. Na sua oportuna indicação, o governo provisório via uma maneira de unificar a

Labim/UFRN

política local, consolidando uma situação de apoio ao governo federal, ao mesmo tempo em que tentaria impor uma nova liderança.

Antes de se deslocar para o Rio Grande do Norte, Mário Câmara manteve longo entendimento com o chefe do governo central, que lhe fizera, entre outras recomendações, a de que se aproximasse do grupo liderado por José Augusto (mesmo sabendo que não contava com seu apoio), por ser o mais forte. Recomendou também que procurasse impor sua própria liderança. Se não conseguisse esse objetivo, criasse então uma nova entidade partidária e, somente como último recurso, procurasse uma aliança com Café Filho, que não lhe merecia a confiança. (2)

Nos primeiros momentos de sua administração, Mário Câmara conseguiu a simpatia de todos os seus conterrâneos, inclusive da bancada do Partido Popular, que chegou a lhe telegrafar solidarizando-se com seu governo. No seu discurso de posse Câmara afirmou que "*viera administrar e não fazer política*".

Esta receptividade do Partido Popular se deve ao fato de que acreditava que Mário Câmara estava apto para a realização dos arranjos de conciliação.

Café Filho foi afastado da Chefia da Segurança Pública pelo novo interventor, o que lhe trouxe, por um lado, as simpatias do grupo do Partido Popular, mas por outro, o grupo cafeísta, não satisfeito, preparava-se para lhe fazer oposição. O receio de Mário Câmara com relação a essa situação era expresso em carta dirigida ao chefe do governo provisório, onde mostrava a conveniência de ser dada a Café Filho, o mais rápido possível, uma colocação fora do Estado "para que melhor

Labim/UFRN

pudesse levar a termo a missão que deveria desempenhar no Estado". Mário Câmara previa que futuramente Café Filho criaria dificuldades, tentando perturbar a paz e tranqüilidade pública (3). Portanto, o seu afastamento do estado era uma medida necessária à consolidação e harmonização do Rio Grande do Norte. Para tanto, Câmara afirmou, ainda, ao chefe do governo, contar com o apoio do Dr. José Américo, que cooperaria mostrando a Café Filho a conveniência do seu afastamento. (4)

Ao que tudo indica, Café Filho era considerado um entrave à perspectiva de uma unificação política, por ser um adversário radical dos tradicionais. Entretanto, logo de imediato, nada foi conseguido no sentido de afastar Café Filho e ele no estado e na direção de "O Jornal", órgão do Partido Social Nacionalista, iniciou uma onda de ataques à administração de Mário Câmara, quando este tentava conciliar-se com os membros do Partido Popular. (5)

O "Jornal" prosseguiu com sua campanha em linguagem violenta, continuando mesmo após ser advertido pelo Delegado Auxiliar, que recomendava moderação. O não cumprimento das determinações levou a que fossem presos por algumas horas o redator e o gerente daquele órgão de divulgação (6). O fato foi bastante explorado pela facção cafeísta, extrapolando até mesmo os limites do Estado, trazendo a interferência do deputado Martins Silva, do Rio de Janeiro, que procurava maiores esclarecimentos. (7)

Marginalizado das decisões da política estadual, Café Filho e o seu grupo assumiram uma posição de antagonismo à administração estadual, condenando principalmente a tentativa de interventor em procurar uma conciliação com o grupo tradi-

Labim/UFRN

cional, que demonstrara ser o mais forte. E esta era a principal missão do interventor no Estado, tendo-se em vista que se aproximavam as eleições para Presidente Constitucional do país e a bancada potiguar na Constituinte contava com três deputados do Partido Popular. A eleição presidencial realizar-se-ia em julho de 1934.

Até final do ano de 1934 realizar-se-iam também as eleições para a Constituinte Estadual. Com vistas a esta eleição, o Partido Popular já começara sua movimentação, elegendo sua comissão executiva, onde se faz notar a ausência do líder José Augusto no diretório, mas percebe-se o seu trabalho por trás dos bastidores, uma vez que era a alma do partido. A comissão era constituída do Mosenhor João da Matha, presidente; Drs. João Marcelino, Aldo Fernandes, Gentil Ferreira de Souza, Bruno Pereira, coronel João Câmara, Dinarte Mariz, Pedro Amorim, Joaquim Ignácio e Luis Antonio.

Em fins de janeiro, o interventor viajara ao Rio para tratar de assuntos ligados à administração do Estado.No seu retorno foi procurado pelos amigos João Câmara e Dinarte Mariz, do Partido Popular, para negociar uma aproximação com José Augusto (8). O interventor condicionou essa negociação ao comparecimento do próprio José Augusto à sua residência, para os entendimentos, tendo sido procurado de imediato pelo líder do Partido Popular, que lhe fez ponderar sobre a conveniência de um entrosamento entre a administração e o seu partido. O interventor se prontificou a examinar o assunto com simpatia, enquanto José Augusto, numa demonstração de sua boa vontade, prometeu enviar os termos de um acordo político para integração do Partido ao governo. (9)

Labim/UFRN

E linhas gerais, a proposição do Partido Popular era a de apoiar o governo sem reservas, visando à paz, tranqüilidade e progresso do estado. Não disputaria nenhum cargo ou posição administrativa, aceitando, todavia, o que fosse oferecido. O interventor substituiria as comissões que exerciam autoridade e eram hostis ao Partido Popular, as quais revelavam incompatibilidade com as populações dos municípios a que estavam ligadas. O Partido Popular acolheria amigos do interventor dando-lhes posições nos diretórios nas localidades onde residissem. (10)

Em outras palavras, o Partido Popular pretendia um arranjo que lhe trouxesse todas as vantagens na política estadual e em contrapartida ofereciam apoio e votos ao governo.

O interventor considerou a proposta absolutamente,como uma completa sujeição do governo ao Partido Popular.

Em contraposição a uma proposta que seria do interesse não somente do estado mas também do Governo Federal, pois significava apoio para este do grupo mais forte, Mário Câmara sugeriu que o caso somente seria resolvido com a formação de um novo partido. Inspirado na orientação do próprio Vargas, de que os novos partidos deveriam congregar os elementos mais fortes do Estado, "*para assim aparecer na política nacional como uma organização respeitada e que os chefes da política geral do país, tinham todo interesse em que os estados se organizassem politicamente em devida forma*". (11)

Desta forma, Mário Câmara, perdeu a oportunidade de fortificar a política estadual com o apoio do grupo eleitoralmente mais forte do Estado e de mais tarde projetar-se como uma liderança, na medida em que fosse alicerçando sua estrutu-

Labim/UFRN

ra política. Dessa maneira agiu o interventor Juraci Magalhães na Bahia, conseguindo apoiar-se na oligarquia local e transformar-se em líder no seu Estado.

Mário Câmara, ao contrário, tentou impor logo de início uma força política que não possuía, acreditando ser essa a orientação de Vargas. Por esta razão não aceitou a proposta do Partido Popular, o que expressa uma falta de visão política para contornar a situação, com uma contra proposta que não ferisse tão ostensivamente os brios da camada tradicional.

Um exemplo de que Mário Câmara acreditava estar seguindo a orientação de Vargas está no texto de uma carta sua ao Ministro Vergara, onde afirma o que considera a opinião do Presidente criar "*um novo partido que interesse o Popular*" (...) (12). Por outro lado, a intolerância do interventor com relação aos políticos tradicionais, pode ser sentida em trecho dessa mesma carta onde diz: "*é necessário que estes reacionários sintam que o Dr. Getúlio me apoia em toda linha, porque ninguém se iluda, esses antigos elementos que dominavam nos Estado quem voltar ao poder para depois mandarem às urtigas os que fizeram a revolução*" (13). Daí porque, Mário Câmara, pensava ser esta a atitude correta a tomar, levando em conta o que era objetivo da revolução.

O Partido Popular não aceitou a proposta do interventor - embora Câmara achasse que sim, se Getúlio Vargas se manifestasse favoravelmente a sua contra proposta - que visava desintegrar uma entidade partidária organizada e com força eleitoral comprovada, substituindo-a por outra de nome Partido Liberal, influenciado pelo Rio Grande do Sul.

Dessa forma, encerrou-se a tentativa de conciliação

Labim/UFRN

das forças políticas locais para ser iniciado uma das mais ferrenhas campanhas políticas gravada na memória potiguar. (14)

Não obstante já ter resolvido não mais se meter na política do Rio Grande do Norte, Juarez Távora, também, tentou uma proposta de acordo, após ter consultado o Ministro da Justiça e aos deputados populistas Alberto Roselli e Ferreira de Souza e até mesmo seus parentes Rafael e Vicente Fernandes. Com esta finalidade Juarez endereçou a Câmara um projeto do entendimento político entre o interventor e o PP, cujas bases ressaltavam a criação de um novo partido com um diretório composto por 11 membros. (15)

Para que o entendimento chegasse a se realizar, Juarez chegou a enviar outra nota a Mário Câmara recomendando: "*Julgo conveniente que o Dr. José Augusto orientador incontestável do Partido Popular se mantenha deliberadamente à margem das negociações a se entabolarem, recusando figurar no 1º Distrito Central a fim de evitar prováveis constrangimentos ou dificuldades isso, entretanto, deverá fazer-se sem diminuição do seu prestígio dentro da corrente que lidera e por conseguinte, não o incompatibilizar com o exercício de quaisquer cargos eletivos para que resolva indicar, no próximo pleito eleitoral, a maioria do novo partido*". (16)

A nota expressa o reconhecimento da liderança de José Augusto e a necessidade dele no novo partido, além do interesse de Juarez em conseguir a conciliação política local, que todavia, não foi conseguida.

Por parte do Partido Popular, a boa vontade nesta negociação está expressa na posição dos deputados deste partido que assinaram o manifesto em favor da candidatura de Vargas,

Labim/UFRN

como o próprio Câmara revela ao chefe do governo em carta (17). O representante do partido cafeísta, deputado Kerginaldo Cavalcanti, também assinara.

Entretanto, para Câmara a demora na solução do acordo - uma vez que os populares ainda não haviam dado sua resposta - era motivada pelas notícias do sul do país que apontavam o general Gois Monteiro como candidato à presidência da República. Em carta dirigida a Vargas, o interventor ressaltava que os dirigentes do Partido Popular pareciam aguardar a marcha dos acontecimentos, desejosos de uma vitória de Gois Monteiro, pois, na sua opinião, não queriam que o atual chefe do governo continuasse a dirigir a Nação. E como justificativa dessa sua interpretação apontava o fato do órgão do Partido Popular publicar constantemente entrevistas do general e notícias favoráveis a sua candidatura, enquanto, até o momento, ainda não haviam transcrito o manifesto que apresentava a candidatura de Vargas, nem notas editoriais a respeito, não obstante o líder da bancada (Roseli) ter assinado o dito documento. (18)

As negociações que estavam em andamento desde janeiro, chegaram a uma conclusão em maio, quando, após 33 dias do recebimento da contraproposta do interventor, o diretório do Partido Popular dirigiu uma comunicação escrita de que não aceitava o acordo proposto por Mário Câmara. (19)

Câmara ainda vacilante sobre se deveria ou não enfrentar a luta que se lhe acenava pela frente, depois de consultar Vargas a respeito decidiu-se a fundar um novo partido, para trabalhar com afinco e impedir que o Estado voltasse às mãos de José Augusto e Lamartine. (20)

Labim/UFRN

Ao mesmo tempo que procurava ajustar os acordos políticos, Mário Câmara enfrentava outros problemas no Estado, como o da demissão em massa de operários da Obra do Porto, a maioria dos quais com mais de 10, e até 30 anos de serviço. A determinação das demissões eram de ordem superior, de acordo com o Chefe do Porto. Câmara dirigiu-se ao Ministro José Américo e ao Chefe da Nação, expondo que o Rio Grande do Norte contribuiria para o país, em 1933, com 6.600 contos, somente de imposto de sal, o que justificaria a aplicação de uma parte desse numerário nas obras portuárias do estado. Lastimou o corte das verbas, num total de 150 contos, a não execução das melhorias nos portos de Macau e Areia Branca que haviam sido prometidas pelo chefe do governo provisório, quando de passagem por Mossoró, e fez ver ao governo federal os embaraços para a interventoria estadual, gerados pelo desamparo das famílias, e os problemas sociais. (21)

A essas ocorrências, que tiveram lugar no mês de abril, juntaram-se outras do mesmo nível, motivadas por cortes no orçamento do Ministério de Viação, o que suprimia a dotação para a construção das Estradas de Ferro, provocando uma ameaça de paralisação do tráfego do trecho entre Lages e Angicos. O interventor mais uma vez procurou o Governo Federal, lembrando-lhe suas promessas e conseguiu o apoio para superação desses problemas. (22)

Em maio (dia 2) já tinha início o clima de conflito político que caracterizaria toda a campanha para a eleição de outubro desse mesmo ano (1934). Foi assassinado o chefe político do Partido Popular no município de Apodi, o coronel Francisco Pinto, o que deu início aos dissíduos que estavam em ebulição. O criminoso, Roldão Frutuoso, fugira, mas as suspeitas

Labim/UFRN

sobre o mandante do crime. receiam sobre Luis Leite, prefeito do município e inimigo da vítima (23). O jornal oficial "A República" noticiava que o Departamento de Segurança estava tomando enérgicas providências no sentido de esclarecer os fatos, o que, entretanto, não amenizava a revolta do povo provocada pelo crime. O assunto era explorado até mesmo pelos jornais do sul.

O interventor sentia-se inseguro e consultava o chefe do governo, pondo-o a par dos acontecimentos locais, inclusive da posição assumida pelo órgão do Partido Popular", "A Razão", que passara, segundo sua opinião, a mover-lhe campanha de calúnias e infâmias. (24)

Com efeito, após as tentativas infrutíferas de acordo político - até mesmo com interferência de Juarez Tavora: que tinha parentes no Popular - o Partido Popular tomou uma posição radical e passou a fazer oposição declarada ao interventor.

Aliás essas tentativas de acordos com interferência da cúpula federal sugere uma barganha entre Vargas e o Partido Popular. Vargas entregava as eleições ao Partido Popular em troca do apoio deste a eleição presidencial. No que se refere ao relacionamento entre Vargas e Câmara neste período, esta começa a se revelar menos forte do que este procura apresentar.

Face a todos os acontecimentos pode-se concluir que não era esse o desfecho esperado por Getúlio Vargas. Pretendia, provavelmente, o apoio do partido mais forte, levando-se em conta que José Augusto tinha envolvimentos familiares no Rio Grande do Sul. Sua liderança no estado era reconhecida pelo chefe do governo provisório a ponto de ter sido até convidado

Labim/UFRN

por Vargas para compor sua chapa como vice-presidente em 1930, antes de ser escolhido João Pessoa (25). Tinha sido também cogitado para Ministro da Educação de Vargas após a Revolução.

Declarado o desenlace entre os dirigentes do Partido Popular e o interventor, este foi procurado por membros do Partido Social Nacionalista - partido de Café Filho - que sugeriam um entendimento seu com o referido partido para formação de uma frente única, constituída pelo partido que o Interventor pretendia fundar e o Partido Social Nacionalista, contra José Augusto e o Partido Popular. Mário Câmara apresentou como obstáculo a atitude do deputado deste partido, Kerginaldo Cavalcanti, que, na Assembléia Constituinte, não apoiara Getúlio Vargas. Exigiu então uma retratação do referido deputado, declarando publicamente que votaria na candidatura Vargas. Enquanto isso o deputado Martins Veras que havia sido eleito pelo Partido Popular, desligou-se desse partido e passou a solidarizar-se com o interventor e com o chefe do governo provisório. (26)

A 16 de julho foi promulgada em sessão solene a Constituição do Brasil e no dia seguinte houve eleição presidencial. Assim a 17 de julho Getúlio Vargas era eleito presidente Constitucional, para o período 1934/1938, tomando posse logo em seguida. Obteve uma maioria de 175 votos, seguindo-se, como seu mais forte opositor, Borges de Medeiros, com 59 votos, enquanto o general Gois Monteiro obteve apenas quatro votos, sem contar com outros que tiveram votação inexpressiva. (27)

Como a votação foi secreta, de acordo com a ata da Assembléia Constituinte, não se pode provar em quem teria votado a bancada potiguar. Apenas informações orais indicam que,

Labim/UFRN

dos deputados do Rio Grande do Norte, Kerginaldo Cavalcanti teria sido o único a votar em Getúlio Vargas, o que pode ser possível face as circunstâncias políticas do Rio Grande do Norte. (28)

Sobre a posição do deputado Martins Veras, abandonando o Partido Popular, também não há nenhum testemunho de que tenha votado em Vargas. Sabe-se apenas que aderiu ao partido do interventor. É possível que Kerginaldo Cavalcanti tenha mesmo votado em Vargas pois era representante do Partido Social Nacionalista e como esse estava ao lado do interventor, era natural que votasse no governo.

Em fins do mês de julho, Mário Câmara fundava, sob a legenda de Partido Social Democrático do Rio Grande do Norte, a sua organização partidária, com o seguinte diretório: presidente, Francisco Martins Veras; vice-presidente, Antonio Soares Filho; 1º secretário, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara; 2º secretário Ezequiel Fonseca.

Com vistas ao pleito de outubro, o Partido Social Nacionalista, de Café Filho, partiu para a luta, a exemplo dos outros que já haviam iniciado sua movimentação, com comícios e caravanas pelo interior. O ambiente era agitado. Ocorriam desordens nos comícios. Em uma das concentrações políticas do Partido Popular, na cidade de Parelhas, houve tiroteio, resultando alguns feridos. Em São Tomé, o vigário, Padre Esmerindo Gomes, foi surrado de virola pelo delegado do município, causando esse desacato muito constrangimento em grande parte do clero. A oposição (Partido Popular) aproveitava-se dos acontecimentos, explorando-os como instrumento político. O interventor defendia-se afirmando que os fatos não tinham motivo políticos,

Labim/UFRN

mas resultavam de desavenças pessoais, e que a interferência do delegado se dera apenas para impor a ordem pública.

Outra ocorrência de grande significação para que se compreenda o clima de violência no estado é a surra sofrida pelo coronel Felinto Elísio de Oliveira Azevedo, chefe político de Jardim do Seridó, por parte de elementos do destacamento da polícia local, em sua fazenda "Sombrio". (29)

Eram constantes as demissões de autoridades - a pedido ou arbitrárias - reflexo da insegurança do Interventor, que não conseguia segurar as rêdeas da administração.

Nesta onda de exonerações, embarcou o 1º tenente Ney Rodrigues Peixoto - para grande decepção do interventor - Comandante da Polícia Militar, dirigindo-se a Recife para apresentar-se a região militar, isso no mês de junho, a menos de quatro meses do pleito. O interventor fez Vargas ciente do ocorrido e das conseqüências que isto poderia ter para a situação, uma vez que o tenente prometera voltar a Natal para fazer-lhe oposição de qualquer modo, mesmo que para tanto tivesse que licenciar-se do Exército. Portanto pedia a interferência dele, Vargas, no sentido de providenciar o imediato recolhimento do referido oficial ao corpo a que pertencia em Minas Gerais. (30)

De Recife o tenente Ney Peixoto foi ao Rio de Janeiro pleitear a sua transferência para o 21º BC. Conseguindo-a, voltou para o Rio Grande do Norte, onde passou a usar seu prestígio de oficial do Exército a favor do Partido Popular. Isto Provocou um grande desapontamento do interventor, que considerava o caso como uma desmoralização da sua posição frente aos poderes federais, visto que nenhuma providência fora tomada

Labim/UFRN

Mais uma vez Mário Câmara dirigiu-se a Vargas apresentando denúncia de que o mesmo oficial, em sua ausência, havia recolhido à Região Militar grande parte do armamento existente no Batalhão sob seu comando, sem conhecimento das autoridades estaduais (31). Já era agosto e as denúncias e apelos do interventor continuavam sem respostas.

Enquanto isto o tenente Ney Peixoto agia, principalmente junto à corporação que comandou e onde captara a simpatia dos sargentos do Batalhão Policial. O tenente agia aberta e agressivamente, não como uma oposição isolada, mas refletindo o pensamento do Exército como se pode deduzir pelo fato, ocorrido também em agosto. Constituiu,juntamente com outro tenente e um capitão, comissão para ir a casa do interventor levar cópia do telegrama que a oficialidade do 21º BC endereçara ao Ministro da Justiça, informando-o da situação transtornada do estado e pedindo sua atenção devido à impotência do governo estadual em manter a ordem, esclarecendo ainda, que deixariam de prestigiar o interventor. (32)

Aliás com referência as preocupações de Câmara com os militares, estas já vinham de alguns meses pois ainda no mês de março, pedia interferência do Ministro da Justiça, Vergara, para impedir a programada vinda ao Estado do tenente Lauro Fontoura. A visita deste militar a Natal era noticiada pelo jornal de Café Filho, que incomodava bastante o interventor com sua oposição. Este militar, no entender de Câmara, era passível de disciplina militar e estava fazendo no Rio de Janeiro campanha torpe contra sua pessoa, razão porque achava inconvenientíssima a sua vinda ao Estado. (33)

Com respeito as denúncias de desordens no Rio Grande

Labim/UFRN

do Norte, provocada por militares, o Ministro da Guerra interferiu comunicando ao interventor as providências que acabara de tomar no sentido de que o comando da 7a. Região mantivesse a ordem através de medidas enérgicas, evitando a intromissão de militares na política estadual, afastando os elementos que oferecessem resistência. (34)

Enquanto isso continuava a luta na campanha eleitoral em que o Partido Democrático do Rio Gande do Norte, liderado pelo interventor, e o Partido Social Nacionalista, liderado por Café Filho, batalhavam paralelamente para derrotar o Partido Popular e, principalmente, José Augusto. Não houvera ainda uma fusão dos dois primeiros partidos, mas apenas uma junção de forças, uma tática convergente de esforços, contra um inimigo comum. (35)

O ambiente era carregado de agitação. Constantes denúncias fazia o interventor a Vargas sobre as atitudes - segundo ele - facciosas, de certos chefes e funcionários federais, que se colocavam ostensivamente contra o chefe do governo estadual. Visualizava no fato um plano de José Augusto para demonstrar ao povo que o interventor não contáva com o apoio do presidente Vargas. Chegou mesmo a denunciar que os Correios e Telégrafos, violavam o sigilo da correspondência. (36)

As acusações, porém, eram de lado a lado. As notícias de ocorrências de desordens praticados por agentes do interventor no município de Parelhas eram tamanhas que os deputados Roselli e Ferreira de Souza, do Partido Popular, levaram-nas ao conhecimento do Presidente Vargas, o qual escreveu a Mário Câmara, através de seu secretário, informando-o da ocorrência e da sua resposta aos referidos deputados, na qual pediu-

Labim/UFRN

lhes que apresentassem documentação por escrito e fatos erguidos contra a administração do Estado (37). A denúncia apresentada foi posta a encargo do Ministro da Justiça para pedir as informações a respeito, uma vez que o Presidente não poderia emitir juízo antes de ouvir a autoridade acusada. (38)

Mário Câmara em resposta, negou completamente o que classificou de acusações caluniosas dos adversários, despeitados por terem sido varridos da vida pública pela Revolução de 1930. Invocou o testemunho de todo o Estado, que tinha condições de julgar a sua maneira de agir desde que assumira o governo.

O próprio Presidente comunicou a Mário Câmara, para sua tranquilidade, que tomara todas as providências para restaurar a normalidade no Estado, com "o prestígio de vossa autoridade, da qual devem emanar as garantias normais da população" (39). E lembrou-lhe a conveniência de manter o Ministro da Justiça informado de todas as ocorrências.

Mas a situação persistiu, a onda de boatos cresceu e os telegramas do Interventor para o Presidente continuaram pedindo providências e desmentindo os boatos. O Coronel Araripe, do Exército, chegou ao Estado para proceder inquérito e em seguida assumir o comando da guarnição. Os jornais do sul chegaram até a publicar o fechamento, pelo governo, do Atheneu Norte-rio-grandense - antigo estabelecimento de ensino. Mário Câmara justificou o acontecido em virtude do comportamento inconveniente de alguns alunos por ocasião das provas parciais. O fiscal federal havia suspendido a referida prova, tendo em seguida dado o prosseguimento normal.

Para verificar de perto os acontecimentos da terra

Labim/UFRN

potiguar, o Presidente mandou um alto funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos, o dr. João Augusto Neiva Júnior, que chegou a Natal com a incumbência oficial de uma Comissão do Governo Federal. Mário Câmara não ficou satisfeito com essa missão designada pelo Chefe do Governo sem consultá-lo, como fica bem evidente nas cartas que escreveu a Vargas, dando ciência do comportamento do "observador" como ele o chama. (40)

O fato em si, diga-se de passagem, merece atenção. A atitude do Presidente enviando um funcionário para observar a situação do Estado, sem o conhecimento do interventor, demonstra o descontentamento e desconfiança de Vargas com a atuação de Câmara, revelando que o relacionamento entre ambos já estava um tanto abalado, talvez pelo interventor não haver correspondido às expectativas políticas do Presidente.

Mário Câmara fez um relatório das atividades do Sr. Neiva no Estado, onde, embora prestigiado pelo Governo Estadual, ficou do lado dos seus adversários, inclusive acompanhando-os nas caravanas pelo interior.

O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral havia marcado o pleito para o dia 14 de outubro e, com as instruções para realização das eleições, determinou que seriam escolhidos os membros para a Câmara dos Deputados, das Assembléias Constituintes dos Estados e da Câmara Municipal do Distrito Federal.

Um dado significativo para a evolução dos acontecimentos políticos do Estado no período que se segue, foi a aliança feita entre o interventor e Café Filho, um mês antes das eleições. Sob a legenda de Aliança Social, uniam-se os partidos de Café Filho - O Social Nacionalista - e o do interventor

Labim/UFRN

-o Social Democrático, numa frente única contra o Partido Popular, anunciando a candidatura de Mário Câmara ao Governo Constitucional (41). Para a Câmara Federal, cada partido apresentaria dois candidatos, num total de quatro, enquanto que, para a Assembléia Estadual, cada partido apresentaria 12 candidatos. (42)

A Aliança Social, resultado da junção de Café Filho com o Interventor, tinha pretensões de ser um partido populista - a exemplo da política de Vargas - mas de pequeno alcance, com seus redutos principais na zona litorânea, onde Café Filho possuía sua base eleitoral junto a esses trabalhadores.

José Augusto fez uma representação ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral sobre a situação estadual às vésperas das eleições, na qual havia acusações sobre o alistamento eleitoral, a divisão dos cartórios, a substituição em massa dos delegados de polícia do interior e a importação de cangaceiros para a guarda civil do interventor. Mário Câmara, na sua defesa, não desmentiu todos os itens, mas procurou dar a sua versão (43). Sobre essas acusasões também o deputado Ferreira de Souza, do Partido Popular, pronunciou discurso na Câmara Federal, o qual foi respondido pelo deputado Kerginaldo Cavalcanti, do antigo Partido Social Nacionalista. Todas essas ocorrências são dados importantes para concluir sobre a conjuntura estadual e entender o encaminhamento do processo dessa eleição.

A 23 de setembro, o Partido Popular realizou sua convocação para escolher seus candidatos ao pleito. A grande surpresa da maioria dos membros do partido foi a indicação de Rafael Fernandes Gurjão, médico e comerciante de projeção na zona oeste, para o governo constitucional, quando se esperava a indicação de José Augusto, ou seus parentes Silvino Bezerra e

Labim/UFRN

Cristovam Dantas. Nessa indicação, entretanto, está evidente a nova tendência do Partido Popular em não indicar nenhum nome que estivesse muito visado pela Revolução de 1930. Outro aspecto a salientar é que o candidato escolhido, embora já tivesse experiência política no antigo Partido Republicano, era representante de uma região eleitoralmente e economicamente forte, com uma sólida situação financeira e não tinha laços de parentesco com a antiga oligarquia tradicional do Estado. Além de tudo pertencia ainda à família Távora do Ceará. Era um nome forte porque, além dos votos do oeste, somados aos do Seridó, com o apoio de José Augusto, ainda teria um respaldo na cúpula federal, através de seus parentes. Para o Senado foram indicados Eloy Castriciano de Souza e Joaquim Ignácio de Carvalho Filho. José Augusto disputaria uma cadeira na Câmara Federal.

As idéias integralistas bastante difundidas na época também tinham seus simpatizantes e adeptos no Rio Grande do Norte. E como um partido organizado participou do pleito apresentando seus candidatos. Seu programa básico acompanhava a legenda nacional de combate ao comunismo, capitalismo e liberalismo, por considerarem estes elementos contrários à felicidade do povo, uma vez que favoreciam privilégios para alguns e miséria para outros (44). Em Natal foi criado o diretório da Ação Integralista Brasileira, que teve seu manifesto registrado no jornal "A República". Embora seus adeptos fossem entusiasmados pelas idéias propostas, a sua expressividade político-eleitoral foi muito pouco significativa.

Cinco dias antes do pleito, o Interventor como candidato, passou o governo ao Secretário-Geral, o dr. Antônio José de Melo e Souza, e nesse mesmo dia o órgão oficial, "A República", publicou a relação de todos os candidatos inscritos e

Labim/UFRN

suas legendas:

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Assembléia Constituinte Estadual: Bel.Otto de Brito Guerra, Maestro Waldemar de Almeida e acadêmico Ewerton Dantas Cortez.
Candidato avulso sem legenda partidária: Pedro Antunes da Silveira, candidato a deputado estadual.

PARTIDO POPULAR

Câmara de Deputados: José Augusto Bezerra de Medeiros, Luís Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima, Francisco Bruno Pereira, José Ferreira de Souza e Alberto Roselli.
Assembléia Constituinte Estadual: Mon.João da Matha Paiva, Pedro Soares de Araújo Amorim, Dioclécio Dantas Duarte, Aldo Fernandes Raposo de Melo, João Severiano da Câmara, João Marcelino de Oliveira, Felinto Elísio de Oliveira Azevedo, Renato Celso Dantas, Mariano Coelho, Francisco Gonzaga Galvão,Enoch Amorim Garcia, Francisco Severiano de Figueredo, Pe.Luís Motta, Agenor Bezerra de Araújo LIma, Felismino do Rego Dantas Noronha, Srta. Maria do Céu Pereira (45), José Augusto Varela, Jocelim Vilar Raposo de Melo, José Tavares da Silva, Paulo Pinheiro de Viveiros, Capitão Glycério Cícero de Oliveira, Pedro de Alcântara Matos, Júlio Victor Pimenta, Theófilo Regis, Ezequiel Xavier Bezerra e Nominando Gomes da Silva.

ALIANÇA SOCIAL

Câmara Federal: João Café Filho, Francisco Martins Veras,Ricardo Paes Barreto, Antônio Soares Júnior e Edgar Azevedo.
Assembléia Constituinte Estadual: Des. Felipe Neri de Brito Guerra, Mon. Alfredo Pegado Cortez, Godofredo Freire, Antônio Alves de Oliveira, Sandoval Wanderley, Ezequiel Epaminondas da Fonseca, Manoel Amâncio Leite, José Maciel Luz, Benedicto

Labim/UFRN

Saldanha, José Áureo Lins Bahia, Gil Soares de Araújo, Cicinato Galvão Ferreira Chaves, José Lopes Varela, Thristão Cisneiro de Góis, Abelardo Calafange, Pe. Pedro Paulino Ferreira de Macedo, Luiz Gonzaga Barbalho, Sebastião Maltez Fernandes, José da Costa Alecrim, Miguel Rocha, Djalma Aranha Marinho, João Ignácio de Oliveira Gondim, Joel Adonias Dantas e Manoel Ferreira de Aguiar.

PARTIDO UNIÃO OPERÁRIO E CAMPONEZA DO BRASIL (45)

Câmara Federal: Lauro Reginaldo da Rocha, Agostinho Dias da Silva, Acrísio João de Araújo, José Tertuliano da Motta e Luíza Gomes dos Santos.
Assembléia Constituinte Estadual: Lauro Reginaldo da Rocha, Agostinho Dias da Silva, Adamastor Pinto, Luiz Saraiva Quaresma, Elias Dias de Oliveira, Raimundo de Oliveira, Mário Ignácio Pereira, Lauro Teixeira Nunes, Francisco Sérgio de Carvalho, Manoel Feitosa, Manoel da Cruz Coutinho, Luiz Valentino de Paula, Tancredo Fonseca, José Farias dos Santos, Ângelo Germinas, Theodósio Casimiro, José Gadelha dos Santos, Sebastião Geraldo, José Teixeira dos Santos, Amaro Américo de Souza, José Maria dos Santos, Epaminondas Fernandes de Oliveira, Manoel Antônio de Aguiar, João José de Lima e Luiz Alfredo da Cruz. (46)

O Tribunal de Justiça Eleitoral do Estado informou a inscrição de 47.702 eleitores, que participaram do pleito realizado, de acordo com as informações oficiais, na mais "tranquila ordem e paz". Entretanto, segundo as acusações feitas pela oposição - que recorreu ao Supremo Tribunal pedindo eleições complementares - houve bastante tumultuação e impedimentos.

O jornal oposicionista "A Razão", na época denuncia

Labim/UFRN

va todas as formas de impedimentos utilizados pelo governo com o objetivo de prejudicar os votos destinados ao Partido Popular. Piquetes nas estradas, tomada de títulos e prisão de eleitores da oposição era as acusações mais comuns. (47)

O próprio "informador" oficial, Sr. Neiva Júnior, passada a eleição, retornou ao Rio e na sua passagem por Recife prestou declarações ao "Diário de Pernambuco", onde afirmava sobre a situação política do Rio Grande do Norte, ter encontrado em Natal duas correntes apaixonadas, o que ocasionara os litígios e a exacerbação dos ânimos de ambas as partes. Ele, por ter procurado manter um ambiente de cordialidade (uma vez que foi procurado por elementos de ambas as partes) fora mal interpretado nos seus atos. Sobre as eleições no interior, mencionou pequenos incidentes, como o de Santa Cruz - onde não houve eleição pela ausência de mesários. Mas levava um relatório completo ao Chefe do Governo Federal e concluiu por elogiar o Interventor como uma pessoa bem intencionada. (48)

Mário Câmara, por sua vez, encerrada a missão do observador oficial e tendo este se retirado do Estado, externou suas mágoas ao Chefe do Governo, demonstrando seu ressentimento pela resolução deste em mandar observá-lo, o que o fez pensar, inclusive, em deixar a interventoria. Depois passou a criticar as atitudes do representante oficial do Governo Federal, fazendo-lhe denúncias de ter cooperado com a oposição. Comunicou, ainda, que já considerava o pleito vitorioso, com a eleição de 14 deputados do seu partido contra 11 da oposição.

Entretanto, o quadro não estava ainda definido e os conflitos se acentuaram com os métodos empregados pela política governista. Câmara, em nova missiva a Vargas, revelou seus temores com relação aos boatos de que os adversários não deixa

Labim/UFRN

riam que ele assumisse. caso fosse vencedor. E denunciou o aparecimento de um "surto de comunistas em Areia Branca", que já se espalhara até Mossoró e Macau (49). Fundamentava sua acusação com a presença do ex-sargento e tenente comissionado José Pessoa de Melo, que tomara parte no movimento sedicioso em Recife, em 1931, e que se encontrava servindo no 21º BC, "infringindo as ordens superiores". Na véspera da eleição, esse militar fora para o Seridó, fardado, "cabalar votos em favor de José Augusto". (50)

O fato do interventor pedir a Vargas que providenciasse o fornecimento, pelo Exército, de 6FMM com a competente munição e 50.000 tiros de fuzil, é um dado que indica que o mesmo não se sentia seguro e de que a situação estadual tendia a maiores complicações. A justificativa que deu no final de sua missiva foi apenas:"*Com isso ficarei pelo menos mais respeitado*" (51). Esse pedido indica também que no seu relacionamento com o Exército, não contava com o apoio deste.

A complicação maior surgiu após o pleito pela impetração de recursos de ambos os lados. Kerginaldo Cavalcanti,do partido do Interventor, entrou com recurso impugnando a contagem dos votos. Café Filho contestava, através de carta ao "Diário da Noite", do Rio, acusações feitas pelo deputado Ferreira de Souza, do Partido Popular, ao Interventor Mário Câmara.

A apuração dos votos, que apresentava até o dia 25 de novembro uma maioria para o Partido Popular, foi interrompida, (52) e foram marcadas eleições complementares para o mês de fevereiro. Na data prevista elas foram realizadas. A informação, pelo órgão oficial, de que tudo decorria na mais perfeita ordem, constituía quase uma piada de mau gosto, pelo próprio clima de conflitos que permanecia no Estado e pelo desen

Labim/UFRN

rolar dos acontecimentos posteriors.

Enquanto nos demais estados as apurações já estavam chegando à fase de conclusão, no Rio Grande do Norte ainda restava a pendência, até que o Tribunal Eleitoral do Rio Grande do Norte recebeu telegrama do Superior Tribunal comunicando haver deliberado a prorrogação de trinta dias para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte concluir as apurações do pleito de 14 de outubro, isso já no mês de março de 1935.(53)

Uma outra indicação da atuação política do interventor e de sua ligação com Café Filho pode ser notada no telegrama enviado por Câmara a Vargas, ainda no começo de novembro, portanto, antes da eleição, solicitando com muito interesse, a permissão para o inspetor do Trabalho, Café Filho, vir servir, com a máxima urgência, no Rio Grande do Norte por 60 dias, tendo em vista a necessidade de sua presença. Isso demonstra também que, a solicitação anterior para dar um cargo a Café Filho fora do Estado fora conseguida, mas agora ele achava necessário sua presença no Estado.

Em novembro, após as eleições, o Interventor viajou ao Rio para tratar de assuntos ligados à administração do seu Estado e participar de uma reunião da Câmara do comércio Exterior, sob a presidência do próprio Vargas, na qual seria tratado o problema do algodão sintético, de grande interesse para os produtores de algodão do Brasil.

No Rio, Mário Câmara, nas entrevistas concedidas aos jornais, desmentia que tivesse vindo pleitear a retirada do 21º BC, afirmando que sua maior preocupação, no momento, relacionava-se com o algodão sintético. Sobre as eleições, afirmava a certeza da vitória do seu partido, desmentindo que durante o

Labim/UFRN

pleito eleitoral tivesse havido qualquer coação. (54)

Todavia, ao que tudo indica, sua viagem não se limitava aos objetivos apresentados. Percebe-se mais a insegurança do interventor com relação aos resultados do processo eleitoral e por conta disso procurava uma entrevista direta com Vargas, onde apresentaria soluções para conseguir uma forma de conciliar a situação com seu apoio, o que consolidaria a posição do Presidente e restauraria o prestígio do interventor, não somente no cenário nacional, mas sobretudo no Rio Grande do Norte.No seu entender essa seria uma situação vantajosa para ambos.

A preocupação com o resultado das eleições de 1934 a nível nacional, dentro do pensamento revolucionário, pode ser identificada no telegrama passado por Juarez Távora aos interventores Barata, Almeida, Landy, Carlos Maynard, Juraci e Bely, onde revelava seu pensamento a esse respeito:

> *"Os resultados das últimas eleições devem valer por uma advertência séria aos revolucionários. Se por um lado tivemos a confortar-nos uma vitória animadora em São Paulo (...) por outro lado os reacionários progrediram eleitoralmente de modo sensível, na maioria dos Estados em relação às anteriores eleições, para a Constituinte Federal, tendo mesmo conseguido vencer os partidos revolucionários em três ou quatro Estados. Outrossim, é já idéia em marcha a federalização das oposições coligadas nos Estados, para formarem uma frente única partidária em todo o país.*
>
> *Impõe-se,nessas condições, aos revolucionários - sob pena de perderem a situação federal, talvez no próximo quadriênio não só que se organizassem solidamente*

Labim/UFRN

em cada Estado, como ainda que se congreguem, através de todo o país um grande partido nacional revolucionário". (55)

A idéia de um movimento para a formação de um partido revolucionário chegou até o Rio Grande do Norte, e o interventor também recebeu o documento de Juarez Távora. Câmara enviou seu irmão, Paulo Câmara como seu representante - o que indica que suas relações com a cúpula não estavam muito amistosas - para sondar o Ministro Vergara sobre a veracidade desse movimento. O fato de não se dirigir diretamente ao Presidente, como era hábito, denota também, ressentimento por se sentir desprestigiado, no Estado, pelo Governo Federal, principalmente face aos últimos acontecimentos. Sua correspondência revelava a má vontade do Ministro da Guerra com sua administração, uma vez que, tendo solicitado ao General Rabelo que lhe fosse restituído o armamento recolhido pelo tenente Ney Peixoto à Região - fato já mencionado anteriormente - não obtivera nenhuma resposta até o momento. E revelava ainda uma grande preocupação, pelo fato de o Batalhão em Natal só possuir de 4 a 5 mil tiros, num momento em que se conspirava em todo o país, inclusive no Rio Grande do Norte. (56)

O fato de João Alberto se encontrar em Recife e para lá já terem se dirigido vários líderes populistas, e ainda as ligações de Dinarte Mariz (do Partido Popular) com a polícia da Paraíba, provocavam suspeitas e temores no interventor, que se sentia cada vez mais desprestigiado pelo Governo Federal. Começava a reconhecer a derrota tanto no plano estadual como no federal e temia uma conspiração por parte dos populistas (57). A esperança que tinha de contar com o apoio de Vargas, não permitindo que a oposição chegasse ao poder, começava a desaparecer e suas atitudes, a partir de então, demonstram uma reação que

Labim/UFRN

não se pode saber até que ponto eram próprias ou refletiam a influência dos seus correligionários.

O Exército teve, na opinião do situacionismo, uma participação bastante ativa nessa fase, favorecendo a oposição em virtude da situação que se generalizou no Estado, principalmente em Natal, onde o ambiente era de constante temor e intimidação e fazia-se necessária a sua interferência. O Major Josué Freire, comandante do 21º BC (em 30 de novembro de 1934) recebia constantes pedidos de garantias ao Exército, por parte de populistas, como João Câmara e Dr. José Tavares, entre outros (58).O primeiro, ex-partidário de Mário Câmara, rompera com o governo, razão pela qual era perseguido por Benedito Saldanha - fazendeiro em Mossoró e membro da Aliança Social - que promovia perseguições e ataques, e se responsabilizava pelas suas façanhas. João Câmara era um dos maiores exportadores e beneficiadores de algodão, sendo fazendeiro em Baixa Verde (59). O major Josué Freire mais tarde foi transferido do RN sob a acusação de levar o Exército a interferir na política.

Gerava-se um clima de insegurança e arruaças no Estado com policiais à paisana pela rua provocando o pânico na população. O jornal "A Razão" fora empastelado pelas hostes políticas de Benedito Saldanha e, embora o governo realizasse diligências para apurar os fatos e anunciasse que constatara apenas uma inutilização parcial, concluindo que tudo deveria ser uma simulação, havia um ambiente de desordens pública geral, não controlada pelo governo.

Um dos problemas mais sérios ocorreu justamente por conta da polícia à solta que tentava desarmar os proprietários rurais sob nenhum pretexto. O resultado dessas arbitrariedades

Labim/UFRN

foi o assassinato do engenheiro agrônomo Otávio Lamartine, filho de Juvenal Lamartine, político tradicional. A vítima, sem nenhuma atuação política, fora morta em sua fazenda Ingá, no município de Acari, numa dessas investidas da polícia para desarmar os proprietários, muito embora o mesmo estivesse munido de um "habeas corpus". O crime causou grande consternação e a repercussão foi a pior possível para o Governo.

Tomadas as providências para identificação dos culpados, foram apontados como responsáveis o tenente Oscar Rangel e os praças Lourival Euphrasio e Antônio de Paulo, que reconheceram a culpa. Mas, no decorrer do processo foi descoberto que estes dois últimos não eram culpados e que sua confissão resultava de um acordo para que assumissem a responsabilidade mediante um pagamento e a promessa de futura fuga. Afirmaram eles que haviam sido mandados pela família de Francisco Pereira, morto no governo Lamartine. Ficaram comprovadas as participações dos sargentos José Galdino e José Albuquerque dos Santos (60). As razões do crime não ficaram claras, mas tudo leva a crer ter sido este um resultado da conjuntura estadual, pela desordem pública e pela agitação política provocada pela ação da polícia.

Mário Câmara - que já criara desavença com o Exército, dizendo que o mesmo estava auxiliando a oposição - sentindo diminuirem suas possibilidades de vitória no resultado eleitoral, demonstrava não ter nenhuma participação no acontecimento, que repercutira em todo o país. O nome mais apontado pela oposição, como mandante do crime, era do recém eleito deputado federal João Café Filho, muito embora nada ficasse comprovado.

No mês de março, Câmara reassumiu a interventoria, da qual se afastara em fevereiro para as eleições complementares, mas a situação continuava sem domínio, com a desordem

Labim/UFRN

estabelecida. Outra prova da situação local, pode ser apontada nos acontecimentos por ocasião dos festejos carnavalescos na Avenida Tavares de Lira, onde as desavenças entre praças do Exército e da Guarda Civil (esta criada por Mário Câmara e composta por cangaceiros de outros estados) resultando desse conflito cinco feridos e seis mortos: dois membros do Exército, dois guardas civis e dois populares. (61)

Nessa fase de insegurança a virola era o símbolo das arbitrariedades, e as surras humilhantes eram constantes. Delas não escaparam nem pessoas de respeito, como o caso do Coronel Felinto Elísio, de Acari, e o Padre Esmerindo Gomes, de São Tomé. Sobre esses acontecimentos, Café Filho, em declaração ao "Diário da Manhã", do Recife, após fazer considerações à excelente administração de Mário Câmara, dizia lamentar o assassinato do engenheiro Lamartine e o espancamento do Coronel Felinto Elísio, acentuando que o Governo estava agindo com a máxima energia e assumindo o compromisso de, como deputado eleito, não tomar posse se os criminosos não fossem punidos. (62)

Finalmente, as apurações das eleições complementares chegavam ao final, com os seguintes resultados:

Eleição de outubro	A.Social = 11.050		P.Pupular = 10.253	
Eleição Complementar	A.Social = 3.829		P.Popular = 1.506	
		14.879		11.759 votos

Deputados à Constituinte Estadual

Eleição de outubro	A.Social = 10.957		P.Popular = 10.164	
Eleição Complementar	A Social = 3.721		P.Popular = 1.571	
		14.678		11.735 votos.

Uma análise eleitoral em termos de resultados com ob

Labim/UFRN

jetivo de determinar áreas de influência dos partidos Popular e Aliança Social, torna-se difícil pela carência de dados precisos da única fonte disponível, o jornal oficial. Além disso, as notícias de que a eleição ocorrera com piruetas e muita corrução, impossibilita a precisão de uma análise dessa natureza.

A priori sabe-se que o Partido Popular por ser um partido de base coronelística, tinha toda uma estrutura montada no interior, embora atingisse também, um pouco da capital, em menor proporção, naturalmente.

A apresentação dos dados eleitorais deu início a outra fase na luta política, desta feita no Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, para julgamento dos recursos interpostos por ambos os partidos, cujos resultados foram decididos no Tribunal Superior em outubro do ano seguinte (1935). As eleições realizadas em 1934 foram concluídas finalmente em 1935, num clima de desajustes entre os integrantes de ambas as partes, continuando a desordem até mesmo após o resultado final.

Com a decisão do pleito pendente de Superior Instância, a disputa continuou através da imprensa, com acusações de que, querendo vencer a qualquer custo, o Interventor tentava influir no quadro da Justiça Eleitoral.

A 16 de outubro, próximo da convocação da Constituinte Estadual, o resultado final foi divulgado, dando a vitória ao Partido Popular, com 14 deputados contra 11 da Aliança Social. Essa definição na política estadual representou a derrota do governo para a oposição, defendida por elementos da política tradicional, atuantes durante a Primeira República.

No período que decorreu entre o início do julgamento eleitoral pelo Supremo Tribunal e o resultado final, a luta

Labim/UFRN

persistiu com os membros de ambos partidos procurando aliados que interferissem a favor de sua causa, na esfera nacional. Café Filho, eleito deputado federal, viajou ao Rio logo após as eleições e procurou entrevistar-se com o Presidente Vargas. O teor principal da conversa foram os recursos em julgamento no Tribunal Superior. O Presidente prometeu falar com alguns Ministros e lhe indicou algumas pessoas ligadas aos mesmos, para que conversasse sobre o assunto, mas deixou subentendido - conforme impressão do próprio Café Filho - que não falaria com ninguém para que interferisse, como realmente não o fez.(63)

Os contatos de Juvenal Lamartine, nesse sentido, foram realizados através do político do Rio Grande do Sul, Antunes Maciel Jr., como se pode constatar na correspondência entre esses dois políticos. Em 30 de agosto de 1935, Juvenal Lamartine assim se dirigia a Antunes Maciel: *"terminou hoje o julgamento das eleições no Rio Grande do Norte com a vitória do nosso partido. O Plínio portou-se dignamente. Sou-lhe grato pela simpatia a nossa causa e o apoio que nos deu. Cumprirei minha promessa* [...] (64)

Plínio Casado era Ministro do Supremo Tribunal. O caso potiguar era objeto de preocupação de grande parte dos políticos brasileiros e, entre eles, é evidente a participação atuante que tiveram Antunes Maciel e Armando Alencar, entre outros. Antunes Maciel interferira em favor dos populistas. enquanto que Armando Alencar, em favor do partido do Interventor, como se pode notar na carta que escreveu a Vargas, informando-o sobre a eleição no Rio Grande do Norte, onde demonstra contatos com amigos deste estado e procura dados para mostrar a possibilidade de vitória da Aliança Social (65).

O interventor informou ao Rio que a maior dificulda

Labim/UFRN

de da Aliança Social se devia ao envolvimento de oficiais do Exército no Partido Popular, mas que alguns amigos seus estavam dispostos à luta armada para não entregar o poder aos populistas. Pedia interferência de amigos para dar conhecimento dessa intenção ao Presidente e colher suas impressões acerca do assunto.A chegada a Natal do tenente Ivo Borges e do aspirante Ulisses Cavalcanti, afastados do Estado por determinação do Presidente, reanimaram as hostes populistas e causaram sérias apreensões ao Interventor. Completava o quadro a atitude exaltada dos oficiais Antônio Oscar Fernandes, Antônio Roberto, José Alves de Morais, Manoel Castro e do médico Edison Hipólito, além da vinda dos capitães Perouse e Everaldo Vasconcelos, o que tornaria impraticável qualquer tentativa de articulações com deputados populistas, como esperava o interventor. Sabe-se que Câmara esperava, se contasse com o apoio do Governo Federal, convencer dois deputados populistas a aderirem ao seu partido na votação para governador constitucional.

Pelas cartas do Interventor aos amigos do sul, nota-se o plano de vencer a qualquer custo e a esperança de receber, a qualquer momento, uma ajuda federal. Procurava saber das disposições de Vargas a seu respeito, sentindo que as atitudes dos seus correligionários seriam inúteis se não contassem com o apoio de autoridades. Com Exército, sabia que não contaria. Considerava uma desmoralização a sua derrota. (66)

As tentativas de mudanças no quadro potiguar eram estudadas por vários políticos, como Carlos LIma Cavalcanti, governador de Pernambuco, que indicava soluções para o caso a Agamenon Magalhães, também político deste estado. Segundo ele, para se ter uma solução que atendesse aos interesses da situação no Rio Grande do Norte, se fazia necessário que o Ministro

Labim/UFRN

da Guerra chamasse de imediato o Coronel Brasil, comandante do 21º BC, como também os tenentes Manoel Castro, José Alves Morais e Antônio Oscar Fernandes do mesmo batalhão (já citados anteriormente). Com o afastamento do Coronel Brasil, assumiria o capitão Liberato Barroso, oficial mal visto pelo grupo de José Augusto. Para Lima Cavalcanti, o capitão Liberato não daria asilo aos deputados populistas sem ordem do Ministro e "*este poderia fazer corpo mole*". (67). O ideal seria a classificação imediata do capitão Aluísio Moura no 21º BC, porque com esse tudo seria mais fácil. Cavalcanti chegava a afirmar: "*há dois deputados do Partido Popular que com um pouco de aperto entregarão os pontos*". (68)

Estas informações são indícios da pretensão de Câmara de criar uma situação que ainda possibilitasse uma vitória do seu partido, Aliança Social, presumivelmente com a participação de Café Filho, que também não se conformava em perder a eleição.

Os deputados do Partido Popular, temerosos com o clima que não oferecia nenhuma segurança, procuraram asilo na Paraíba, onde ficaram até a convocação da Assembléia Constituinte Estadual, com os vencedores reconhecidos pelo Supremo Tribunal.

A evidência de que o Interventor via a causa perdida e indicada pela carta que seu irmão, Paulo Câmara, dirige a Vargas, onde sugere, como fórmula de solução para o caso potiguar que fosse nomeado Mário Câmara para a vaga do falecido Ministro Barros LIma, no Tribunal de Contas da União, e indicasse o desembargador Elviro Carrilho, ou qualquer outro candidato de conciliação, para o cargo de Governador do Estado (contanto que o Partido Popular não tivesse uma vitória nesse sen

Labim/UFRN

tido) e se reservasse no Senado uma cadeira para a Aliança Social e outra para o Popular. Paulo Câmara afirmava que seu irmão aceitaria as bases desse acordo, uma vez que seria digno para ambos os partidos e o interventor, que era o mais prejudicado nessa luta, teria uma saída honrosa (69). Pelo desenrolar dos acontecimentos, sabe-se que Vargas não levou em consideração essa proposta, pois seria totalmente sem sentido e arbitraria a nomeação de um governante de Estado, num momento em que, de acordo com o sistema vigente, o governo deveria ser eleito pela Constituinte Estadual.

Sabe-se, todavia, que depois que deixou o Rio Grande do Norte, Mário Câmara foi premiado com a função de Delegado do Tesouro Brasileiro no Exterior, indo servir em Londres, como compensação pelo seu insucesso político. (70)

As informações de participação de políticos como Flores da Cunha e Antunes Maciel, na política potiguar dessa fase, são encontradas no acervo documental de correspondência entre estes e o Presidente Vargas, onde se nota que eles exerceram papel de mediador do Partido Popular. Elas revelam a situação política vista pelo outro lado, diferentemente das informações prestadas pelo interventor ao Governo Federal. Numa delas, Antunes Maciel expõe sua posição a Flores da Cunha, frente ao problema sucessório do Rio Grande do Norte, afirmando ter trabalhado contra o interventor "atrabiliário", tendo mesmo falado ao Presidente sobre essa sua posição, justificando-se que, na eleição de Vargas, os deputados populistas haviam votado em seu favor, apesar de trabalhados contra, enquanto que, dos atuais correligionários do Interventor, apenas um votara em Vargas. Kerginaldo Cavalcanti teria votado contra (71). E apresentava-se como porta-voz do desejo de bom relacionamento de

Labim/UFRN

Rafael Fernandes, futuro governador, com o Governo Federal.

No processo eleitoral para as Constituintes Estaduais de 1934, os Estados onde houve maiores dificuldades com relação ao pleito foram o Rio Grande do Norte e o Ceará.No Ceará, entretanto, a questão foi resolvida antes da do Rio Grande do Norte pois em maio de 1935, a Constituinte de Fortaleza elegia Pimentel Fernandes para seu Governador.

No Rio Grande do Norte a Assembléia Constituinte somente foi convocada em novembro de 1935. Para a Câmara Federal foram diplomados em maio: José Augusto Bezerra de Medeiros, Alberto Roselli e José Ferreira de Souza pelo Partido Popular. Café Filho e Francisco Martins Veras pela Aliança Social.

Neste Estado, portanto, a oposição venceu ao Governo, tanto no âmbito federal como no estadual em 1934. Essa informação talvez seja ainda desconhecida para alguns estudiosos do assunto, como por exemplo Carone que não inclui o Rio Grande do Norte entre os Estados onde a situação não venceu. (72)

Em 16 de outubro, o Tribunal Superior, em sessão, aprovava os mapas e parecer indicativos do Rio Grande do Norte e, imediatamente, a 19 do mesmo mês, em Edital do Tribunal Regional da Justiça Eleitoral, era convocada a instalação da Assembléia Constituinte Estadual, contando com 14 deputados do Partido Popular (incluindo-se uma mulher, Maria do Céu Pereira Fernandes) e 11 da Aliança Social (73). Somente nesse dia os deputados do Partido Popular retornaram da Paraíba, onde se encontravam homiziados.

Foram eleitos pelo Partido Popular: Mons. João da Matha de Paiva, Francisco Gonzaga Galvão, Capitão Glicério Cícero de Oliveira, Bel. Pedro de Alcântara Matos, Dr. João Ma-

Arabim/UFRN

celino de Oliveira, Dr. José Tavares, Dr. Júlio Pimenta Teófilo Régis, Maria do Céu Pereira Fernandes, Felismino do Rego Dantas Noronha, Felinto Elísio de Oliveira Azevedo, Ezequiel Xavier Bezerra, Dr. José Augusto Varela, Nominando Gomes da Silva e João Severiano da Câmara.

Pela Aliança Social: Des. Felipe de Brito Guerra,Bel. Raimundo Ferreira de Macedo, Bel. Djalma Aranha Marinho, José Lopes Varela, Sandoval Wanderley, Dr. Cicinato Galvão Ferreira Chaves, Bel. Gil Soares de Araújo, Manoel Amâncio Leite, Dr. Abelardo Calafange, Benedito Saldanha, Dr. Sebastião Maltez Fernandes. (74)

Dois dias antes da instalação da Assembléia Constituinte Estadual, o interventor telegrafara ao Presidente ponderando a conveniência de abandonar a interventoria antes do evento, e para tanto pedia autorização para passar o governo ao capitão Liberato Barroso, comandante do 21º BC.

Os deputados oposicionistas chegaram ao Estado acompanhados da força federal, com a presença do General Rabelo. De acordo com informação de Antunes Maciel, o interventor passou o governo clamando que fora traído à última hora por Getúlio Vargas (75). E mesmo na sua saída do Estado ainda sofreu ataque no porto, proveniente da agitação que se instalara.

Na hora do embarque de Mário Câmara foram disparados tiros no porto, não se sabendo, entretanto, se para atingi-lo ou se para comemorar sua partida. (76)

Com relação a administração de Mário Câmara e o processo eleitoral de 1934, parece claro que alguns pontos merecem ser destacados:

Labim/UFRN

Primeiramente, faltou-lhe apoio do Governo Vargas para tentar impor as mudanças políticas propostas pela revolução. Essa falta de apoio pode ser interpretada como uma tática política do Presidente Vargas, que não desejava se indispor declaradamente com o partido de José Augusto, que se revelava como o grupo eleitoralmente mais forte do Rio Grande do Norte. Por outro lado, deve-se acrescentar a posição do Exército, que em nenhum momento, se articula com o interventor, colocando-se ostensivamente a favor dos políticos tradicionais, podendo-se supor que a presença de Café Filho ao lado de Mário Câmara possa ter influenciado essa desarticulação.

Para concluir, ficou evidente que a atuação de Mário Câmara criando no Estado uma situação tumultuada, apelando para a violência, não conseguiu nenhum saldo positivo para a revolução. Demonstra que a estrutura sólida com base no coronelismo, não foi alterada e que por trás de tudo, continuam os acordos e arranjos entre as forças locais mais fortes e a cúpula federal. São exatamente esses acordos que consolidam a política estadual.

N O T A S

1. Neto de um líder do antigo Partido Liberal e filho de Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, Vice-Governador de José Augusto Bezerra de Medeiros na sua administração em 1924.
2. Informação colhida em entrevista oral com o Dr. Otto de Brito Guerra; na época, chefe de gabinete do interventor Mário Câmara (1979).
3. CÂMARA, Mário. Carta, 6 de agosto de 1933, Natal, para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafo assinada (carta manuscrita). Relata a sua posse na interventoria do Ri-

Lebim/UFRN

Grande do Norte.

4. Id ibid.

5. BARBOSA, Edgard. História de uma Campanha. Natal, Imprensa Oficial, 1936, p-25.

6. Id ibid p.26.

7. INTERVENTOR RN em carta ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Dr. Hebert Moses, esclarece sobre informação acerca de "O Jornal". A República. Natal, 22 ago.1933.

8. CÂMARA, Mário. Carta, 15 de março de 1934. Natal, para Vergara,Rio de Janeiro. Helógrafa assinada. (carta manuscrita). Relata os contatos políticos junto ao Partido Popular.

9. Id ibid.

10. BARBOSA, Edgard. op.cit p.31.

11. CÂMARA, Mário. op.cit.

12. Id ibid.

13. Id ibid.

14. BARBOSA, Edgard. op.cit. p.31.

15. TÁVORA, Juarez. Carta de 01 de junho de 1934. Natal, para Mário Câmara. Helógrafa assinada (carta manuscrita) indicando as bases para formação de um novo partido no Rio Grande do Norte.

16. Id ibid.

17. CÂMARA, Mário. Carta de 23 de abril de 1934, Natal para Getúlio Vargas. Helógrafa assinada (carta datilografada). Comunica recebimento da notícia do lançamento da candidatura de Getúlio Vargas a presidência da República e fala sobre a situação política do Rio Grande do Norte. 5 p.

18. Id ibid.

19. Id ibid.

Labim/UFRN

20. CÂMARA. Mário. Carta de 10 de maio de 1934. Natal, para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafo assinada (carta manuscrita). Comunica situação política do Estado e fala sobre a necessidade de fundação de novo partido político.

21. Id ibid.

22. CÂMARA, Mário. Carta de 29 de junho de 1934, Natal, para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafa assinada (carta datilografada). Relata a situação política do Rio Grande do Norte. Acervo da fundação Getúlio Vargas-CPDCC.

23. BARBOSA, Edgard. op.cit. p.42.

24. CÂMARA, Mário. Carta de 23 de abril de 1934, Natal, para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafa assinada (carta datilografada). Fala sobre a política do Rio Grande do Norte.

25. Informações orais colhidas em entrevista com o Senador Dinarte Mariz.

26. CÂMARA, Mário. Carta de 29 de junho de 1934, Natal,para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafa assinada (carta datilografada). Relata sobre a política local e ação de seus adversários políticos.

27. ELEIÇÃO presidencial. A República. Natal, 18 jul. 1934.

28. Informações orais colhidas em entrevista com o Senador Dinarte de Medeiros Mariz.

29. BARBOSA, Edgard. op.cit. p.61.

30. CÂMARA, Mário. op. cit. nota 26.

31. Id ibid.

32. Id ibid.

33. Id ibid.

34. BOATOS espalhados na cidade da deposição e prisão do Interventor. A República. Natal, 18 jul. 1934.

Labim/UFRN

35. CÂMARA, Mário. Telegrama, 20 agosto de 1934, Natal,para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1 p. Comunicando situação local e perturbação da ordem por adversários.
36. Id ibid.
37. CARVALHO, Ronald. Secretário presidente. Telegrama, 15.agosto de 1934, Rio de Janeiro, para Mário Câmara, Interventor Federal do RN, Natal. 1 p. Pede documentar por escrito fatos arguidos contra a administração do Estado.
38. Id ibid.
39. CARVALHO, Ronald, secretário do Presidente. Telegrama, 21 de agosto de 1934,Rio de Janeiro, para Mário Câmara, Natal. 1 p. Comunica providências tomadas sentido restaurar a tranquilidade da vida estadual e prestígio autoridade interventor. A República. Natal, 21 agos.1934.
40. CÂMARA, Mário. Carta, 19 de outubro de 1934, Natal,para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Helógrafa assinada (carta datilografada). Relativa as eleições do Rio Grande do Norte, atitude partido oposição.
41. REGISTRO do Partido Social Democrático. A República.Natal, 22 ago. 1934.
42. PSD assembléia geral. A República. Natal, 18 set.1934.
43. BARBOSA, Edgard. op cit. p.186.
44. FUNDAÇÃO da Ação Integralista. A República. Natal,15 jul. 1933.
45. Sobre esse partido nada foi encontrado, a não ser informações de que teria ligações com o Partido Comunista e que alguns dos seus membros eram de Mossoró.
46. CANDIDATOS. A República. Natal, 10 out.1934.
47. BARBOSA, Edgard. op. cit. p.188.
48. NEIVA, Jr. Entrevista sobre a atualidade política social do Rio Grande do Norte de regresso ao Rio. A República. Na-

Labim/UFRN

tal, 23 out.1934.

49. CÂMARA, Mário. Carta, 19 de outubro de 1934, Natal,para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafa assinada (carta datilografada). Relativa as eleições do Rio Grande do Norte, atitude partido oposição.

50. Id ibid.

51. Id ibid.

52. RESULTADO eleitoral conhecido até ontem. A República.Natal, 18 nov.1934.

53. CÂMARA, Mário. Telegrama, 9 de novembro de 1934, Natal, para o Presidente Getúlio Vargas, Rio. 1 p. Solicita a permissão para João Café Filho servir no Rio Grande do Norte.

54. OS JORNAIS publicam entrevistas do interventor Mário Câmara que desmente categoricamente ter vindo pleitear a retirada do 21º BC. A República. Natal, 23 nov. 1934.

55. TÁVORA, Juarez, 30 de novembro de 1934, p.1 para Barata, Almeida, Laudy, Carlos Maynard, Juraci, Bley, s.l.1p. Helógrafo assinada (carta manuscrita). Relativo a sua apreensão com os resultados eleitorais no que se refere aos objetivos da Revolução de 1930.

56. CÂMARA, Mário. Carta, 19 de outubro de 1934, para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafa assinada (carta datilografada). Relativa as eleições do Rio Grande do Norte, atitude partido oposição.

57. Id ibid.

58. Major Josué Justiniano Freire, era comandante do 21º BC em Natal na época da eleição e foi envolvido nas lutas políticas locais. Afastado do cargo teve que responder processo pelo seu envolvimento devido acusações do Interventor. Depois de ter sido reintegrado e absolvido das acu

Labim/UFRN

sações, escreveu seu processo sob o título: "O Exército em face às lutas políticas", onde documenta todo o desenrolar das atividades políticas do Rio Grande do Norte, acusando muitos membros do governo.

59. FREIRE, Josuê Justiniano. O Exército em face das lutas políticas. s l. Oficinas Gráficas do Estado Central de Material de Intendência, 1938. p 11-93.

60. BARBOSA, Edgard. op.cit. p.186.

61. CONFLITOS de ante-ontem na Av.Tavares de Lira entre festejos carnavalescos entre praças do Exército e elementos da guarda civil. A República. Natal, 07 mar.1935.

62. Id ibid.

63. TERMINOU ontem a apuração das eleições suplementares.A República. Natal, 12 mar. 1935.

64. CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete: Memórias políticas e confissões humanas, Rio de Janeiro, J.Olímpio,1966 v.1 p.83.

65. LAMARTINE, Juvenal. Carta de 30 de agosto de 1935, Rio de Janeiro, para Antunes Maciel, Porto Alegre.Helógrafo assinada (carta manuscrita). Comunica o término do julgamento das eleições do Rio Grande do Norte com a vitória do seu partido e agradece a simpatia e apoio dados pelo Plínio.

66. ALENCAR, Armando. Carta de 8 de outubro de 1935, Natal, para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Helógrafo assinado (carta manuscrita). Sobre eleição e política no Rio Grande do Norte.

67. CÂMARA, Mário. Carta de 15 de dezembro de 1934, Natal, para Paulo Câmara, Rio de Janeiro, Helógrafo assinada (carta manuscrita). Relativa a criação de um Partido Nacional Revolucionário e sua apreensão sobre os resultados eleitorais.

Labim/UFRN

68. CAVALCANTI, Carlos Lima. Carta, 26 de setembro de 1935, Recife, para Agamenon Magalhães, Rio de Janeiro. Helógrafo assinada (carta manuscrita). Relativa a solução caso político do Rio Grande do Norte.

69. Id ibid.

70. CAFÉ FILHO, João op.cit p.83.

71. MACIEL, Antunes. Carta, 10 outubro de 1935, Rio de Janeiro, para Flores da Cunha, Rio Grande do Sul. Helógrafo assinada (carta manuscrita). Informa sua conversa com o Presidente Vargas sobre os casos fluminense e o do Rio Grande do Norte.

72. CARONE, Edgard. A República Nova(1930-1937). São Paulo, Difel, 1976. p.329.

73. RIO-16. Tendo Tribunal Superior seção hoje aprovado os mapas e parecer indicativo das eleições realizadas nesse Estado para deputado federal e constituinte estadual. A República. Natal, 19 out.1935.

74. CASCUDO, Luís da Câmara. História de uma Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Natal, Fundação José Augusto, 1972 p.293.

75. BARBOSA, Edgard p.cit. p.

76. MACIEL JÚNIOR, Francisco Antunes. Carta, 28 de outubro de 1935, Rio, para Flores da Cunha, Rio Grande do Sul. 1 p. Helógrafo assinado (carta manuscrita). Informa sobre a política do Rio Grande do Norte, Maranhão e Estado do Rio.

Labim/UFRN

C O N C L U S Õ E S

O período revolucionário (1930/1934) testemunhou um verdadeiro jogo de interesses e disputa do poder pelos componentes da classe dominante. As posições assumidas pelo Governo Central com relação as forças políticas estaduais, demonstram mais o interesse do momento que a tentativa de consolidação dos objetivos da Revolução.

Um exemplo patente dessa afirmação está contido na posição política assumida por Getúlio Vargas, depois de eleito Presidente Constitucional, com a qual garantiu a vitória das forças governistas na maioria dos Estados da federação, nas eleições de 14 de outubro de 1934. Tal evento, para Edgard Carone, constituiu a afirmação das antigas oligarquias no poder, muitas delas contando com o apoio do próprio governo federal, que desta forma fortificava sua posição de Presidente eleito. (1)

Os Estados maiores, como São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, foram os responsáveis pela maioria situacionista, com a indicação de Armando Sales, Benedito Valadares e Flores da Cunha para seus respectivos interventores. De forma semelhante foram resolvidos pacificamente os casos da Bahia e Pernambuco, onde Juraci Magalhães e Carlos Lima Cavalcanti, já à frente da administração nestes Estados, asseguravam a vitória do governo, que beneficiava, não somente o governo federal mas também a eles próprios, mediante acordo político firmado por ocasião da eleição de Getúlio Vargas para Presidente Constitucional. Esse acordo afastava a condição de inelegibilidade para chefes executivos federal e estadual, possibilitando, assim, aos interventores se fazerem governadores, escolhidos pelas respectivas Assembléias, transformadas em colégios eleitorais, no pleito indire

Labim/UFRN

to. (2)

Os demais Estados acompanharam, de maneira geral, o sistema instituído trazendo de volta os grupos tradicionais à política regional, uma vez que os representantes revolucionários não haviam conseguido uma penetração efetiva na política, pela falta de base eleitoral.

Os fatos constatam que, com as proximidades das eleições para a presidência, Getúlio Vargas, abandona sua posição do início da revolução pressionado pelos tenentes e volta-se para as oligarquias como uma forma de assegurar-se do poder. Isso porque, os antigos partidos, podados pela revolução de 30, haviam ressurgido com força total no pleito de 1933, demonstrando que, a estrutura tradicional não estava desmontada nem as oligarquias desaparecidas.

Todavia nas eleições de 1934, alguns Estados se constituiram como casos políticos de difícil solução para a situação governista, trazendo apreensão para o já eleito Presidente Vargas, como o Rio de Janeiro, Ceará, Pará, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte. (3)

No caso específico do Rio Grande do Norte, a eleição de 1934 trouxe a oligarquia de volta ao poder, sem o apoio do governo federal e contra o situacionismo local. Até o último momento o interventor federal, Mário Câmara, esperava uma interferência do Presidente Vargas, mas esta não veio, mesmo se sabendo que a oposição norte-rio-grandense contava com o apoio de Flores da Cunha do Rio Grande do Sul (4). A oposição conseguiu sair vitoriosa o que pode ser interpretada como uma manifestação clara do poder dos políticos tradicionais. A posição de Vargas, não interferindo nem apoiando seu representante, pode ser vista também como uma manobra política do estadista brasileiro,

Labim/UFRN

que respeitava os adversários com objetivos futuros.

Esse resultado é um índice evidente de que o programa revolucionário de 30, não conseguiu superar a estrutura tradicional local. Essa persistência é, justificável pela sedimentação do sistema político da República Velha, com base no coronelismo, um Estado pequeno e pobre, com 90% de sua população fixada no meio rural e dominado pelos proprietários de terras - senhores das bases eleitorais e econômicas e resistiam a qualquer modificação no sistema, ponto fundamental da questão de toda a problemática estadual.

A resistência às tentativas de mudanças são sentidas em todo o período de 1930 a 1934, não somente pela instabilidade administrativa que se instala, mas sobretudo pelas constantes lutas políticas e turbulências sociais com objetivo de retomada do poder por parte do grupo tradicional. O período interventorial revelou o Rio Grande do Norte como um Estado de difícil acomodação com o novo regime, isto talvez como uma decorrência da própria condição de inconsistência revolucionária estadual, bem como das incompatibilidades entre os representantes do novo regime como os políticos tradicionais. Nem mesmo a indicação de um norte-rio-grandense, como foi o caso de Mário Câmara, conseguiu pacificar e unificar a política local, conforme era pretensão de Vargas, que dessa forma resolvera o problema da Bahia e Pernambuco. Os interventores desses dois Estados apoiaram-se nas oligarquias locais e conseguiram dominar politicamente seus Estados.

A eleição para a Assembléia Constituinte Estadual teve seu resultado confirmado pelo Supremo Tribunal da Justiça Eleitoral, após uma luta que durou quase um ano. Os resultados deram vitória a 14 deputados do Partido Popular e 11 da Aliança

Labim/UFRN

- partido do interventor - que foram diplomados pelo Tribunal Eleitoral do Rio Grande do Norte. A maioria do Partido Popular garantiu a eleição de Rafael Fernandes Gurjão para o Governo Constitucional do Estado, escolhido por esta mesma Assembléia a 29 de outubro de 1935, tomando posse logo em seguida.

Ficou, portanto, evidente a força política da estrutura tradicional e a força política de José Augusto Bezerra de Medeiros, que foi o grande artífice da vitória e que permaneceu no cenário político do Estado até 1954, quando ocupou pela última vez uma cadeira na Alta Câmara do país, por seu Estado Natal.

O Governador eleito, Rafael Fernandes Gurjão, médico, fazendeiro e comerciante exportador em Mossoró, era natural da zona oeste do Estado, permaneceu no cargo até 1943. Mesmo com a implantação do Estado Novo (1937) Rafael Gurjão continuou como interventor, enquanto a camada tradicional, se mantinha afastada da política. Já ocupara alguns cargos eletivos antes de 1930 pelo antigo Partido Republicano e a indicação do seu nome na convenção do Partido Popular, surpreendera a muitos, que esperavam um nome do Seridó. Entretanto, a indicação do seu nome tinha grande significação no momento político brasileiro.Além do candidato ser uma força econômica local e favoravelmente relacionado com muitos políticos do sul, ainda era parente dos Távora do Ceará, tendo,inclusive, asilado em 1930 a Ademar Távora, irmão de Juarez Távora (5). As ligações de Rafael Gurjão com Batista Luzardo, Flores da Cunha e Antunes Maciel Jr. representavam um forte respaldo para a política oposicionista do Rio Grande do Norte.

Entretanto, no Estado, seu grande respaldo foi José Augusto Bezerra de Medeiros, que conseguiu unir todos os chefes políticos do Seridó, reunindo assim os redutos eleito

Labim/UFRN

rais do Seridó aos do oeste, para solidificar a vitória do partido. Para ilustrar a força política de José Augusto e enfatizar que a vitória do Partido Popular foi dada pelo Seridó, é conveniente que se destaque que o candidato Rafael Fernandes Gurjão não participou de um único comício no decorrer de toda a campanha eleitoral. (6)

Outro aspecto que chama a atenção no processo político deste período é a resistência do representante da camada tradicional, José Augusto Bezerra de Medeiros a qualquer acordo com o governo federal, não obstante a amizade pessoal com o Presidente Vargas, exemplificada pelo fato de ter sido ele o único deputado do Rio Grande do Norte presente na posse de Getúlio como Governo do Rio Grande do Sul. (7)

Dessa forma é que após um estudo do período de 1930 a 1934, o único saldo político para a revolução que se pode observar no Rio Grande do Norte, foi a ascensão de Café Filho, que elegeu-se deputado à Câmara Federal em 1934. A partir daí projetou-se na vida pública do Estado, elegendo-se como Vice-Presidente em 1950 com Getúlio Vargas, assumindo a presidência com a morte de Getúlio em 1954.

No que se refere a realidade estadual, o clima e as tensões políticas do pleito de 1934, trouxeram como consequência uma situação de desordem pública que se estende mesmo após a posse do novo governador, o que facilitou as condições favoráveis ao movimento de 1935.

Ao término das investigações para este trabalho - que não tem a pretensão de ser conclusivo nem tampouco isento de contestações - chegou-se a conclusão de que o Rio Grande do Norte não se integrou aos ideais revolucionários, ilustrando bem no período - 1930/1934 - as limitações da revolução neste Esta

Labim/UFRN

do, mediante a força política e econômica da estrutura tradicional bem como a inconsistência interna do movimento no Estado. Tal afirmativa, baseia-se nas pesquisas realizadas, cujos resultados são os seguintes:

- O sistema nacional da República Velha gerava uma dependência político-econômica dos Estados menores aos maiores. A oligarquia dominante no Rio Grande do Norte fazia parte do jogo político nacional, satisfazendo-se em participar mesmo como sócio menor em receber apenas o que lhe era oferecido. Uma prova disso é a posição que o Estado assume no pleito para substituição de Washington Luís, de completo apoio a oligarquia federal.

- O Rio Grande do Norte participou como adesista nos primeiros momentos da revolução de 1930, por não haver um clima de efervescência política oposicionista no Estado, talvez condicionada por um governo autoritário e repressor.

- A falta de coesão do grupo que representou a revolução no RN, o mais radical, a inconsistência e falta de base interna, as divergências de posições entre os componentes da nova classe dominante, aumentaram o antagonismo e radicalismo entre os grupos e foram os fatores que mais contribuiram para que o Rio Grande do Norte não se integrasse no sistema revolucionário e a resistência fosse mais elevada do que em outras unidades da federação.

- Os interventores encontraram fortes entraves, tendo em vista as especificidades locais, para integrar o Estado ao pensamento revolucionário.

- A força do grupo tradicional se fez sentir por ocasião da primeira eleição, em 1933 para a Constituinte Nacional.

Labim/UFRN

A eleição de três dos quatros deputados eleitos pelo Estado, serem do Partido Popular (oposição) e apenas um do partido revolucionário, demonstra a permanência da estrutura tradicional e a fragilidade da revolução no Estado. A significação dos resultados eleitorais refletem-se no comportamento do Presidente Vargas, que numa demonstração de sua preocupação com o fato, indica pessoalmente o novo interventor para o Rio Grande do Norte (Mário Câmara em 1933), com o objetivo de pacificar a política local.

- O fracasso na tentativa de acordo entre os grupos locais, revela-se um desacerto de graves consequências como se pode notar pela violenta campanha política desencadeada, onde a participação agressiva dos próprios membros do governo encontravam resposta igual na oposição.

- A vitória do Partido Popular, confirmada pelo Supremo Tribunal Eleitoral Federal, contou, inclusive, com interferência de aliados políticos do sul do país, o que põe em destaque as ligações dos oligarcas locais com aqueles políticos e atestam o fracasso da revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, com a volta das oligarquias ao poder.

Enfim, a Revolução trouxe efeitos para o RN no tocante a mudanças no comportamento do operariado, que com sindicatos organizados e amparados pelas leis trabalhistas, que vão marcar o início do populismo que no RN teve a sua introdução graças a atuação de Café Filho.

N O T A S

1. CARONE, Edgard. A República Nova (1930/1937), São Paulo, Difel,1976, p.313.

Labim/UFRN

2. CARONE, Edgard. A República Nova (1930/1937),São Paulo, Difel,1976, p.325.

3. Idem, ibidem, p.329.

4.*LEVINE, Robert M. The Vargas Regime,The Critical Years,1934-1938 p.43-53.

5. ONTEM instalação da Assembléia Constituinte Estadual sob a presidência do Sr. Desembargador Antônio Soares de Araújo. A República. Natal,30.out.1935.

6. CAFE FILHO, João. Do Sindicato ao Catete. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1966 p.63.

7. MARIZ, Dinarte de Medeiros. O Homem Público. Natal,1980.(Seminário sobre José Augusto Bezerra de Medeiros).

---

* O documento não foi consultado na fonte.

Labim/UFRN

B I B L I O G R A F I A

BARBOSA, Edgard. *História de uma Campanha*. Natal, Imprensa Oficial, 1936.

BASBAUM, Leoôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, v.2.

BELLO, José Maria. *História da República, 1889-1954*. São Paulo, ed. Nacional, 1969.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil; indústria*. Rio de Janeiro, 1927, v.5.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil; população*. Rio de Janeiro, 1928,v.4, t.2.

CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete;* Memórias Políticas e Confissões Humanas. Rio de Janeiro, J. Olímpio Editora, 1966, v.1.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1920)*, Texto e Contexto. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

____. *A República Velha* (Instituições e Classes Sociais). São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1976.

____. *A República Velha II* (Evolução Política), 1889-1930). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1977.

____. *A República Nova* (1930-1937), São Paulo, Difel, 1976.

____. *A Segunda República*. São Paulo, Difel, 1974.

____. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, MEC, Serviço de Documentação.

____. *Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal, Fundação José Augusto, 1972.

Labim/UFRN

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Ed. Val, 1965.

____. *Nomes da Terra*. Natal, Fundação José Augusto, 1968.

CASTELO BRANCO, José Maria. *A República no Rio Grande do Norte*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, 1952, 48-49:113-137.

CORREIA, Ana Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

DANTAS, José Ibarê. *O Tenentismo em Sergipe*. Rio de Janeiro, Vozes, 1974.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo,Difel, 1971.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1975.

FARIA, Juvenal Lamartine. *Meu Governo*. Rio de Janeiro, Editorial Duco, 1933.

FAUSTO, Boris. *"Pequenos Ensaios de História da República",1889-1945*. São Paulo, 1972. (Caderno Cebrap, 10).

____. *O Brasil Republicano III*. São Paulo, Difel, 1977, v.2.

____. *A Revolução de 1930, Historiografia e História*.São Paulo, Brasiliense, 1976.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política na Primeira República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.

FREIRE, José Justiniano. *O Exército em face das lutas políticas*. Oficinas Gráficas do Estado Central de Material de Intendência, 1938.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Dados estatísticos econômicos e populacionais*. Natal.

Labim/UFRN

FLYNN, Peter. *Os Militares e a Revolução de 1930*. Dados incompletos.

FURTADO, Celso. *Brasil, da República Oligárquica ao Estado Militar in Brasil*. Tempos Modernos, Rio, Paz e Terra, 1978. p. 1/3.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1971.

FURTADO, João Maria. *Vertentes* (Memórias). Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1976.

GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo, Ed. Símbolo, 1977.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento Político*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

LEVINE, Robert M. *The Vargas Regime, The Critical Years, 1934-1938*. New York and London, Columbia University Press, 1970: 43-53.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

LUZ, Nicie Vilela. *A Luta pela Industrialização de São Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra. *O Rio Grande do Norte no Senado da República*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, 1960, 53:5-20.

LIMA, Hermano Machado F. História Política-Administrativa do Rio Grande do Norte - 1882/1930 - Natal - CEPA. 1979.

Labim/UFRN

MEDEIROS, José Augusto Bezerra. *O Seridó*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, 1947, 41-44:59-77.

MEDEIROS, Tarcísio da Natividade. *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos do Rio Grande do Norte*. Natal, Imprensa Universitária, 1973.

MOTTA, Carlos Guilherme da (org). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1974.

PANG, Eul Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasiliense, 1979.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1974.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Pública Brasileira*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

RIO GRANDE DO NORTE - Secretaria do Planejamento. *Plano de Ação do Governo 1976-1979*. Natal, 1976.

SAES, Décio Marques de Azevedo. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis, Vozes, 1975.

____. *A Revolução de 1930 e a Transformação do Estado*. Caderno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, nº 6 - 1976.

SANTA ROSA, Virgílio. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das Idéias Políticas no Brasil*. Recife, Imprensa Universitária, 1968.

SILVA, Janice Theodoro da. *Raízes da Ideologia do Planejamento-Nordeste 1889-1930*. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas Ltda., 1978.

SILVA, Hélio. *A Revolução Traída - O Ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro, Ed. Brasileira, 1962.

Labim/UFRN

SILVA, Hélio. *O Governo Provisório 1931-1933*. História da República Brasileira. São Paulo, Ed. Tres, 1975, v.8.

SILVA, Hélio e CARNEIRO, Cecília Ribas. *A Lei e a Revolta 1934-1936*. História da República Brasileira. São Paulo, Ed. Tres, 1975, v.9.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

SOARES FILHO, Antônio. *Doze Temas*. Natal, 1975.

____. *Augusto Leopoldo, um líder da Oposição*. Rio de Janeiro, 1964.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werreck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

____. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

TAVARES DE LIRA, Augusto. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Typografia Leuzinger, 1921.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas - Memórias*. Rio de Janeiro, Livraria J. Olímpio, 1974, v.1.

VICENTE, João. *O Governo Ferreira Chaves*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, 1960, 53:73-79.

Labim/UFRN

DOCUMENTOS

- Mensagem do Governo de Dr. Antônio José de Melo e Souza - 1923.
- Mensagem do Governo de Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros - 1926.
- Mensagem do Governo de Dr. Juvenal Lamartine de Faria - 1930.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - RIO DE JANEIRO:

- Acervo Osvaldo Aranha: 34 cartas e telegramas - 1930/1934.
- Acervo Antunes Maciel Júnior: 5 cartas - 1930/1934.
- Acervo Getúlio Vargas: 20 cartas, telegramas e relatórios - 1930/1934.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO:

- Entre interventores do Rio Grande do Norte, Juarez Távora e Osvaldo Aranha: correspondência do período 1930/1934:
  - . Telegramas
  - . Cartas
  - . Radiogramas
  - . Relatórios
- Entre interventores do Rio Grande do Norte e Getúlio Vargas: correspondência do período 1930/1934:
  - . Telegramas
  - . Cartas
  - . Radiogramas

Labim/UFRN

ENTREVISTAS GERAIS:

- Senador DINARTE DE MEDEIROS MARIZ
- Doutor OTTO DE BRITO GUERRA
- Professor MANOEL RODRIGUES DE MELO
- Professor ANTÔNIO SOARES FILHO
- Senhor JOÃO SINZENANDO PINHEIRO.

Labim/UFRN

Labim/UFRN